

Antônio Donizeti de Carvalho

**Em busca do “refrão” da diplomacia mediatizada**  
*A construção discursiva de um Brasil “megalomaniaco”*

MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Semiótica sob orientação do Prof. Doutor Rogério da Costa Santos.

SÃO PAULO  
2011

---

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 19/12/2011, para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Semiótica sob orientação do Prof. Doutor Rogério da Costa Santos.

**Página 23**

Onde se lê: o conflito; as vítimas; e o alvo. / Leia-se: o ataque; as vítimas; e o alvo.

**Página 27**

Onde se lê: No dia 30/09/2009, outro editorial, “A única saída para o Brasil”, afirmando a ascendência de Chávez sobre Lula e que o Brasil, não sabia o que fazer

Leia-se: No dia 30/09/2009, outro editorial, “A única saída para o Brasil”, afirma a ascendência de Chávez sobre Lula e também que o Brasil não sabia o que fazer

**Página 28**

Onde se lê: trata da falta de sucesso / Leia-se: que trata da falta de sucesso

**Página 31**

Onde se lê: a autoria a arquitetura da trama, / Leia-se: a autoria da arquitetura da trama,

**Página 32**

Onde se lê: Algum contraponto pode ser encontrado na edição de agosto de 2009, *Le Monde Diplomatique Brasil*, que, por sua vez, publica o artigo

Leia-se: Algum contraponto pode ser encontrado na edição de agosto de 2009 do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* que, por sua vez, publica o artigo

Onde se lê: Logo, o texto apresenta a articulação das instituições de poder,

Leia-se: Logo, o texto do *Le Monde Diplomatique Brasil* apresenta a articulação das instituições de poder,

**Página 33**

Onde se lê: Nesse sentido, ao oferecer ao leitor uma cobertura sobre determinado caso, sem lhe apresentar as relações de complexidade, não lhe proporciona visões mais amplas de uma realidade.

Cabe lembrar que essa postura se deu nos dias em que o plenário do Senado

Leia-se: Nesse sentido, qualquer publicação que oferece ao leitor uma cobertura sobre determinado caso sem lhe apresentar as relações de complexidade não lhe proporciona visões mais amplas de uma realidade.

Cabe lembrar que a postura de *O Estado de S. Paulo*, verificada nos textos aqui apresentados, se deu nos dias em que o plenário do Senado

**Página 36**

Onde se lê: aclamada intervenção do Estados Unidos. / Leia-se: aclamada intervenção dos Estados Unidos.

**Página 37**

Onde se lê: confronto ao que foi apresentado / Leia-se: confronto com o que foi apresentado

**Página 39**

Onde se lê: é o melhor caminho / Leia-se: era o melhor caminho

**Página 40**

Onde se lê: em plena crise política ocasionado pelo / Leia-se: em plena crise política ocasionada pelo

**Página 44**

Onde se lê: entre Lula Ahmadinejad e Erdogan, / Leia-se: entre Lula, Ahmadinejad e Erdogan,

**Página 46**

Onde se lê: a Turquia e seu prêmio / Leia-se: a Turquia e seu prêmio

Onde se lê: ênfase à reação norte-americana: / Leia-se: ênfase à reação norte-americana:

Onde se lê: detalha sua atuação na negociação com / Leia-se: detalha sua atuação na negociação com o Irã.

Onde se lê: no entanto, que vem ao encontro do intuito / Leia-se: no entanto, vem ao encontro do intuito

**Página 47**

Onde se lê: nem sempre são abarcados pela cobertura. / Leia-se: nem sempre são abarcados pelas coberturas.

**Página 48**

Onde se lê: “amizade”, em 25/11/2009, / Leia-se: “amizade”. Em 25/11/2009,

**Página 49**

Onde se lê: Em outubro de 2009, após negociações, o Grupo de Viena, formado por Estados Unidos, França, Rússia e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), fecharam com Teerã as bases de um acordo que previa a entrega de 1.200 quilos de urânio pouco enriquecido, cerca de dois terços de seus estoques, à Rússia que o enriqueceriam a 20% e repassariam à França para que fosse devolvido.

Leia-se: Em outubro de 2009, após negociações, o Grupo de Viena, formado por Estados Unidos, França, Rússia e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), fechou com Teerã as bases de um acordo que previa a entrega de 1.200 quilos de urânio iraniano pouco enriquecido, cerca de dois terços de seus estoques, à Rússia que o enriqueceria a 20% e o repassaria à França para que fosse devolvido ao país de origem.

Onde se lê: Apoiado por Grã-Bretanha e França, os Estados Unidos se engaja

Leia-se: Apoiados por Grã-Bretanha e França, os Estados Unidos se engajam

Onde se lê: Enquanto os Estados Unidos tentava / Leia-se: Enquanto os Estados Unidos tentavam

**Página 52**

Onde se lê: à título de conferir / Leia-se: a título de conferir

Onde se lê: no plano das idéias / Leia-se: no plano das ideias

**Página 53**

Onde se lê: quando se resume as diretrizes / Leia-se: quando se resumem as diretrizes

**Página 56**

Onde se lê: *sr. Pretende dar* / Leia-se: *sr. pretende dar*

Onde se lê: *alinhamento de outro países?* / Leia-se: *alinhamento de outros países?*

**Página 57**

Onde se lê: Letícia Pinheiro / Leia-se: Leticia Pinheiro

**Página 58**

Onde se lê: tornou-se secretário Geral / Leia-se: tornou-se secretário-geral

**Página 59**

Onde se lê: diante da crescentes dificuldades / Leia-se: diante das crescentes dificuldades

Onde se lê: Integração regional Sul-Americana (Iirsa) / Leia-se: Integração Regional Sul-Americana (Iirsa)

**Página 60**

Onde se lê: que parte da imprensa brasileira se utiliza / Leia-se: que parte da imprensa brasileira utiliza

Onde se lê: Na reportagem, a revista apresentava uma lista de predições e possíveis flagelos caso o país dê uma banana para a Alca.

Leia-se: , a reportagem apresentava uma lista de predições e possíveis flagelos caso o país desse uma banana para a Alca.

Onde se lê: para que os ricos feche mais seus mercados / Leia-se: para que os ricos fechem mais seus mercados

**Página 62**

Onde se lê: em que se pode observar delineamentos / Leia-se: em que se podem observar delineamentos

**Página 64**

Onde se lê: dispõe agora da diplomacia midiática / Leia-se: dispõem agora da diplomacia midiática

Onde se lê: o poder duro se apóia / Leia-se: o poder duro se apoia

**Página 67**

Onde se lê: *The new York Times* / Leia-se: *The New York Times*

**Página 68**

Onde se lê: um mapeamento em que apontavam / Leia-se: um mapeamento em que aponta

**Página 69**

Onde se lê: Pelo que se tem exposto, a criação de uma cultura de política externa, nos moldes apresentados por Leonardo Valente para que o Brasil possa exercer uma diplomacia midiática fica distante de se realizar, pois grandes jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não apresentam, em sua cobertura dos acontecimentos que envolvem as questões da diplomacia brasileira com a devida contextualização,

Leia-se: Pelo que se tem exposto, a criação de uma cultura de política externa, nos moldes apresentados por Leonardo Valente para que o Brasil possa exercer uma diplomacia midiática, fica distante de se realizar, pois grandes jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não apresentam em sua cobertura dos acontecimentos que envolvem as questões da diplomacia brasileira a devida contextualização,

Onde se lê: Trata do levantamento Global Views 2010 / Leia-se: Trata-se do levantamento Global Views 2010

Onde se lê: outra publicação, também da *BBC Brasil* / Leia-se: outra publicação, também da *BBC Brasil*,

**Página 70**

Onde se lê: retomada a observação do primeiro capítulo / Leia-se: retomamos a observação do primeiro capítulo

**Página 71**

Onde se lê: do “como dizer?” tem-se uma ferramenta / Leia-se: do “como dizer?”, tem-se uma ferramenta

**Página 72**

Onde se lê: (Ibid., 2p.70). / Leia-se: (Ibid., p.71).

Onde se lê: Na matéria publicada em 30/10/09, “Lula adapta discurso segundo plateia, tendo como destaque a frase “Vaivéns nas declarações, ao comentar papel da imprensa, têm marcado fala do presidente nos últimos anos” é feita uma abordagem do discurso do presidente:

Leia-se: Na matéria publicada em 30/10/09, “Lula adapta discurso segundo plateia”, tendo como destaque a frase “Vaivéns nas declarações, ao comentar papel da imprensa, têm marcado fala do presidente nos últimos anos”, é feita uma abordagem do discurso do presidente:

Onde se lê: a relação ambígua de lula / Leia-se: a relação ambígua de Lula

**Página 74**

Onde se lê: Lula foi saudado comum *Parabéns a você* / Leia-se: Lula foi saudado com um *Parabéns a você*

**Página 92**

Onde se lê: no site da BBC Brasil / Leia-se: no site da *BBC Brasil*

**Página 97**

Onde se lê: denotam certa contradição. / Leia-se: denotam certa contradição).

Onde se lê: é o presidente de turno. / Leia-se: é o presidente de turno”.

**Página 100**

Onde se lê: acontecimento –, em oposição à / Leia-se: acontecimento, em oposição à

Onde se lê: serão aqui apresentados. / Leia-se: serão aqui apresentadas.

**Página 105**

Onde se lê: a pesquisa pretendeu demonstrar, por intermédio de exemplos e de cotejos

Leia-se: a pesquisa demonstrou, por intermédio da apresentação de casos e de cotejos

Banca Examinadora

---

---

---

Meu agradecimento a CAPES pela bolsa de estudos, fundamental para a conclusão deste meu percurso acadêmico.

Agradeço aos professores do Programa com os quais tive a oportunidade de conviver e adquirir novos conhecimentos, e que são parte desta pesquisa:  
Jerusa Pires Ferreira, Lúcia Santaella, Aidar Prado e Eugênio Trivinho;

Aos participantes do exame de Qualificação, pelos conselhos e caminhos apontados,  
Helena Katz e Aidar Prado;

Agradeço especialmente ao meu orientador, Rogério da Costa, pela liberdade nas escolhas em busca do refrão;

Agradeço também a sempre pontual ajuda de Cida Bueno.

# EM BUSCA DO “REFRÃO” DA DIPLOMACIA MEDIATIZADA

## *A construção discursiva de um Brasil “megalonânico”<sup>1</sup>*

### RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo realizar uma análise da forma como o Brasil é retratado na imprensa nacional, em contraponto com a visão recebida de recentes publicações internacionais, com ênfase em uma “diplomacia mediatizada”, existente apenas como “refrão” de parte da imprensa nacional, que apresenta o país como um postulante “nânico” no cenário mundial. Leva-se em conta a atuação brasileira em casos que repercutem nessas duas esferas como fonte de notícia: a crise política de Honduras, as movimentações das forças de ajuda pós-terremoto no Haiti e a questão nuclear iraniana. Casos que, de certa forma, explicitam a oposição entre Brasil e Estados Unidos no campo diplomático e tornam públicas (publicáveis, ao menos) as novas atribuições (ou pretensões) brasileiras no rearranjo do poder em escala planetária. A pesquisa lança os seguintes questionamentos: por que o Brasil é apresentado na imprensa internacional (sob certa celebração) de maneira diferente da que se constata em parte da imprensa nacional (com reiterado desmerecimento)? E até que ponto esses enfoques se vinculam à figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva? O quadro teórico-epistemológico conta com teorias que dão sustentação à análise do discurso jornalístico, sob as restrições estabelecidas por um contrato de comunicação (Charaudeau), e do contexto em que este se insere – arena em que ocorre um embate entre o “plurilinguismo” e o “monolinguismo” (Lazzarato), local de constante ingerência dos meios, cujo ponto de vista tende a se impor sobre os demais em uma disfarçável condição de “quarto poder” (Virilio, Trivinho). Recorre-se também à sociologia do jornalismo (Neveu) de forma a desmistificar o jornalismo como agente defensor da democracia e relativizar o poder dos jornalistas. A análise dos casos estudados conta ainda com um histórico da atuação do Itamaraty (seus paradigmas e interesses), com destaque para as relações mantidas com os norte-americanos. Elegem-se, como *corpus*, publicações do jornal *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo*, devido à abrangência e representatividade dos periódicos, sem, contudo, ignorar publicações de outros veículos em episódios que ganhem visibilidade, pois reforçarão o cotejo necessário. Na cobertura internacional, privilegiam-se notícias sobre esse “novo Brasil” (*The Economist*, *Financial Times*, *Le Monde*, *El País*, entre outros), bem como sua reverberação na cobertura nacional – incluindo-se aí o espaço aberto ao então presidente brasileiro.

**Palavras-chave:** Contrato de comunicação. Imprensa. Brasil. Diplomacia. Lula.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pela revista *Veja*, na edição 2132, de 30/09/2009 – capa.

## **Looking for the mediatised diplomacy “refrain”** *A discursive construction of a “megalomaniac”<sup>2</sup> Brazil*

### **ABSTRACT**

The present searching has as objective accomplishing an analysis the way Brazil is retracted by the national press in a counterweight with the views received by the international publications, giving emphasizes to a “mediatised diplomacy” existent only as a “refrain” of the national press part, that presents the country as a midget claimant on the world stage. It is made an allowance the Brazilian acting in cases that reflect on these two spheres as news resource: Honduras politics crisis, the efforts made to help Haiti after the earthquake and the Iranian nuclear issue. Case that, in a certain way makes explicit the opposition between Brazil and The United States of America in the diplomatic area and become them public (or at least publishable) the new Brazilian attributions (or pretensions) on the rearrangement of the power in a global scale. The research advertises the following questionings: Why is Brazil presented on the international press (about certain celebration) in a different way that is certified on the national press (with a reiterated unworthiness)? And how far are these approaches tied to the image of the ex president Luiz Inácio Lula da Silva? The epistemological theorist banks on theories that give sustentation to the journalistic utterance analysis under established restrictions by a communication agreement (Charaudeau), and the context this inserts - field where occurs an embattle between the “plurilinguism” and the “momolinguism” (Lazaratto), place of constant interference of the means, whose point of view tends to impose on the others in a disguised condition of “the fourth power” (Virilio, Trivinho). It is also appealed to the journalistic sociology (Neveu) in a way of demystifying the journalism as a democracy defender agent and consider the journalist power. The studied cases analysis still counts with an acting history of Itamaraty (its paradigms and interests), with a spotlight on the relations kept with the North-Americans. They are elected as *corpus*, publications from *Folha de S. Paulo* and from *O Estado de S. Paulo*, due to the newspaper range and representiveness, without; however ignoring other vehicles of publications in episodes that get visibility, because they will reinforce the necessary comparison. On the international coverage, they privilege news about this “new Brazil” (*The Economist*, *Financial Times*, *Le Monde*, *El País*, among others), as well as its resonance on the national coverage – including then the aboveboard space for the president at that time.

**Keywords:** Communication agreement. Press. Brazil. Democracy. Lula.

---

<sup>2</sup> Term used by the magazine *Veja*, on the edition 2132, from September 30, 2009 cover.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>I. VERSÕES E INVERSÕES .....</b>	<b>13</b>
<b>1. CASOS E VERSÕES .....</b>	<b>14</b>
1.1. A foto e a competência das palavras .....	21
1.2. Honduras por outro foco .....	26
1.3. Os EUA entram em cena .....	29
1.4. Uma outra voz reforça o monolinguismo .....	34
1.5. O acordo de Cartagena .....	36
<b>2. O TERREMOTO E AS FORÇAS DE PAZ NO HAITI.....</b>	<b>39</b>
<b>3. BRASIL-IRÃ E O IMPASSE NUCLEAR .....</b>	<b>42</b>
3.1. O Brasil, no centro do jogo e na linha de fogo .....	42
3.2. Interesse, interesse, amizades a parte .....	46
3.3. O acordo Brasil-Turquia-Irã .....	49
<b>II. CRUZAMENTOS DA HISTÓRIA NO TERRENO DO TRANSITÓRIO .....</b>	<b>51</b>
<b>1. ITAMARATY: UMA HISTÓRIA DE AUTONOMIA .....</b>	<b>52</b>
1.1. Entre o globalismo e o americanismo .....	54
1.2. A nova política externa brasileira: propostas e práticas .....	55
1.3. Diplomacia midiática e a cultura de política externa .....	64
1.4. Os Estados Unidos e a diplomacia midiática na prática .....	66
<b>2. PREPARANDO O CENÁRIO .....</b>	<b>70</b>
2.2. Dizer o contraditório .....	75
<b>III. CONFLITOS NA COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>77</b>
<b>1. O OLHAR DE FORA AO OLHAR DE DENTRO .....</b>	<b>78</b>
1.1. Do lumpen aos Alpes.....	81
1.2. O ranking da <i>Time</i> e o “presidente” tapuia .....	83
1.3. Rio 2016 – mais um “animalzinho da imprensa” .....	86
1.4. “Vira-latas e megalomaníaco”: dois refrões recorrentes .....	88
1.5. A personalização: mais um refrão da diplomacia mediatizada .....	92
1.6. Dições e contradições .....	95
<b>2. OUTRAS VOZES – RE-VISÃO DO BRASIL .....</b>	<b>100</b>

<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

Que é refrão? Que diplomacia é essa apresentada pela imprensa que, contrária a todas as constatações da ascensão do país, se estrutura na imagem de um Brasil nanico?

O refrão, a que esta pesquisa se propõe a buscar, se refere à maneira da imprensa construir seus relatos. Todas as formas de fechamento do discurso, as simplificações, associações inusitadas, a falta de contextualização, a auto mistificação da profissão do jornalista como um paladino a serviço da democracia, a ideologização, o uso contínuo de estereótipos (no nosso caso específico, para retratar o Brasil e o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva), enfim, refrão entendido como “o nome da maldade”,<sup>1</sup> que opera a serviço de uma construção discursiva no que convencionamos chamar uma “diplomacia mediatizada”.

A busca do refrão seria, conforme proposta desta pesquisa, analisar as construções discursivas do jornalismo, mostrar a falta de contextualização pelo contraponto oferecido por outras publicações nacionais e internacionais sobre o mesmo assunto e também pelo auxílio da fundamentação teórica, sobretudo na elucidação do que é a verdadeira diplomacia brasileira. Busca-se, dessa maneira, o auxílio de múltiplas vozes para a denúncia do refrão, instrumento da construção discursiva que atua como força criadora de parte da imprensa nacional que tende à univocidade. Estratégias que, em última instância, reforçam o monolinguismo.

Quando invocamos a ideia de uma “diplomacia mediatizada”, presente no título desta pesquisa, estamos nos referindo a uma construção da mídia, no caso, da imprensa, de uma diplomacia atribuída ao Brasil, cujos parâmetros e objetivos estão esvaziados de sua complexidade. É uma diplomacia fundada na simplificação dos propósitos, no esquecimento histórico dos paradigmas, na previsão de desenlaces fáceis para os impasses gerados no cenário de disputa internacional. Uma diplomacia que apenas existe na construção discursiva da imprensa. Uma diplomacia mediatizada.

O termo mediatizado nos é, pois, resgatado por Paul Virilio:

---

<sup>1</sup> Conforme termo utilizado por Aidar Prado, em reunião de Qualificação da presente pesquisa.

“[...] na origem, MEDIATIZAÇÃO era o oposto da COMUNICAÇÃO, remanescente da barbárie feudal, do ostracismo antigo.

Até o século XX, estar MEDIATIZADO significava literalmente estar privado de seus DIREITOS IMEDIATOS. Dessa forma, o imperador Napoleão I mediatizava, no nível de suas conquistas militares, certos príncipes hereditários, privando-os de suas liberdades de ação e de decisão ao lhes deixar as aparências de um poder que eles não estavam mais aptos a exercer. (VIRILIO, 1996, p. 14).

Na reiterada alternância de verdades provisórias apresentadas pela imprensa, na sua tarefa de informar, em um cenário que dá indícios de mobilidade na conformação do poder global, no que se refere à relevância dos chamados emergentes, sobretudo na consolidação dos BRICS<sup>2</sup>, e na suposta perda de hegemonia das grandes potências, sobretudo a partir da crise econômica de 2008 e seus desdobramentos –, o Brasil passa a atrair a atenção internacional de maneira inédita, não mais (ou não apenas) sob os estereótipos recorrentes do samba, da mulata e do futebol, mas como um importante ator nesse campo de relações, cujo espaço ocupado suscita indagações sobre possíveis mudanças que despertaram esse novo foco de interesse como notícia.

Por outro lado, parte da cobertura nacional aponta para uma direção em que o enquadramento insiste em não se deslocar da imagem atrelada à antiga estereotipia.

Alicerçada nos conceitos de um quadro teórico, esta pesquisa propõe-se a demonstrar, por intermédio da apresentação e análise de casos presentes no *corpus* analítico e de cotejos entre as publicações dos veículos de comunicação compreendidos na delimitação da temática, que parte da imprensa nacional opera dentro de um fechamento discursivo, no monolinguismo, a despeito de se arrogar o título de detentora das diversidades, e de uma imparcialidade própria da função, ou seja, como instância do plurilinguismo.

Segundo Bakhtin, a criação diferencial de agenciamentos de enunciação é animada pelas forças sociais políticas que visam à polifonia e à criação de novas possibilidades semânticas, que ele chama “plurilinguismo”. Ao contrário, as práticas da informação e da comunicação são constituídas por forças que visam à unificação, à centralização, à homogeneidade das falas, das línguas, das semióticas, processo que ele denomina “monolinguismo”. (LAZZARATO, 2006, P.157).

Dessa maneira, na apresentação de pontos de vista contraditórios, pretende-se apontar para a conjectura do que seria uma imprensa plurilinguista.

---

<sup>2</sup> BRICS: Acrônimo formado por Brasil, Rússia, Índia e China, uma classificação da consultoria Goldman-Sachs para definir o bloco formado por esses países.

A pesquisa contará com uma ancoragem na Sociologia do jornalismo – dialogando com os demais autores –, como forma de embasar a análise do objeto de estudo. Esse embasamento teórico auxiliará na desmistificação do jornalismo como um defensor da democracia, relativizando o poder dos jornalistas, tendo como premissa que este se insere em um contexto institucional cujos interesses não se desvinculam dos campos econômico e político. A base teórica nessa vertente será dada por Érik Neveu, por meio da obra *Sociologia do jornalismo*.

Para o autor, uma sociologia do jornalismo deve se confrontar também com a dimensão política de seu objeto. E aqui se impõe a temática do quarto poder que, segundo afirma, pode se revelar simplista. “Evocar um quarto poder (que se soma ao executivo, ao legislativo e ao judiciário) consagra uma visão ingênua dos poderes sociais na qual não figuram os interesses econômicos e os grupos de pressão”. (NEVEU, 2006, p. 196).

Por essa abordagem, a temática do quarto poder oferece uma ampliação do conceito encontrado em Paul Virilio: “[...] única de nossas instituições capaz de funcionar fora de qualquer controle democrático eficaz, já que toda crítica independente dirigida contra ele, toda solução alternativa, permanecem desconhecidas do grande público [...]”. (Ibid., p.11).

Neveu escreve que, para se levar a sério a ideia do jornalismo como instituição de democracia, deve-se constatar os aportes da análise sociológica, e também explicitar os *a priori* normativos.

O postulado normativo que associa o jornalismo à ideia de democracia pode se condensar num silogismo. Uma sociedade política não é feita de consumidores, mas de cidadãos. A cidadania consiste em tomar parte num debate permanente, pontuado por momentos de participação, sobre as questões do viver em comum e suas soluções. Esse papel de cidadão precisa de uma informação inteligível, completa e contraditória que dê sentido a um máximo de dimensões da vida social e, portanto, não se polarize sobre os únicos discursos da instituição, não identifique as vias ordinárias do trivial ou do subalterno, não reduza a sociedade a seus extremos. (Ibid., p.196).

A observação de Neveu remete ao embate entre o “plurilinguismo” e o “monolinguismo”.

Se esses *a priori* normativos são aceitos, a concepção do jornalismo e da imprensa como uma atividade econômica entre outras e a visão das audiências como coleções de consumidores constituem obstáculos à realização de uma missão democrática do jornalismo. Que as publicações ou editoriais se dirijam a públicos consumidores não constitui em si um perigo (mesmo os sociólogos podem ficar contentes de utilizá-las por hobby ou lazer). Mas o ideal democrático requer um jornalismo de informação econômica e culturalmente acessível a todos, produtor de reflexão sobre as questões políticas. ((Ibid., p.196).

Sobre o poder dos jornalistas, no entanto, Neveu, problematiza da seguinte forma:

Não se trata, então, de negar a realidade de um poder, mas de estar sensível a seus paradoxos. O primeiro está ligado a uma dimensão da crença. Apesar dos efeitos freqüentemente mal mensuráveis, o poder das mídias é também o de valorizar uma crença na sua influência, que lhe faz atribuir resultados imaginários. Está ligado também à natureza de uma influência que se expressa mais numa capacidade de definir um horizonte de debates e de questões que num controle orwelliano dos espíritos. A noção de construção social da realidade vem sendo mal aplicada. Ela permanece, contudo, pertinente quando sugere um processo de seleção e de hierarquização dos fatos e assuntos cujas causas e regularidades uma análise empírica do trabalho jornalístico pode resgatar. (Ibid., p.141).

Essa análise empírica a que se refere o autor é contemplada no âmbito desta pesquisa. E, “sendo o jornalismo inseparável das mídias nas quais ele se desenvolve, é também com as mitologias da comunicação – contraditórias e confusas – que se confronta todo trabalho sobre o jornalismo”. (Ibid., p.15).

A relativização da ideia do jornalismo como instituição de democracia, citada acima, encontra eco nas considerações de Charaudeau, na categoria da *condição de finalidade* do contrato de comunicação:

A democracia nasce de várias contradições: é preciso que o maior número de cidadãos tenha acesso à informação, mas nem todos os cidadãos se encontram nas mesmas condições de acesso; é preciso que a informação em questão seja digna de fé, mas suas fontes são diversas e podem ser suspeitas de tomada de posição parcial, sem contar que a maneira de relatá-la pode satisfazer a um princípio de dramatização deformante; é preciso que os cidadãos possam expressar-se, dar sua opinião, é preciso ainda que essa palavra se torne pública por intermédio das mídias, mas as mídias só se interessam pelo anonimato se puderem integrar a palavra anônima numa encenação dramatizante. A informação midiática está, pois, minada por essas contradições [...]. (CHARAUDEAU, 2006, p.86).

O contrato de comunicação, que Patrick Charaudeau concebe em *Discurso das mídias*, é uma das teorias trazidas para sustentar a análise. Segundo o autor, esse contrato resulta das características próprias à situação de troca, os *dados externos* (reagrupados em quatro categorias, correspondendo cada uma a um tipo de enunciação da “produção languageira”: *condição de identidade*, *condição de finalidade*, *condição de propósito* e *condição de dispositivo*), que estão no campo de uma prática social; e das características discursivas decorrentes, os *dados internos*.

A análise embasada por essa teoria coaduna com a introdução à mídia feita por John Thompson, em *A mídia e a modernidade*, que, segundo afirma, é fundamentalmente

‘cultural’, ou seja, preocupada tanto com o caráter significativo das formas simbólicas, quanto com a sua contextualização social. Para o autor, sendo a comunicação uma forma de ação, a análise dessa deve se basear, pelo menos em parte, na análise da ação e na consideração do seu caráter socialmente contextualizado.

Um histórico da atuação do Itamaraty, de seus paradigmas e interesses, com destaque para as relações mantidas com os norte-americanos, e também apontamentos sobre uma diplomacia midiática, auxiliarão na análise dos casos abordados. A política externa do governo Lula, por vir ao encontro da proposta da pesquisa será também fundamentada.

Optou-se, logo no primeiro capítulo, pela apresentação da cobertura dos dois jornais delimitados, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, bem como do cotejo com outras publicações como um modo de definir primeiro o terreno em que se dá esse embate entre o monolinguismo e o plurilinguismo – entendidos como “duas formas diferentes de pensar e de agir na expressão de uma mesma língua ou de um mesmo regime de signos” (Ibid., p. 158) –, com a apresentação e análise de casos que evidenciam o predomínio do primeiro.

O objetivo dessa apresentação é demonstrar que os acontecimentos se relacionam em uma complexidade que é excluída da abordagem feita pela imprensa que, com seus veredictos e análises, fixa a opinião final. Trabalha-se assim com o intuito de, por meio dessa proposta, montar um mapeamento que permita apontar indícios da construção jornalística, que, conforme Charaudeau, é parte de “uma entidade compósita que compreende vários tipos de atores [...] cuja intencionalidade significativa corresponde a um projeto comum a esses atores e do qual se pode dizer que, por ser assumida por esses atores, representa a ideologia do organismo de informação” (Ibid., p.73), para assim aclarar a orientação desses veículos na cobertura de determinados episódios. Ou seja, parte-se da construção de um cenário que será retomado em pontos cruciais, com o propósito de possibilitar ao leitor um acompanhamento do desenrolar dos acontecimentos de uma maneira encadeada, de modo a fornecer-lhe condições de entendimento da construção midiática. Possibilidade fugidia na fragmentação oferecida pelas notícias diárias.

# **CAPÍTULO I**

## **VERSÕES E INVERSÕES**

## 1. CASOS E VERSÕES

A orientação da política externa brasileira, no período do governo Lula, por contrapor Brasil e Estados Unidos no campo diplomático e por expor as novas atribuições (ou pretensões) brasileiras no rearranjo do poder em escala regional e global, gera situações que colocam o país no centro das discussões em assuntos de relevância até então restritos a uma pequena parcela de atores.

Os acontecimentos em Honduras – com a deposição do presidente Manuel Zelaya do cargo por um golpe militar e sua expulsão do país, em 28 de junho de 2009, culminando com sua volta clandestina, em 21 de setembro, em que se refugiou na embaixada brasileira – fornecem-nos pano de fundo para análise da cobertura jornalística de fatos que, apresentados de maneira plana, não dão conta da complexidade da realidade que os envolve.

As simplificações constatadas nas representações de casos do envolvimento do Brasil no cenário internacional não permitem à parte do contrato de comunicação, exercida pelo leitor, um entendimento mais amplo da política externa adotada pelo país e de seus desdobramentos. Conforme observa Paulo Fagundes Vizentini:

As transformações vividas pelo mundo e as políticas implementadas pelo Brasil para definir sua inserção no cenário internacional, embora pareçam constituir apenas um pano de fundo distante para os temas que compõem a agenda social e política cotidiana do país, na verdade geram um enorme impacto na vida da nossa população. [...] a definição do nosso espaço internacional influencia decisivamente na própria possibilidade de implementarmos um projeto nacional de desenvolvimento com justiça social, e vice-versa. (VIZENTINI, 2008, p. 9).

Com os casos apresentados neste primeiro capítulo<sup>3</sup>, a equação quase sempre verificada (sobretudo no que se refere a Honduras) é da associação, mais uma cooptação, de Lula em relação a Chávez, contra os Estados Unidos, projetada pelas publicações de *O Estado de S. Paulo* e de *Folha de S. Paulo*, com adesão destas ao último denominador, ou seja, à posição defendida pelos norte-americanos. Busca-se, assim, um desvelamento da construção das figuras do “Brasil pequeno”, constituída por uma variedade de refrão.

Seguiremos com a apresentação e análise de alguns exemplos:

---

<sup>3</sup> A crise política de Honduras, as movimentações das forças de ajuda pós-terremoto no Haiti, e o impasse com a questão nuclear iraniana.

A revista *Veja* (30/09/2009) traz em sua capa: “O IMPERIALISMO MEGALONANICO – Instigado por Hugo Chávez, o Brasil contraria sua tradição diplomática e se intromete no conflito de Honduras”, e afirma que o Brasil se intromete onde não devia, que está na contramão de uma dita normalidade (por sua tradição diplomática de não intervenção) e, pior, que age não por conta própria, mas por influência do presidente venezuelano Hugo Chávez, o grande mentor do episódio.

A capa de *Veja* traz uma ilustração do que seria o posicionamento diplomático brasileiro ao contrariar a posição norte-americana – uma paródia da águia, símbolo do poderio militar dos Estados Unidos, travestida em um minúsculo pintinho raivoso, de asas e pernas atrofiadas, carregando no peito um brasão com as cores do Brasil e cuja beligerância – ostentando meia dúzia de flechas arcaicas e um ramo de café entre as garras – sugere o ridículo da situação, na representação de *Veja*.



*Veja* - edição 2132 – 30/09/2009

O conteúdo da reportagem reforça a afirmação da capa, ao tratar a diplomacia brasileira como megalomaníaca, e promove uma visão estereotipada de Honduras, chamado por “Republiqueta de Bananas”.

*Veja* reprova a atuação do governo Lula e mostra o país da América Central como “uma nação paupérrima sem nenhuma relação especial com o Brasil. Politicamente instável”. E chega a propor que tudo corria em paz até a chegada do presidente deposto: “Com as eleições

marcadas para o próximo dia 29 de novembro, o governo interino que derrubou Zelaya se preparava para reconduzir o país à normalidade democrática”. A normalidade, na versão da revista, foi quebrada com a tentativa de Zelaya de desrespeito à constituição, dessa forma, o “governo interino” derrubou Zelaya, não o golpeou. E ainda, “Seria uma saída rápida e democrática para um golpe, coisa inédita na América Latina”.

Governo interino é a denominação escolhida por *Veja* para se referir ao regime chefiado por Roberto Micheletti que se instalou em Honduras após os golpe. As classificações, aliás, governo interino, governo golpista, governo de facto, já dão indícios da posição dos veículos com relação à maneira de relatar o fato.

Outro ponto: a intenção de consulta popular a uma possível mudança na constituição, que culminou na deposição de Zelaya da presidência, foi tema de discussão e análise de inúmeros especialistas, cujos diagnósticos divergentes davam o tom da abordagem escolhida.

A reportagem prossegue com críticas ao próprio presidente Lula, afirmando que a política externa brasileira age no episódio não por interesses próprios, mas apenas pelo fato de contrariar os Estados Unidos, sob a influência, no caso, de Hugo Chávez.

Qualquer regime minimamente antiamericano conta com o apoio tático do governo brasileiro – ainda que esteja envolvido em genocídio, como o do Sudão, ou seja tratado como pária mundial, como o do Irã. As estripulias dos governantes de esquerda da região – mesmo que eles estejam agindo contra os interesses brasileiros – são toleradas em silêncio pelo presidente Lula. (*Veja*, 2009, p.124).

*Veja*, dessa forma, acusa Lula de escolher “o caminho da ideologização da diplomacia nacional”. A visão da revista provoca um fechamento nas possibilidades de se entender as inúmeras variáveis dessas relações, despreza a complexidade da política externa brasileira e contraria sua história de autonomia. Como poderá ser verificado no segundo capítulo desta dissertação, a busca pela autonomia é aspecto norteador da política externa brasileira.

A mesma edição traz, na coluna de Augusto Nunes, uma crítica ao discurso do presidente Lula na abertura da 64ª Assembleia-Geral da ONU, ocasião em que condenou o golpe hondurenho e defendeu a volta imediata de Manuel Zelaya ao poder. Inicia o texto com uma descrição da plateia: “Um assassino patológico, um mitômano de alta periculosidade, um terrorista em recesso e um apóstolo da violência só podem ser vistos juntos em dois lugares: o refeitório de um presídio de segurança e o plenário da ONU. Na cadeia, estariam chefiando celas, alas ou pavilhões. Em liberdade, chefiam países”. (*O PAÍS CONDENADO...*, 2009, p.128).

Fica evidente a desqualificação do lugar de fala do presidente brasileiro pelos pares que lhe atribui:

Todos controlam países com representação na ONU, e o clube dispensa à turma das cavernas o mesmo tratamento que contempla o maior dos estadistas. Todos são sócios da “comunidade internacional”, codinome que o mundo inscreve no crachá quando aparece por lá. [...] Primeiro porta-voz do mundo, o presidente Lula estreou com o aviso de que um país foi condenado à morte por solidão. (Id, 2009, p.128).

Esse tipo de representação presente na capa de *Veja* em que a defesa dos interesses nacionais pela diplomacia brasileira é reduzida ao estereótipo de um pintinho belicoso desafiando toda a pujança norte-americana, traduzida na figura da intimidadora águia, não é nova. Em outubro de 2003, época em que os Estados Unidos pressionavam os países do continente para a consolidação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), como a posição brasileira era a de adiar o acordo, esse expoente da redutora “diplomacia mediatizada” já estampava a capa da revista.



*Veja* - edição 1824 - 15/10/2003

Voltando a Honduras, a *Carta Capital* (30/09/2009) apresenta o episódio por meio de um detalhe no alto da capa, com um close de Zelaya e a chamada: “**Honduras** O Brasil age a favor de Zelaya e da democracia”.



Carta capital – edição 565 – 30/09/2009

Com a reportagem “Democracia sitiada” – O presidente deposto, Manuel Zelaya, refugia-se na embaixada brasileira e precipita reação truculenta dos golpistas –, o panorama é bem diverso do que foi retratado por *Veja*.



Carta capital – edição 565 – 30/09/2009, p. 54 e 55

As duas outras revistas semanais, *Época* (28/09/2009) e *Isto é* (30/09/2009), cujas coberturas referentes a este acontecimento serão trazidas a título de comparação, deram tratamento diverso em suas edições. Enquanto *Isto é* dedica sua capa ao envolvimento brasileiro no episódio diplomático, trazendo, no detalhe, chamada sobre a possível eleição do Rio de Janeiro como sede da Olimpíada de 2016, *Época* estampa a possibilidade olímpica em toda a capa, sem nenhuma menção a Honduras.



*Isto é* - edição 2081 - 30/09/2009



*Época* - edição 593 - 28/09/2009

Em 7/10/2009 – dessa vez trazendo uma foto de Zelaya na capa, com uma bandeira brasileira ao fundo, e a manchete “A vitória da diplomacia” –, *Carta Capital* destaca a atuação do Brasil como emergente força diplomática na região em contraste com a posição “vacilante” dos Estados Unidos.



*Carta capital* - edição 566 - 7/10/2009

Em um exercício de metajornalismo, a mesma edição traz críticas ao “discurso de colonistas na mídia conservadora”, que adotaram “Slogans e desinformações que têm passado por jornalismo”. Segundo a reportagem, “Jornais, rádios e tevês do Brasil beiraram o ridículo pelo contorcionismo verbal e pelo tempo dedicado a pontos secundários do problema”. (O GOLPE GOLPEADO, 2009, p.26).

O artigo “Saudades das quarteladas”, assinado por Luiz Gonzaga Belluzzo, reforça essa opinião e afirma que a maioria dos comentaristas e articulistas, reticentes com relação à natureza do golpe, promoveram uma trapalhada com o significado das palavras e que “retiraram seus coturnos do armário e enfiaram as botas num pântano semântico”.

*Veja* (7/10/2009), que levita em exercício com o Cristo já olímpico, dessa vez nenhum registro faz do acontecimento em sua capa. Em matéria intitulada “No cafofo do Zelaya”, insiste na versão da trapalhada do governo brasileiro na hospedagem a Zelaya e seguidores em sua embaixada, e evidencia que esse “roteiro de filme B” foi escrito por Hugo Chávez. Para reiterar que “Zelaya é um boneco de Chávez”, a edição traz ainda, “com exclusividade para o Brasil”, uma entrevista com “o presidente interino de Honduras”, Roberto Micheletti.



*Veja* - edição 2133- 7/10 -/2009

### 1.1. A foto e a competência das palavras

“O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”. (Bourdieu, 200, pág.15). A frase de Bourdieu nos ajuda a traçar um mapa ao tratamento dispensado por diferentes veículos a um mesmo tema, no exercício de seu poder simbólico, ou seja, “[...] de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto, o mundo[...]”. (Ibid., p.14).

O conceito acima se materializa na foto do presidente deposto dormindo em uma sala da embaixada brasileira: ainda vestido como chegara, estirado sobre um pequeno sofá, os pés sobre uma cadeira, mãos sobre o peito, o rosto coberto pelo chapéu... (A descrição, aqui, é a tentativa de um exercício meramente denotativo.) A foto, porém, tem seu significado (re)construído de maneiras diferentes na reprodução de cada veículo que vai mostrá-la como ela “é” – e é porque mostrada está daquela forma, sob o vaticínio daquela versão.



Apesar de, conforme Roland Barthes, a foto ser uma mensagem sem código, denotativa, portanto, ela passará, de acordo com os diferentes enquadramentos que recebe, por processos de conotação que lhe são conferidos pelo texto que a acompanha na imprensa, “o texto constitui uma mensagem parasita, destinada a conotar a imagem, isto é, a lhe ‘insuflar um ou

mais significados segundos”. (BARTHES, 2002, p. 333). E ainda, segundo outra observação do autor, “[...] quanto mais próximo está o discurso da imagem, menos parece conotá-la; [...] iscada de algum modo pela mensagem iconográfica, a mensagem verbal parece participar de sua objetividade, a conotação da linguagem se ‘inocenta’ pela denotação da fotografia [...]”. (Ibid., 2002, p.334).

Nas páginas de *Veja* (30/09/2009), ela recebe o texto: “Na contramão da tradição diplomática nacional, o Brasil se intromete na política interna de outro país e o faz da pior maneira possível: como coadjuvante de Hugo Chávez – O PESADELO É NOSSO”. Ou seja, Zelaya folga, tranquilamente, deixando ao Brasil o ônus.



*Veja* - edição 2132 – 30/09/2009, p. 116 e 117

*Época* (28/09/2009) traz a mesma foto com o seguinte texto: “O hóspede inconveniente – Os riscos da decisão do governo Lula de dar abrigo a Manuel Zelaya, o presidente de Honduras deposto por um golpe”.

A matéria apresenta a situação como um imbróglio para o Brasil, cujo desfecho terá de ser negociado.

**(Foto-legenda) O hóspede inconveniente**

Os riscos da decisão do governo Lula de dar abrigo a Manuel Zelaya, o presidente de Honduras deposto por um golpe



*Época* – edição 593 – 28/09/2009, p.44 e 45

**(Foto-legenda) DESCANSO**

O presidente de Honduras, Manuel Zelaya, dorme em sala da embaixada do Brasil em Tegucigalpa. Deposto há três meses, ele teria conseguido voltar ao país com a ajuda do presidente da Venezuela, Hugo Chávez

Em *Isto é* (30/09/2009): “O ALVO – Depois de retornar ao país escondido no portamalas de um carro e fazer um comício fora de hora, Zelaya dorme no gabinete do embaixador brasileiro”. A foto integra uma sequência das páginas anteriores: o conflito; as vítimas; e o alvo. Em um processo de sintaxe, conforme Roland Barthes<sup>4</sup>.

A reportagem (Especial: Conflito Diplomático) mostra os bastidores de um teste inédito da política externa brasileira. Apresenta as razões de o governo Lula ter comprado a briga, e refaz o cronograma do golpe.

<sup>4</sup> Ver: *A mensagem fotográfica*, Roland Barthes, em LIMA, Luiz Costa (org.) Teoria da Cultura de Massa, 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

**(Foto-legenda) O ATAQUE**

Bombas de gás lacrimogêneo e jatos d'água são lançados nos manifestantes e contra a embaixada brasileira



*Isto é - edição 2081 - 30/09/2009, p. 84 e 85*

**(Foto-legenda) AS VÍTIMAS**

Em frente à sede do governo brasileiro em Honduras, simpatizantes de Zelaya são reprimidos e cerca de 300 pessoas se refugiam na embaixada



*Isto é - edição 2081 - 30/09/2009, p. 86 e 87*

**(Foto-legenda) O ALVO**

Depois de retornar ao país escondido no porta-malas de um carro e fazer um comício fora de hora, Zelaya dorme no gabinete do embaixador brasileiro



*Isto é - edição 2081 - 30/09/2009, p. 88 e 89*

O confronto da construção discursiva em torno de um mesmo assunto por veículos diversos torna possível a verificação de diferentes versões, dando assim ao leitor a possibilidade de, por meio da comparação, se inteirar de aspectos do contexto em que esses estão inseridos. Ao encontro dessa possibilidade, seguem trechos de duas reportagens, uma publicada no *Le Monde Diplomatique Brasil* (Edição 26, de 09/2009), sob o título “Uma advertência chamada Honduras”, que traz detalhes relevantes sobre o golpe, antecedentes históricos, relação de interesses da elite hondurenha com setores norte-americanos, a configuração de poderes na América Latina etc.

Segundo a matéria, “O fato é que teve início uma nova fase da batalha pelo controle da América Latina e os países começam a se movimentar”. (UMA ADVERTÊNCIA..., 2009, p. 22). O caso de Honduras entrelaça situações históricas complexas – muitas vezes limitadas por uma cobertura superficial –, conforme pode se verificar na reportagem mencionada: as várias intervenções norte-americanas no continente; a anunciada “nova” política de não intervenção (titubeante) de Barack Obama; a dura oposição dos republicanos ao governo democrata, com o apoio daqueles ao governo golpista e o veto à indicação de Thomas Shannon para ocupar o cargo de embaixador no Brasil, cuja liberação fora condicionada ao apoio de Washington ao reconhecimento do resultado das eleições, mesmo que realizadas sob o governo de Roberto Micheletti, o que acabou ocorrendo apesar de, no primeiro momento, a Casa Branca ter condenado o golpe<sup>5</sup>.

O jornal alemão *Der Spiegel*, por sua vez, em reportagem intitulada “O gigante gentil da América do Sul: o Brasil exhibe a sua força na crise hondurenha”<sup>6</sup>, enfatiza a atuação de Lula e do Brasil no episódio, contextualizando o cenário em que ocorrem as mudanças para um inédito posicionamento brasileiro.

O presidente brasileiro Lula está demonstrando a nova auto-confiança do seu país durante a crise em torno do governo deposto de Honduras. Bastante popular no Brasil, Lula busca agora um papel de liderança na América do Sul. Mas certos setores na região ainda se ressentem da ascensão desse país enorme. [...]

---

<sup>5</sup> A confirmação de Thomas Shannon no cargo de embaixador americano no Brasil e de Arturo Valenzuela como secretário assistente para o Hemisfério Ocidental, posto que era ocupado por Shannon, foi barrada pelo senador republicano Jim DeMint, à frente de um grupo de legisladores conservadores que considera Shannon e Valenzuela “lenientes” com os governos bolivarianos.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/derspiegel/2009/10/10/o-gigante-gentil-da-america-do-sul-o-brasil-exibe-a-sua-forca-na-crise-hondurenha.jhtm>  
Acessado em 10/10/2009.

Honduras poderá se transformar agora em um teste para demonstrar se o Brasil é capaz de desempenhar o seu papel de principal potência regional. [...]

Graças a Silva, conhecido por todos como Lula, o maior país da América Latina é atualmente um protagonista econômico importante. Porém, o Brasil tem, até o momento, atuado com discrição nos conflitos internacionais. Desde a criação do país, 187 anos atrás, a não intervenção nas questões internas de outros países é um dogma central da política externa brasileira. Os diplomatas do Itamaraty, conforme é conhecido o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, tem a reputação de serem eficientes e de exercerem uma cautela quase excessiva, evitando a todo custo tomar partidos em questões políticas.

Em Honduras, o gigante gentil está mostrando as suas garras pela primeira vez. O líder golpista Roberto Micheletti deu aos brasileiros um ultimato para entregar o seu rival em dez dias. O presidente Lula respondeu afirmando que Zelaya poderia ficar quanto tempo quisesse na embaixada. O Ministério das Relações Exteriores apoiou a decisão de Lula, observando que a América Central situa-se na esfera de interesse do Brasil. [...]

Nos últimos anos, Lula expandiu sistematicamente a influência do Brasil no exterior. Ele procurou aliados para apoiar a tentativa do Brasil de obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas), modernizou as ultrapassadas forças armadas do país e alimentou um novo nacionalismo doméstico. Ele criou alianças com a China, a Índia e a África do Sul. Segundo Lula, o grupo G-20, que inclui economias emergentes, finalmente acabou com o clube exclusivo dos sete principais países industrializados do mundo. "O G-7 está morto", afirmou Lula. (O GIGANTE..., 2009).

No âmbito doméstico, os interesses do governo brasileiro em estender seu leque de influência fazem com que sua política externa adquira contornos mais abrangentes, mais condizentes com a emergência de um ator no cenário regional e mundial etc. O ocultamento dessas variáveis é característica do refrão da diplomacia mediatizada.

## 1.2. Honduras por outro foco

*O Estado de S. Paulo*, que fazia uma cobertura diária abrangente da crise hondurenha – com enviados especiais, duas ou três páginas do caderno principal, manchetes, chamadas de capa –, a partir do distanciamento de posições entre Brasil e Estados Unidos no episódio (quando o governo de Obama resolveu mudar de posição devido a pressões internas), passou a publicar artigos opinativos desfavoráveis à atuação da diplomacia brasileira, atribuindo a ela a influência de Hugo Chávez.

E, por sua vez, a elogiar a solução da crise, via o acordo mediado pelos Estados Unidos. Acordo esse que, frustrado, foi o marco para a posição americana em aceitar o resultado das eleições, marcadas para 29 de novembro, mesmo sob o governo de Micheletti, sem a restituição de Zelaya ao poder, que seria decidida, então, nos termos do acordo, pelo Congresso hondurenho.

Um histórico das publicações do jornal acerca desse caso torna possível a verificação de que, progressivamente, seu posicionamento se aclarava no alinhamento às posições adotadas pelos Estados Unidos, em detrimento das iniciativas multilaterais, de que fazia parte a diplomacia brasileira.

Em resumo, passou da informação para o delineamento de um cenário em que, da eventualidade à certeza, colocava Hugo Chávez no comando das ações do Itamaraty e do presidente Lula.

A análise por nós realizada leva à verificação da ocorrência de um refrão que, repetido e ampliado, chega a inverter a lógica do golpe e opor, de um lado, Chávez, Zelaya e Lula; do outro, os Estados Unidos, Micheletti e a “solução democrática”.

Em editorial de 26/09/2009, “O Brasil busca uma saída”, Chávez é mencionado como o arquiteto da situação instaurada e a Lula é deixada a condição de conivente ou de ingênuo.

Boquirroto, como sempre, o caudilho Hugo Chávez já contou como aconselhou e auxiliou o presidente deposto Manuel Zelaya a voltar a Honduras e a buscar abrigo na Embaixada do Brasil em Tegucigalpa. Forneceu os meios para a viagem e participou pessoalmente de uma operação de despistamento, para levar o governo de facto de Honduras a crer que o presidente deposto estava indo para Nova York, quando seu destino era seu próprio país. O que ainda não está claro é se Hugo Chávez deu conhecimento de seu plano ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Itamaraty ou se decidiu colocar o Brasil numa situação delicada – numa verdadeira armadilha – sem avisar ninguém, dando por bem que pode manobrar à vontade o seu aliado brasileiro. Nenhuma dessas hipóteses é lisonjeira para o governo petista. (BRASIL BUSCA...,2009, p. A3).

No dia 30/09/2009, outro editorial, “A única saída para o Brasil”, afirmando a ascendência de Chávez sobre Lula e que o Brasil, não sabia o que fazer para impedir que o presidente deposto, que estava na embaixada brasileira como hóspede e não como asilado político, fizesse das antigas instalações diplomáticas uma “plataforma política da insurreição”.

O presidente Lula não apenas caiu na armadilha armada por Hugo Chávez em Honduras, como foi procurar apoio para sua luta pela democracia na América Central, numa reunião de cúpula de países sul-americanos e africanos realizada na Venezuela na qual pontificavam lutadores da democracia do estofado de Robert Mugabe, presidente há 30 anos do Zimbábue, e de Muamar Kadafi, ditador há 40 anos da Líbia. Obteve-o por unanimidade.

Em compensação, mereceu crítica do representante dos Estados Unidos no Conselho Permanente da OEA, pelo apoio de seu governo ao comportamento “irresponsável e tolo” do presidente deposto Manuel Zelaya.

A única saída digna para o governo brasileiro da armadilha em que se meteu parece ser a concessão de asilo a Zelaya em território nacional.

O problema é convencê-lo aceitar essa solução. (A ÚNICA..., 2009, p. A3).

No mesmo dia, José Nêumanne escreve que Zelaya está em Honduras porque Chávez quer e Lula garante proteção.

“Estamos é fazendo um banzé brasuca estúpido em terreiro alheio, que, aliás, não tem interesse nem importância nenhuma para nós. Ao mundo, que tenta se esconder do vexame de ignorar as regras da democracia de um país pobre, o Brasil parece bater no peito e proclamar com arrogância: ‘Sou ignorante, sim, mas quem aí não é?’” (BANZÉ..., 2009, p. A2). Nesse roteiro cinematográfico traçado pelo colunista, o papel reservado ao Brasil é o de um atrapalhado coadjuvante.

Em 01/10/2009, Demétrio Magnoli escreve que “Incapaz de controlar o canastrão, o Brasil trocou a diplomacia pela ideologia”. Atribui o comando a Chávez e critica a posição do Brasil em defesa dos Estados Unidos. “No Itamaraty, é a hora e a vez dos amadores. Na reunião de emergência da OEA convocada para dar uma resposta à declaração do estado de sítio, o Brasil alinhou-se à Venezuela e rejeitou as sugestões moderadas dos EUA, provocando o fracasso do encontro”. (PERSONAGENS DE UM..., 2009, p. A2).

Conclui seu roteiro atribuindo ao cenário, imagens e personagens forjados na estereotopia entre “mocinhos” e ‘bandidos’, própria dos filmes de faroeste – temática, aliás, já evocada no título: “Personagens de um filme antigo”.

Feito o estrago, a diplomacia brasileira diagnosticou, pela voz do embaixador Ruy Casaes, que “a OEA está caminhando para um absoluto estado de irrelevância”, e o ministro

Amorim passou a dirigir apelos ao Conselho de Segurança da ONU. A ideia de sabotar os esforços de Washington na organização hemisférica para, então, solicitar ajuda de Washington na organização mundial constitui mais uma inovação piramidal dos luminares que dirigem nossa política externa.

A falência do Brasil como mediador não suprime a oportunidade para uma solução negociada, cuja base só pode ser o Plano Arias. Desde a decretação do estado de sítio, os EUA passaram a agir mais firmemente, embora com discrição, e surgiram sinais de divisão na elite política e empresarial hondurenha. Lula e Amorim, personagens do filme antigo dirigido por Chávez, dependem como nunca do sucesso da operação americana de bastidores. Se ela não funcionar, pesará sobre o governo brasileiro parte da responsabilidade por um desfecho trágico que podia ter sido evitado. (Ibid, 2009, p. A2).

Mais um editorial, de 10/10/2009, “O fiasco da OEA”, trata da falta de sucesso da delegação da entidade em conseguir um acordo, volta ao tema:

Não foram poucos os observadores internacionais que acreditaram que a ida a Tegucigalpa de uma delegação composta por representantes de 13 países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) poria fim à crise que já dura cerca de cem dias. [...]

Mas o fato é que os representantes da OEA não tinham um plano para pacificar o país centro-americano nem uma estratégia negociadora que pudesse levar à solução do conflito. Limitaram-se a repetir a fórmula inspirada por Hugo Chávez – que não se conforma em perder a cabeça de ponte que havia estabelecido em Honduras ao atrair Zelaya para o movimento bolivariano – e instigada pelo Itamaraty: Micheletti deve sair e Zelaya deve voltar ao governo. (O FIASCO DA OEA, 2009, p. A3).

Ao final do texto, com as associações de ideias entre Chávez e a diplomacia brasileira, apresentadas anteriormente, o jornal chega praticamente a tomar partido a favor do governo golpista:

O presidente de facto, Roberto Micheletti, já afirmou que deixará o cargo se Manuel Zelaya desistir de voltar ao poder. Essa pode ser uma condição necessária para a solução da crise. Falta, ainda, que Zelaya e seus companheiros desistam da exigência da elaboração de um novo “pacto político e social” – uma óbvia brecha para a chegada do bolivarianismo chavista ao país. As eleições de novembro, com lisura atestada por observadores internacionais, poriam fim ao problema. (Ibid, 2009, p. A3).

### 1.3. Os EUA entram em cena

Em 31/10/2009 o jornal traz na manchete de capa: “Pressão dos EUA encerra impasse em Honduras”. Naquela edição, e nas seguintes, comparecem análises, entrevistas e matérias que exaltam a eficiência da ação e reafirmam, de maneira celebrativa, a influência dos Estados Unidos na América Latina. Um exemplo é a matéria “EUA demoram a agir, mas resolvem impasse político”, assinada pelo correspondente em Nova York, Gustavo Chacra, publicada nessa data (editoria Internacional, página A12), que inicia da seguinte forma: “A crise em Honduras lembra os filmes de Velho Oeste. No meio do impasse, a cavalaria americana chega e resolve a questão, após várias tentativas fracassadas.” (EUA DEMORAM A..., 2009, p.A12).

Outra matéria, de 1/11/2009, “Acordo em Honduras reforça poder dos EUA na América Latina”, (editoria Internacional, página A18), encerra desta maneira:

A reação de Washington veio depois de certa relutância, mas basta lembrar que, ainda na véspera, o governo de facto dizia que manteria o suspense até as próximas eleições.

‘Ironicamente, as pessoas que estiveram se queixando da Interferência dos EUA na América Latina estão agora se queixando de que não estamos fazendo o suficiente’, disse Obama quando a solução ainda parecia distante. O desenlace em Honduras reforça a tese de que a região ainda não consegue prescindir de Washington. (ACORDO EM HONDURAS..., 2009, p. A18).

Encerrando a análise das publicações de *O Estado de S. Paulo*, a reprodução do editorial de 02/11/2009, “Acordo em Honduras”, orienta a explicitação das ideias nele contidas, que, por seu turno, sintetizam o alinhamento discursivo do jornal: exaltação da ação norte-americana, chegando-se a inverter os papéis entre o golpista e o golpeado (o trecho “Observe-se que os chamados ‘golpistas’ agiram dentro da lei” é emblemático); contraste da eficiência da política externa de Barack Obama com a inabilidade do Itamaraty, fazendo-se aclamação das inclinações solidárias dos Estados Unidos e submetendo as ações brasileiras à vontade de Hugo Chávez; por último, críticas a Lula, apresentando-o na companhia de seu mentor, e uma advertência:

(1)

Em pouco mais de 48 horas de negociações, a missão norte-americana em Honduras, chefiada pelo secretário-assistente de Estado para Assuntos Hemisféricos, Thomas Shannon, que é o embaixador designado para o Brasil, conseguiu o que as organizações

multilaterais, inclusive a OEA, não obtiveram em quatro meses. O acordo mediado por Shannon e assinado pelos representantes do presidente de facto Roberto Micheletti e do presidente deposto Manuel Zelaya estabelece as bases para o retorno à democracia naquele país e, de tal forma, que nenhum dos lados poderá dizer que saiu vitorioso. Micheletti teve de admitir que a volta de Zelaya à presidência seja decidida pelo Congresso – onde as probabilidades favorecem o presidente deposto – e não pela Suprema Corte – que provavelmente mandaria Zelaya para a cadeia.

Mas tem a seu favor o fato de ter liderado um movimento que impediu que Zelaya violasse dispositivos pétreos da Constituição numa tentativa de permanecer no poder. Observe-se que os chamados “golpistas” agiram dentro da lei, até que os militares encarregados de cumprir o mandado de prisão emitido pela Suprema Corte contra Zelaya exorbitaram e o expulsaram do país.

Zelaya, por sua vez, deverá ser reinvestido no cargo, mas apenas para concluir o seu mandato. Manterá suas funções cerimoniais, mas o poder de fato será exercido por um gabinete de união e conciliação nacional. Além disso, Zelaya foi obrigado a se comprometer a não tentar, de novo, mudar as cláusulas pétreas da constituição que proíbem a reeleição.

(2)

O caso de Honduras mostra um dos melhores lados da política externa do presidente Barack Obama. Quando houve o golpe preventivo em Tegucigalpa, aplicado para evitar que o país se tornasse mais um satélite do bolivarianismo do caudilho Hugo Chávez, não faltou quem garantisse que os Estados Unidos apoiariam o governo de facto. Mas o que a Casa Branca fez foi juntar-se a todos os países do Hemisfério na condenação da quebra da norma democrática. Depois, deu tempo e espaço para que a OEA e os países da região tentassem mediar o conflito. Só quando falharam todas as tentativas de mediação da OEA e se chegou a um impasse, o governo americano interveio. Com isso, Washington demonstrou que apoia a ação das instituições multilaterais e que ficou no passado a época em que apoiava ditaduras de direita. Mas também deixou claro que usa os poderes de persuasão da superpotência, quando isso é necessário. Em linguagem diplomática, o embaixador Thomas Shannon explicou que o argumento decisivo para a obtenção do acordo foi “o reconhecimento que Honduras tem de ir para as eleições com o apoio da comunidade internacional e que a falta desse apoio jogaria o país ainda mais fundo na crise política”. Na verdade, a diplomacia americana jogou, com habilidade, porém com energia, com os dois lados em disputa. E obteve um bom acordo.

A diplomacia brasileira fez o contrário disso. Desde o início da crise, por inspiração do caudilho Hugo Chávez, o governo brasileiro assumiu posições intransigentes contra o governo de facto e a favor do presidente deposto. Ao permitir que Manuel

Zelaya ocupasse a embaixada em Tegucigalpa e dela fizesse o centro da agitação política contra o governo Micheletti, o governo brasileiro passou a interferir nos assuntos internos de Honduras, violando um dos princípios básicos da nossa política externa, que é a não-intervenção. Essa inabilidade inviabilizou a possibilidade de qualquer tentativa brasileira de liderar um processo de negociação.

(3)

Na sexta-feira, ao tomar conhecimento do fim do impasse em Honduras, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que “o que aconteceu, na verdade, foi que Micheletti descobriu que não é possível governar contra a vontade da maioria”. Na verdade, as últimas pesquisas de opinião mostram que os hondurenhos querem que Zelaya complete seu mandato, mas não votariam nele de novo. Quando fez essas declarações, o presidente Lula estava na Venezuela, em companhia de Hugo Chávez, de quem ouvira, pouco antes, que não entendia como um político com mais de 80% de aprovação não podia continuar governando o seu país. O autoritarismo de Chávez o impede de ver que o que marca uma democracia é menos a repetição periódica das eleições do que a possibilidade da alternância no poder. Manuel Zelaya se deixou convencer pela pregação chavista e deu no que deu. (ACORDO EM HONDURAS, 2009, p. A3).

Publicações sobre o acordo intermediado pelos Estados Unidos, em 30/10/09, não discutiam as razões e interesses norte-americanos para uma solução da crise, relatavam apenas. Davam como certa a restituição de Honduras à “normalidade”.

Nas suítes, que garantem a continuação do assunto, explicações aprofundadas eram preteridas. Resgatava-se tão somente o que devia vir à luz – reforço no enquadramento que esconde/revela na “[...] lógica do aparecer/desaparecer (ou do fazer aparecer/desaparecer) como suposta forma de poder e garantia de obtenção de hipervalorização social [...]”. (TRIVINHO, 2008, p.5).

Um exemplo: *Veja* (04/11/2009), com a manchete “Perdeu o bigodão – Acordo imposto pelos Estados Unidos põe fim à crise e reserva para Manuel Zelaya um papel simbólico até as eleições no fim deste mês”, celebrava o poder dos Estados Unidos para pôr fim à crise, dada pela edição como definida, e fazia uma provocação ao governo brasileiro (para quem, segundo afirmava, “sobraram as tarefas de aplaudir a diplomacia americana e responder na Corte Internacional de Justiça, de Haia, à acusação de ingerência nos assuntos internos do país”). *Veja* não mencionava, no entanto, que a acusação foi feita por um “governo” que sequer era reconhecido pelos órgãos internacionais como tal; sem efeito, portanto.

A construção discursiva dos acontecimentos em Honduras feita pelo *O Estado de S. Paulo* se aproxima ao que foi mostrado por *Veja*. Esta, de saída, na edição de 30/09/2009, atribuíra a Hugo Chávez a autoria a arquitetura da trama, enquanto o jornal o fez em episódios.

O enquadramento verificado, sobretudo no que se refere à valoração entre as diferenças da política externa dos Estados Unidos e do Brasil (incluindo-se publicações da *Folha de S. Paulo*), por oferecer a seu leitor uma única visão, pronta e acabada, corrobora a existência de uma tendência desses veículos ao monolinguismo. Prática característica do que identificamos por refrão.

Alguns contrapontos podem ser encontrados na edição de agosto de 2009, *Le Monde Diplomatique Brasil*, que, por sua vez, publica o artigo “Crise política em Honduras”, em que contextualiza o golpe, apresenta dados históricos, oferece detalhes e questiona posicionamentos, revelando relações complexas nos bastidores do poder que ligam grupos de interesses norte-americanos e hondurenos.

“No final do século XX, os países hegemônicos impuseram à América Central e Honduras um novo futuro: seriam “democracias” e assinariam tratados comerciais desiguais. Porém, quando Manuel Zelaya Rosales assumiu a presidência ele não se ateu a esse plano e colocou o país no rumo da Alba, contrariando interesses poderosos” (Edição 25 – 08/2009).

Revela ainda que os golpistas se mostraram intransigentes nas negociações por estarem convencidos do apoio dos Estados Unidos.

Ganharam tempo, dia após dia, para consolidar suas posições, sabendo que o Departamento de Estado ainda estava considerando se o golpe militar foi legal ou ilegal e porque os falcões militares e midiáticos tinham lançado uma campanha internacional baseada na mentira de que se estavam preparando contingentes invasores apoiados pelos governos da Venezuela, Nicarágua e Cuba. (Ibid, 2009).

Com relação aos poderes que se articulam de maneiras complexas e variadas John Thompson lembra que “As ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva”. (THOMPSON, 1998, p. 24). Logo, o texto apresenta a articulação das instituições de poder, instituições que agem em busca de seus interesses.

Mas, afinal, quem realizou o golpe militar em Honduras? Bem, é um produto da articulação de quatro poderes nacionais e internacionais inseparáveis do domínio econômico, político e ideológico: o midiático, o militar, o religioso e o jurídico. Antes do golpe, os magnatas da imprensa escrita, televisiva e do rádio de Honduras desenvolveram uma campanha sistemática para desprestigiar o governo de Manuel Zelaya. Aceitaram os quadros oxidados, entre intelectuais e militares, e as vozes dos torturadores para criar terror no povo hondurenho e inventaram as mentiras mais irracionais, alimentando a ideia de que viriam os “comunistas” comer as crianças e tirar as casas dos cidadãos. Satanizaram a figura dos presidentes Hugo Chávez e

Daniel Ortega como prováveis invasores do país e criaram a imagem de um inimigo externo em guerra contra nosso povo. (Ibid, 2009).

Thompson enfatiza que “a comunicação mediada é sempre um fenômeno social contextualizado: é sempre implantada em contextos sociais que se estruturam de diversas maneiras e que, por sua vez, produzem impacto na comunicação que ocorre. [...] os fenômenos sociais podem ser vistos como ações intencionais levadas a cabo em contextos sociais estruturados. (Ibid, 1998, p.20-21).

Nesse sentido, ao oferecer ao leitor uma cobertura sobre determinado caso, sem lhe apresentar as relações de complexidade, não lhe proporciona visões mais amplas de uma realidade.

Cabe lembrar que essa postura se deu nos dias em que o plenário do Senado brasileiro decidiria sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul<sup>7</sup>; e também à época em que ocorreria a assinatura do acordo militar entre a Colômbia e os Estados Unidos que permitiria o uso de até sete bases colombianas por militares norte-americanos, motivo de desconfiança de países da América do Sul, entre eles o Brasil pois, no entendimento do Itamaraty, poderia abrir uma brecha para ataques à Venezuela e a outros países sul-americanos. Outra situação que ocorria naquele momento era o embate entre o presidente Lula e alguns órgãos da imprensa nacional<sup>8</sup> – incluindo-se *O Estado de S. Paulo* e *Folha de São Paulo*.

---

<sup>7</sup> Em 1/11/2009, um editorial de *O Estado de S. Paulo* anuncia o risco da entrada da Venezuela no Mercosul, que poderia assim se tornar o “Mercosul bolivariano”:

Faltam só dois passos para o presidente Hugo Chávez assumir o comando do Mercosul e transformá-lo em mais um instrumento de suas ambições.

[...]

Se a adesão da Venezuela for aprovada pelo Senado brasileiro e, em seguida, pelo paraguaio, os próximos acordos comerciais do bloco ficarão sujeitos às pretensões políticas de Chávez e aos critérios do bolivarianismo. O currículo de Chávez, incluídas as suas desastrosas participações em eventos internacionais na América Latina, autoriza todos os temores. Sua incapacidade de reconhecer limites é notória, assim como sua disposição de criar conflitos. Nem é preciso mencionar a costumeira submissão do presidente Luiz Inácio Lula aos desejos do caudilho venezuelano nem, tampouco, os favores feitos por Chávez, com petrodólares, ao casal Kirchner. [...] (MERCOSUL BOLIVARIANO?, 2009, p.3).

<sup>8</sup> Nessa fase, publicou-se muito sobre a liberdade de imprensa, e da “guerra” entre Lula e a imprensa (tema que será objeto de análise no segundo capítulo desta dissertação). Publicaram-se indicadores da liberdade de imprensa na América Latina, sobretudo na Venezuela e na Argentina, e, a isso, vinculando o contexto nacional. Por exemplo, a viagem de Lula à Venezuela foi comentada, em 31/10/09, numa matéria da enviada especial de *O Estado de S. Paulo* a El Tigre : “Chávez pede 3º mandato de Lula ou eleição de Dilma”. O texto reforça o cenário montado na crise hondurenha, cuja atuação brasileira era vinculada a ação unicamente de Lula, desprezando-se as políticas do Itamaraty, e subordinando essas ações aos planos de Chávez:

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, lamentou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha de deixar o governo do Brasil em 1º janeiro de 2011 e defendeu sua candidatura a um terceiro mandato. Declarou, no entanto, ter certeza de que, em 2010, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, será eleita sucessora de Lula. “Eu lamento que Lula saia do governo. Por que ele tem de sair? Se um presidente governa bem e tem 80% (*de aprovação popular*), porque ele tem de sair?”, perguntou Chávez, em entrevista a jornalistas brasileiros, enquanto esperava o desembarque de Lula em uma pista de pouso de El Tigre.

As articulações desses temas com o objeto da pesquisa – considerados relevantes para a contextualização do período delimitado, por terem relações entre si – serão retomados adiante.

#### 1.4. Uma outra voz reforça o monolinguismo

Se a imprensa age em terrenos tácteis – elegendo seus cânones e empilhando no porão do ofício uma multiplicidade de impasses e desenlaces –, na tentativa de explicitar uma atitude tendente a ser unívoca, três momentos do então ombudsman da *Folha de S. Paulo*, Carlos Eduardo Lins da Silva, são aqui resgatados para auxiliarem no entendimento dos modos de escolha:

(1) Em 04/10/09 ele alertava: “Golpe hondurenho exige contexto”.

Assim escreveu: “O leitor não pode seguir todas as minúcias das reportagens; o jornal deve ajudá-lo sempre a se situar. [...] No terreno da opinião, registrou-se na edição de terça incômoda unanimidade na página A2, em que todas as colunas e o editorial adotavam ponto de vista único sobre o papel do Brasil na crise. Em benefício do leitor e em nome da diversidade, outras posições precisam aparecer no jornal”. (GOLPE HONDURENHO..., 2009, p. A8).

Registre-se que o “ponto de vista único” dizia respeito à reprovação sumária do envolvimento do Brasil na crise.

(2) Em 15/11/09, analisando “Onde a Folha foi mal”:

“Leitor está desde o dia 5 sem explicação para o aparente fracasso do acordo promovido pelos EUA em Honduras, fartamente interpretado em seu anúncio em 31 de outubro”. (ONDE A FOLHA..., 2009, p. A8.)

Registre-se, nesse “fartamente interpretado”, uma precipitada cobertura que decretava o desfecho da crise, deixando de abordar a possibilidade do não cumprimento por alguma das partes e se esquecendo (ou se fazendo esquecer) do histórico de dilações do governo golpista.

---

[...]

Diante da notícia de que a Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro aprovava a entrada da Venezuela no Mercosul, Chávez disse que em seu país há “plena democracia” e “plena liberdade de expressão”. “Que ninguém acredite nesses pontos sobre o ditador Chávez e sobre a perseguição a jornalistas”, afirmou. “Em Honduras, sim, há ditadura e fecharam canais. Aqui, não. Vocês podem dizer o que queiram.” [...]. (CHÁVEZ PEDE 3º..., 2009, p.6).

Na referida edição (31/10/09), notava-se certa aclamação do papel dos Estados Unidos que, após resolver agir, “Em dois dias, o nó foi desfeito”, escreve Clovis Rossi.

Falemos de Honduras, a mais espetacular crise da América Latina nos últimos anos. Digo espetacular para não dizer grave, porque é discutível que um país tão pequeno e tão marginal geograficamente possa ser o epicentro de uma crise regional realmente grave.

Foram quatro meses de tentativas de resolver o impasse por meio de iniciativas autóctones. Primeiro, a do presidente da Costa Rica, Óscar Arias, aureolado com o Nobel da Paz. Depois, veio a intermediação da Organização dos Estados Americanos. Nada.

Aí, chegou o sétimo de cavalaria, mais conhecido pelo nome de Thomas Shannon, responsável pela região no Departamento de Estado, enquanto aguarda que cesse a birrinha de um representante republicano e ele seja confirmado como novo embaixador no Brasil. Em dois dias, o nó foi desfeito. É verdade que a base do acordo é o plano Arias, mas foi necessária a intervenção de Shannon, ao vivo e em cores, para que o plano fosse aceito. Toda a conversa em torno da nova liderança do Brasil, todo o teatro que são sempre as falas de Hugo Chávez, a emergência dos bolivarianos – nada disso impediu que o velho império se revelasse de novo indispensável. E, o que é melhor, desta vez para o bem. (MENOS FORTE..., 2009, p. A15).

O colunista da Folha de S. Paulo, aliás, já havia se mostrado bastante afeito ao refrão cinematográfico ao comparar o episódio hondurenho a uma cena da ficção. No dia 29/09/2009, ele conclama: “Pede para sair, Zelaya”, e arrisca seu roteiro. “Se eu fosse do governo brasileiro, chamaria o capitão Nascimento, o personagem desse excelente ator que é Wagner Moura em ‘Tropa de Elite’, para dizer ‘pede para sair, Zelaya’. É a única solução para acabar com o esculacho na missão em Tegucigalpa”.[...]. (PEDE PARA..., 2009, p. A2).

Observe-se ainda que o papel do Brasil foi minimizado e as relações complexas de interesses que levaram à interdição de Thomas Shannon para o novo cargo resumida a uma mera “birrinha de um representante republicano” que poderia cessar a qualquer hora.

O editorial da mesma data, sob o título “Solução americana”, exaltava a interferência norte-americana e assinalava as limitações do governo Lula para assumir o papel de liderança na América Latina. “Para um país como os EUA, envolvido em graves problemas internacionais, como a estabilização do Iraque e do Afeganistão, era natural que a opereta de Honduras não despertasse grande preocupação”. (SOLUÇÃO AMERICANA, 2009, p.A2).

(3) Em 22/11/2009, ele demonstrava preocupação quanto ao esquecimento da *Folha* em relação ao impasse que se estabeleceu e questionava: “O que aconteceu com Honduras?”

O texto a seguir nos dá o panorama geral:

Em 31 de outubro, o jornal deu acertadamente como manchete notícia sobre acordo a que haviam chegado, sob os auspícios dos Estados Unidos, os grupos que disputam o poder em Honduras. Textos de análise destacaram a ainda enorme influência americana sobre o hemisfério, como outros atores haviam sido incapazes de resolver o conflito etc.

O problema é que o acordo não foi cumprido e o leitor continuava, ao menos até ontem, à espera de algum tipo de explicação sobre por que as coisas se desdobraram assim e por que os EUA, fiadores do entendimento, não se mostram animados a forçar o seu cumprimento.

Para Washington, o acordo era para valer ou só uma forma de ganhar tempo e salvar aparências? Dissidências no Congresso americano se tornaram tão fortes que o governo teve de recuar? Algum fato novo ocorreu e fez com que a estratégia dos EUA fosse alterada? Micheletti levou Obama na conversa? Obama se encheu de Zelaya e resolveu deixá-lo no sereno? Honduras é tão desimportante que se esqueceram dela em Washington? (O QUE ACONTECEU..., 2009, p. A8).

As considerações do ombudsman da *Folha de S. Paulo* revelam sua preocupação tanto com a falta de contexto, quanto à simplificação dada pelas publicações do jornal quando decretam o fim do impasse por uma aclamada intervenção do Estados Unidos. Ambas as posturas, como também o esquecimento de um assunto, reforçam a prática do refrão da imprensa.

### 1.5. O acordo de Cartagena

A restituição de Honduras à Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1/06/2011, se deu após o acordo de Cartagena, negociado entre o atual presidente, Porfirio Lobo, e o deposto, Manuel Zelaya. O acordo, mediado por Colômbia e Venezuela, possibilitou a volta de Zelaya a Honduras. O Brasil apoiou a decisão.

Enquanto permanecia o impasse, o jornal *Folha de S. Paulo*, em diversas ocasiões, defendeu a volta de Honduras à OEA, criticando a posição brasileira sobre o assunto<sup>9</sup>, como, por exemplo, no editorial de 9/06/2010, “Ecos de Honduras”, em que defende a posição dos Estados Unidos e minimiza a repressão violenta aos partidários de Zelaya.

É preciso que Honduras se reintegre à Organização dos Estados Americanos. Sua participação na entidade foi suspensa desde a expulsão ilegal do país, por militares, do então presidente Manuel Zelaya, em junho de 2009. [...]

As diplomacias de diversos países latino-americanos, Itamaraty à frente, têm resistido a essa solução. Não reconhecem o atual governo hondurenho. Já haviam

<sup>9</sup> O Brasil manteve sua posição e considerava inegociável a volta de Zelaya à presidência. Sem sua recondução ao poder, o país não restabeleceria relações com Tegucigalpa nem reconheceria o resultado das eleições marcadas para o dia 29 de novembro.

Os Estados Unidos, ao contrário, mesmo com o fracasso do acordo, mudou sua posição.

Esses diferentes posicionamentos opuseram Brasil e Estados Unidos também em relação à reintegração de Honduras à OEA.

rejeitado o pleito negociado pelos EUA, por não aceitarem que o processo fosse conduzido pelas mesmas forças que depuseram Zelaya.

Embora a posição dos governos da região se baseasse em princípios defensáveis, ela terminou por fechar os olhos para a situação política real de Honduras – e poderia ter conduzido a um impasse ainda mais duradouro e contraproducente, não fosse pela intervenção norte-americana.

Novo impasse parece agora se desenhar na própria OEA. Os EUA pedem a reintegração imediata de Tegucigalpa à organização continental. A maioria dos países sul-americanos impõe condições para aceitar o retorno. [...]

Ao mesmo tempo, é de se reconhecer que nem tudo foi resolvido com a eleição do novo governo. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada à OEA, tem chamado atenção para assassinatos e sequestros de ativistas contrários à deposição de Zelaya – e juízes que se opuseram a sua expulsão do país se viram destituídos. (ECOS DE HONDURAS, 2010, p. A2).

Com o acordo de Cartagena, e a volta de Zelaya a Honduras, em 28/05/2011, o assunto voltou a ser notícia diária no jornal – que manteve enviado em Tegucigalpa –, de 26/05 a 02/06/11, um dia após a reintegração do país na OEA.

Três publicações sobre o desfecho da crise hondurenha dão o tom da cobertura, diverso das publicações de 2009, com o impasse de Zelaya abrigado na embaixada brasileira em que a diplomacia do governo Lula era criticada. O que leva à constatação, no âmbito desta pesquisa, de que a opinião do jornal era divergente da postura assumida pelo Itamaraty devido à figura do presidente Lula.

- (1) Quinta-feira, 26 de maio, “Por telefone, Chávez e Dilma falam do fim da crise hondurenha”:

DE BRASÍLIA - Em conversa telefônica ontem, os presidentes do Brasil, Dilma Rousseff, e da Venezuela, Hugo Chávez, comentaram o desfecho positivo da crise em Honduras, iniciada em 2009, quando o então presidente

Manuel Zelaya foi deposto por golpe de Estado.

Os dois falaram sobre os efeitos positivos para a região – a solução vai permitir a volta de Honduras à OEA (Organização dos Estados Americanos). Eles conversaram ainda sobre a vinda de Chávez ao Brasil no dia 6 de junho. A visita prevista para maio foi cancelada. (POR TELEFONE, CHAVEZ..., 2011).

- (2) Domingo, 29 de maio, Cláudia Antunes faz uma análise, contextualizada, do desfecho do caso, “Acordo nega legitimidade a golpe e vinga posição do Brasil”, cuja opinião confronta ao que foi apresentado pelo jornal na cobertura da crise, por inverter a ideia corrente de que a diplomacia brasileira se equivocara e de que os Estados Unidos agiam em defesa de princípios elevados.

O acordo que abriu caminho para a reintegração de Honduras à OEA não restituiu Manuel Zelaya ao poder, como exigiu a entidade há dois anos, nem garante a estabilidade num país polarizado.

Seu mérito é negar qualquer pretensão de legitimidade ao complô cívico-militar que retirou o presidente de pijamas da residência oficial e o expulsou do país.

O acordo premia a persistência do Brasil e de seus sócios no Mercosul, para os quais a época de quarteladas na região fora encerrada com a aprovação da Carta Democrática da OEA, em 2001.

Esses países resistiram à ofensiva liderada pelos EUA para que a situação fosse dada por normalizada após a eleição de Porfírio Lobo.

Na época, o governo Obama buscou acomodação com os golpistas devido à pressão conservadora no Congresso e ao lobby da Câmara de Comércio EUA-Honduras, detalhado nos telegramas obtidos pelo grupo WikiLeaks. Fez isso apesar de o próprio embaixador dos EUA em Tegucigalpa, Hugo Llorens, ter dito que a deposição fora "ilegal e inconstitucional". Embora a Carta hondurenha seja falha em mecanismos para resolver disputas entre os Poderes, o certo é que o afastamento legal do presidente só poderia ter ocorrido após sua condenação em processo judicial.

A alegação dos golpistas era que Zelaya violara a Constituição ao organizar consulta popular sobre a convocação de Constituinte. A acusação se baseava na suposição de que o objetivo final era mudar a cláusula pétrea que proíbe a reeleição. O acordo intermediado por Colômbia e Venezuela pretende encerrar a polêmica ao reconhecer o direito de Zelaya de promover a consulta. Se realizado, desta vez o plebiscito poderá versar diretamente sobre mudanças em cláusulas pétreas, conforme regulamentação do tema aprovada em janeiro por iniciativa de Lobo, sob o argumento – tirado da Carta- de que "soberano é o povo". (ACORDO NEGA LEGITIMIDADE..., 2011).

(3) Domingo, 29 de maio, “Pacto não oferece garantias, dizem ONGs” – Da enviada a Tegucigalpa:

Triunfo político do ex-presidente – e da diplomacia regional –, o acordo para a volta de Zelaya a Honduras não tem garantias jurídicas para o ex-mandatário, não pune os golpistas nem os violadores de direitos humanos. Quem protesta é um conjunto de ONGs locais e do exterior que exige que a Organização dos Estados Americanos imponha condições para Honduras voltar à entidade.

O grupo lembra o alarmante recorde do país na matéria: do golpe até agora, nada menos que 11 jornalistas foram assassinados, e as contas totais, somando mortes de defensores de direitos humanos e líderes camponeses, alcançam ao menos o dobro. (PACTO NÃO OFERECE..., 2011).

Sobre essas violações aos direitos humanos, o *Le Monde Diplomatique Brasil* publica, na edição de junho de 2011, “Braço de ferro em Honduras”, matéria em que trata da resistência hondurenha ao golpe e apresenta um panorama da situação:

[...] Little Caesars, Dunkin Donut’s, Popeyes, Burger King, Denny’s, Pizza Hut, Wendy’s, DK’D Donuts, McDonald’s... Tegucigalpa é, teoricamente, a capital de Honduras (mas alguns dizem de Washington). Se os grandes grupos midiáticos pertencem a dez famílias da oligarquia, a Rádio Globo, apesar de comercial, não se mostrou muito de acordo com a situação. Condenada ao silêncio duas vezes, retomou suas emissões. “Sobre nossa atuação, não nos submetemos a pressões do poder; há uma relativa liberdade de informação. Contudo, dez jornalistas foram assassinados em diversas circunstâncias desde o início da administração de Lobo [o

décimo primeiro jornalista morto apareceria em 10 de maio de 2011]. São mensagens indiretas, muito preocupantes.”

Bertha Oliva, coordenadora-geral do Comitê das Famílias de Desaparecidos de Honduras (Cofadeh), denunciou o assassinato de mais de cem membros da Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP). (Edição 47 – 06/2011).

## 2. O TERREMOTO E AS FORÇAS DE PAZ NO HAITI

Assim como em Honduras, o terremoto no Haiti, em 12 de janeiro de 2010, rendeu vastas matérias à imprensa e material para análise do comportamento da imprensa em episódios que contrapõem a política externa do Brasil e dos Estados Unidos.

Sobre a polêmica criada pela disputa de liderança entre Estados Unidos – que enviou grande número de militares – e Brasil – que chefiava as forças de paz da ONU<sup>10</sup> –, no auxílio ao país após o terremoto (polêmica essa em grande parte sustentada pela própria imprensa), Clovis Rossi escreveu: “O Brasil mudou de complexo. Antes, abrigava n’alma o de vira-lata, segundo Nelson Rodrigues, escafandrista da alma brasileira. Agora, na crise haitiana, mostra complexo de rottweiler. Pena que não tenha dentes”. (ROTTWEILER..., 2010, p. A2).

No artigo, o autor deixava explícita a opinião de que, nesse caso, a acomodação ao velho complexo é o melhor caminho – sem se preocupar em questionar, ou esclarecer, sobre “qual deve ser o papel do Brasil ali em função de seu interesse nacional”, conforme comentário do ombudsman do jornal, logo abaixo –, pois “é bobagem resmungar sobre os Estados Unidos assumirem um papel mais relevante que o das forças da ONU. É brigar com os fatos da vida”. (Id., 2010, p. A2)<sup>11</sup>.

Dentro dessa mesma linha de sentenças recorrentes acerca da relação entre os dois países, a colunista Eliane Catanhêde, para se referir ao Brasil, cunhou: “Galinho garnizé”. Assim contribuiu: “Com o terremoto, Lula, Jobim e Amorim [...] têm a opção de disputar ou de somar com os EUA; perder contra ou ganhar com eles. [...] bater de frente com os gigantescos recursos norte-americanos é reduzir o Brasil a uma formiguinha a mais na ajuda humanitária.” (GALINHO GARNIZÉ, 2010, p. A2).

<sup>10</sup> A Minustah, Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, presente na ilha desde 2004, cujo principal contingente é integrado por brasileiros.

<sup>11</sup> Em artigo publicado em 22/05/2010 na mesma *Folha de S. Paulo*, A16 – mundo, intitulado “Megalomania a convite”, Clóvis Rossi volta a abordar esse “complexo de vira-lata”, quando trata da atuação da diplomacia brasileira no contencioso nuclear do Irã, ocasião em que o autor apresenta uma opinião que contrasta com esta em questão.

A relação do Brasil com a questão nuclear iraniana será objeto de análise da presente pesquisa.

Ao comentar a cobertura feita pela *Folha de S. Paulo*, o ombudsman Carlos Eduardo Lins da Silva, dentre os elogios ao trabalho dos quatro enviados pelo jornal, faz um alerta:

Mas tem deixado a desejar, em minha avaliação, no que diz respeito ao aprofundamento das informações que eles geram. A esta altura, há dois temas que parecem centrais: a capacidade do Estado haitiano para reconstruir o país e qual deve ser o papel do Brasil ali em função de seu interesse nacional. Têm faltado boas entrevistas, artigos, análises, interpretações para o leitor formar seus juízos de valor.

Ainda há tempo para recuperar esse terreno, e é até bom que haja muito a ser feito porque o maior erro que o jornalismo poderá cometer nesta situação será abandonar o assunto quando o impacto da tragédia passar.

"O Haiti não deve ser notícia hoje e esquecimento amanhã", como alertou o grande escritor Carlos Fuentes em artigo para "El País" nesta semana. (NÃO IR DE NOTÍCIA..., 2010).

Não obstante a preocupação do ombudsman, passado o impacto da tragédia, o Haiti desapareceu da mídia, voltando a ser notícia apenas com a epidemia de cólera; com a volta do ex-presidente Jean-Claude Duvalier, o Baby Doc, em plena crise política ocasionado pelo adiamento da votação do segundo turno das eleições presidenciais; e quando se completou um ano do terremoto, ocasião em que se verificou que a reconstrução do país em praticamente nada tinha avançado, apesar das promessas de esforços internacionais para a tarefa.

Em 12/07/2010, o site da BBC Brasil publica matéria "Ajuda do Brasil ao Haiti equivale a gastos com manutenção das tropas", em que se constata uma outra realidade, diferente das previsões feitas pelos colunistas da *Folha de S. Paulo*, em decorrência da "ajuda humanitária" dos Estados Unidos.

A ajuda financeira do governo brasileiro ao Haiti, devastado por um terremoto no dia 12 de janeiro, há exatamente seis meses nesta segunda-feira, chegou a US\$ 222 milhões neste período. [...]

Apesar de ter se comprometido com uma quantia inferior a das grandes potências, o Brasil está entre os poucos que efetivamente realizaram a transferência do dinheiro.

O governo americano, por exemplo, prometeu US\$ 1,15 bilhão durante o encontro, mas ainda aguarda a aprovação do Congresso para que a verba seja liberada. Na avaliação de um interlocutor do Palácio do Planalto, a "rapidez" com que o país se propôs a depositar sua parcela serviu como uma "sinalização" do peso que o Haiti tem entre as prioridades da política externa brasileira. (AJUDA DO BRASIL..., 2010).

Um outro contraponto pode ser encontrado nas páginas do *Le Monde Diplomatique Brasil*, com o artigo "Os EUA na América Latina / Haiti, em que se afirma que "A operação militar montada pelos Estados Unidos após o terremoto devastador no Haiti é um exemplo de como guerra e ajuda humanitária já dividem as mesmas trincheiras na geopolítica. A tragédia

foi a brecha para estadunidenses realocarem tropas no Caribe e mostrarem que podem atropelar vizinhos e as Nações Unidas.” (Edição 31 – 02/2010).

Segundo a publicação, com a ajuda, o governo Obama aproveitou para retomar sua influência direta na região com tropas militares, o que não acontecia há seis anos, e faz uma constatação:

Afinal, tratava-se de uma operação de ajuda ou de uma ocupação militar? As duas coisas. Ironicamente, essa tem sido uma estratégia usada cada vez mais como forma de amenizar rejeições à militarização do território e a posterior adoção de “contrapartidas” com esses países. Isso quando a ajuda e a doação não são somente promessas no calor da comoção de uma crise social e política... (Ibid, 2010).

O jornal espanhol *El País* publicou uma entrevista com Celso Amorim, denominado como “a voz do Brasil da era Lula no exterior” em que o Chanceler brasileiro comenta, dentre outros temas, os dois episódios envolvendo Brasil e Estados Unidos. Na introdução à entrevista, o jornal apresenta esse cenário:

[...] A política externa brasileira, respaldada por seu êxito econômico, ajudou o país a entrar no páreo de um possível posto no Conselho de Segurança da ONU, a formar um grande bloco político sul-americano (Unasul), a conseguir uma Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, a deixar de receber e passar a dar dinheiro ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e a ter muito o que dizer na cúpula do clima de Copenhague. Entretanto, as crises de Honduras e do Haiti, onde os Estados Unidos ditaram o passo, semearam muitas dúvidas sobre até onde o Brasil está disposto ou quer exercer seu papel de líder mundial. [...] (SE A GRÉCIA ACEITASSE..., 2010).

**El País: Em Honduras os golpistas venceram, e no Haiti desembarcaram os fuzileiros para dividir a ajuda. Não acha que em ambos os casos a poderosa diplomacia brasileira foi tímida?**

**Celso Amorim:** Nós estamos no Haiti. Não podemos competir com a CNN, que mostra mais o ex-presidente Bill Clinton do que o comandante brasileiro encarregado da segurança do país. Seria um erro pensar que são os EUA que estão resolvendo a crise no Haiti. As forças americanas estão ajudando diante de uma emergência, como todos. Não é uma competição. O Brasil já decidiu aumentar suas forças de 2.200 para 2.600 efetivos. Eu já visitei o Haiti, e Lula vai ao país no dia 25. Queremos respaldar o papel do governo haitiano. Ele não somente deve estar à frente das coisas, como deve parecer que está, é importante que as pessoas vejam isso. Temos um projeto com o Chile para construir uma sede, de forma que o governo do presidente René Préal tenha onde trabalhar de forma conjunta. Uma vez terminados os trabalhos de emergência, o melhor é que permaneçam somente as forças da ONU. Quanto a Honduras, ali fizemos o que achamos que deveríamos fazer, alinhados com as decisões da OEA. O diálogo não resultou naquilo que queríamos, no que toda a América Latina queria, a volta de Zelaya ao poder. (Ibid, 2010).

### 3. BRASIL-IRÃ E O IMPASSE NUCLEAR

A aproximação diplomática do Brasil com o Irã está no âmbito dos acontecimentos que tanto podem gerar condições para um debate que aponta para as inúmeras diretrizes ligadas às ações de política externa nas relações estabelecidas entre dois países distintos em busca de seus interesses, ou então encontrar terreno farto para a implementação de mais um refrão que caracteriza a diplomacia mediatizada.

O estabelecimento dessa relação é importante no âmbito desta pesquisa, sobretudo em dois momentos geradores de inúmeras reportagens, matérias e opiniões: na visita do presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil, em novembro de 2009; e no acordo para a troca de urânio iraniano por combustível nuclear, mediado por Brasil e Turquia. Importantes também por, mais uma vez opor, no campo diplomático, Brasil e Estados Unidos.

Em ambos os episódios, o viés que deveria prevalecer, assim como denotam os receituários diplomáticos, são os interesses comerciais entre o Brasil e o país persa (para se usar um jargão jornalístico) e de demarcação de espaço no jogo do poder no cenário mundial. Primeiro, trata-se de parte da estratégia brasileira para ampliar seus parceiros comerciais, também coerente com o ambicionado papel de destaque internacional. O Brasil defende o direito do Irã desenvolver seu programa nuclear para fins pacíficos com interesses também no desenvolvimento de sua própria tecnologia nuclear que, a exemplo da iraniana, também já foi alvo de desconfianças e inspeções.

Essa aproximação, no entanto, é mostrada em parte da cobertura nacional como uma relação de amizade entre governantes e não como relações entre Estados que se movimentam sempre em busca de ganhos relativos. Constata-se uma superexposição dos pontos considerados negativos dessa “amizade” em detrimento de uma exposição de prós e contras capazes de gerar debate para o esclarecimento do leitor. Essa simplificação por meio da mistificação que se faz é um refrão a que esta pesquisa se propõe a buscar.

#### 3.1. O Brasil, no centro do jogo e na linha de fogo

A título de introdução do cotejo entre publicações sobre o caso analisado, destacamos trecho do texto de Mino Carta (“Os interesses do Império e os nossos – A mídia nativa, contra Lula, defende aqueles”), publicado na revista *Carta capital* (26/05/2010), que faz uma crítica

irônica à cobertura dos grandes jornais brasileiros acerca do acordo mediado por Brasil e Turquia.

AO LER os jornalões na manhã de segunda 17, dos editoriais aos textos ditos jornalísticos, sem omitir as colunas, [...] me atrevi a perguntar aos meus perplexos botões se Lula não seria um agente, ocidental e duplo, a serviço do Irã. Limitaram-se a responder soturnamente com uma frase de Raymundo Faoro: ‘A elite brasileira é entreguista’.

Entendi a mensagem. A elite brasileira aceita com impávida resignação o papel reservado ao País há quase um século, de súdito do Império.<sup>12</sup> [...] Não há entidade, instituição, setor, capaz de representar de forma mais eficaz a elite brasileira do que a nossa mídia. (OS INTERESSES..., 2010, p.16).

O colunista prossegue sua crítica numa reflexão muito próxima sobre o tratamento que a mídia dispensa ao caso, personalizando as relações e ações de Estado na figura do presidente, explicitando, dessa forma, um refrão recorrente próprio de uma diplomacia inventada.

[...] Não pretendo aqui celebrar o êxito da missão de Lula e Erdogan. Sei apenas que em país nenhum do mundo democrático um presidente disposto a buscar o caminho da paz não contaria, ao menos, com o respeito da mídia. Aqui não. Em perfeita sintonia, o jornalismo pátrio enxerga no presidente da República, um ex-metalúrgico, que ousou demais, o surfista do exibicionismo, o devoto da autopromoção a beirar o ridículo. Falamos, porém, é do Chefe do Estado e do governo do Brasil. Do nosso país. E a esperança da mídia é que se enrede em equívocos e desatinos. (Id., 2010, p. 16).

No dia referido pelo jornalista de *Carta capital*, segunda-feira, 17/05/2010, o jornal *O Estado de S. Paulo* publica matéria sobre o acordo em que destaca: “Recep Tayyp Erdogan rouba a cena de Lula ao afirmar que o Irã concorda em enviar urânio ao exterior, como havia proposto em outubro a AIEA, desde que o destino seja a Turquia; presidente brasileiro não menciona acordo durante seu discurso em Teerã”. (PREMIÊ TURCO..., 2010, p. A10). A foto, logo abaixo da manchete que dá destaque à ação do premiê turco, mostra o presidente brasileiro em uma posição de reverência, ao lado do presidente iraniano; a legenda que a acompanha (“**Amizade.** O presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad recebe Lula, na primeira visita de um chefe de estado brasileiro ao Irã”) corrobora o refrão denunciado por Mino carta, pois parece duplicar a imagem, participar de sua denotação (Barthes, 2002). No editorial, da mesma edição, pode ser lida a seguinte frase: “No papel de mediador de que se investiu, o presidente Lula chegou a se comportar como advogado de Ahmadinejad”. (O FEITO DE..., 2010, p. A3).

<sup>12</sup> Ver contextualização no segundo capítulo, na seção “Entre o globalismo e o americanismo”.

A10 | SEGUNDA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2010

O ESTADO DE S. PAULO

estadao.com.br

Blog: Leia mais sobre a viagem de Lula ao Irã  
http://estadao.com.br/redat-global

**ESFORÇO DIPLOMÁTICO.** Avanço nas negociações

Recep Tayyip Erdogan rouba a cena de Lula ao afirmar que o Irã concorda em enviar urânio ao exterior, como havia proposto em outubro a AIEA, desde que o destino seja a Turquia; presidente brasileiro não menciona acordo durante seu discurso em Teerã

## Premiê turco diz que Irã aceitou troca de urânio por combustível nuclear



**Análise: Alex Barrionuevo e Cláudio Thompson**

### Para os EUA, só uma ação da ONU obterá resposta séria do Irã

O encontro do presidente Lula com o presidente Mahmoud Ahmadinejad ocorreu num momento diplomático delicado. Após meses de negociações, autoridades iranianas disseram na quinta-feira que os EUA estavam perto de levar ao Conselho de Segurança da ONU uma resolução para impor sanções ao Irã. A secretária de Estado, Hillary Clinton, advertiu que Ahmadinejad poderia usar as negociações para ganhar tempo para o desenvolvimento de uma arma nuclear. "Não obtiveremos resposta séria dos iranianos até o Conselho de Segurança agir", disse ela. O Brasil se opõe às sanções por considerar que não há certeza de que o Irã não desenvolverá seu próprio programa nuclear e contra pressões internacionais, o Brasil identificou-se com o Irã. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, que representa o país na ONU quando os EUA usarem o Conselho de Segurança para impor sanções, afirmou que o Brasil não quer ser visto como um país que se opõe às sanções.

Amizade. O presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad recebe Lula, na primeira visita de um chefe de estado brasileiro ao Irã.

*O Estado de S. Paulo, 17/05/2010, p. A10*

*Folha de São Paulo* publica, na mesma data, uma sequência da foto publicada em *O Estado de S. Paulo* em que os dois presidentes aparecem, agora, ambos, semi-arqueados; a página e o sentido, no entanto, se diferenciam. Aqui ela aparece na capa do periódico, sob a manchete que muda o sujeito da ação: “Amorim anuncia acordo nuclear no Irã”. Na legenda: “Os presidentes Lula e Mahmoud Ahmadinejad em cerimônia de recepção em Teerã”.

Na matéria dedicada à cobertura do encontro, os enviados especiais a Teerã, Marcelo Ninio e Samy Adghirni, informavam que o acordo deveria ser anunciado oficialmente naquele dia, após encontro entre Lula Ahmadinejad e Erdogan, informação que o ministro Celso Amorim adiantara ao jornal:

O acordo deve ser anunciado hoje, quando os chefes de governo dos três países se reunirão na capital iraniana. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, confirmou à **Folha** que uma fórmula foi alcançada para implementar a proposta da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), que tem o objetivo de garantir que o Irã não produza armas atômicas. (IRÃ ACEITA..., 2010, p. A12).

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

DEBATEDOR DE REDAÇÃO OTAVIO FRASS FELIHO SEGUNDA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2010 2ª EDIÇÃO SÃO PAULO/SP, CONCLUÍDA ÀS 22H17 R\$ 2,50

## Amorim anuncia acordo nuclear no Irã

Declaração oficial será feita hoje; EUA dizem ter sido informados, mas querem conhecer os termos para opinar

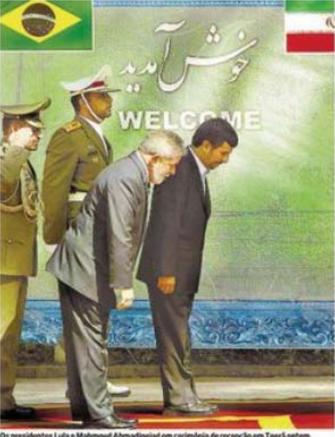
**esporte**  
**CORINTHIANS VENCE NO SUL E LIDERA; PALMEIRAS E SANTOS EMPATAM, E SÃO PAULO PERDE EM CASA**  
Pag. 10 a 11

**mercado aberto**  
**Seleção de Dunga ganhará a Copa, prevê consultoria econômica**  
Pag. 12

**folhateen**  
**Filhos de pais que se mudam muito contam sua experiência**  
Pag. 13 a 14

**AVANÇO PEREIRA JUNIOR**  
**Petrobras sustenta rock independente no Brasil**  
Pag. 15

**Elvira Bick Elmes**  
**Aumenta o abismo digital entre gerações**  
Pag. 16



Os presidentes Lula e Mahmoud Ahmadinejad em cerimônia de recepção em Teerã, ontem

**MANEJAMENTO**  
**LULA E AHMADINEJAD**  
**CONCORDAM COM O ACORDO**

Brasil, Irã e Turquia concluíram as bases de um acordo que pode romper o impasse sobre o programa nuclear iraniano, disse à Folha o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores). O chanceler turco, Ahmet Davutoglu, confirmou: "Temos um acordo". O teor do documento deve ser anunciado hoje. Amorim disse que foi alcançada uma fórmula que atende à proposta da Agência Internacional de Energia Atômica.

O plano prevê que o Irã envie urânio pouco enriquecido para a Turquia e reciba em troca o combustível enriquecido a até 20%, nível adequado para uso médico, mas não para produção de bombas atômicas.

O anúncio oficial deve ser feito hoje, após encontro entre os presidentes Lula e Mahmoud Ahmadinejad e o primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan.

A Casa Branca disse ter recebido informações sobre o acordo, mas que qualquer avaliação só será possível após saber exatamente o que foi acertado. **Pag. A12**

**PRINCIPAIS PONTOS**

- 1 O Irã concordou em enviar 1.200 kg de urânio enriquecido para a Turquia
- 2 O depósito será feito em até um mês, assim que as condições acordadas forem cumpridas
- 3 Em troca, a Turquia enviará 1.200 kg de combustível enriquecido para o Irã
- 4 Se o acordo for validado, a Turquia enviará ao Irã 1.200 kg de urânio a 20%

**Consórcio do governo fará 5 usinas no Peru**

O governo articulou um consórcio entre Eletreos, Andrade Gutierrez, OAS, Odebrecht, Engie e a empresa CFE, do Peru, para construir cinco hidrelétricas na Amazônia peruana, no custo de R\$ 25 bilhões.

O valor supera o da usina de Belo Monte (R\$ 19 bilhões), em que OAS e Odebrecht foram derrotadas. A maior parte dos recursos virá de ENERS e Eletreos. Pelo acordo, o Brasil ficará com 80% da energia. **maio**

Folha de S. Paulo, 17/05/2010, capa

A mesma edição de *Carta capital*, mencionada acima, faz uma cobertura sobre o acordo e dá versão diferente, na reportagem “O IMPÉRIO CONTRA-ATACA – O acordo negociado por Lula e por Erdogan é rejeitado por Hillary, mas os EUA acusam o golpe”, da que foi veiculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, sobre quem protagonizou as negociações.

Os protagonistas foram Lula e o Itamaraty de Celso Amorim, que negociaram a proposta durante 18 horas com os aiatolás de Alo Khamenei e os parlamentares e burocratas de Mahmoud Ahmadinejad. O primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan e seu chanceler Ahmet Davutoglu chegaram em seguida para oferecer o território para a troca e dar ao acordo a chancela de um membro da Otan e aliado tradicional do ocidente”. (O IMPÉRIO..., 2010, P. 38).

**Nosso Mundo**

## O Império contra-ataca

**IRÃ** O acordo negociado por Lula e Erdogan é rejeitado por Hillary, mas os EUA acusam o golpe

POR ANTONIO LUIZ M. GOSTA




**O** acordo negociado por Lula e Erdogan é rejeitado por Hillary, mas os EUA acusam o golpe. O primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, chegou em seguida para oferecer o território para a troca e dar ao acordo a chancela de um membro da Otan e aliado tradicional do ocidente.

**Obama pediu muito à China e Rússia para apoiar as sanções, não tentou abrir mão sem perder prestígio**

**Duhalde e Freixenet** assumem a presidência da Argentina

Uma tradição de diplomacia brasileira ganhou no dia 17 de maio um novo capítulo. O acordo nuclear com o Irã, negociado por Lula e Erdogan, foi anunciado oficialmente pelo ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) em um momento de tensão diplomática. Amorim afirmou que o acordo foi alcançado após 18 horas de negociações com o primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, e o chanceler turco, Ahmet Davutoglu. O acordo prevê que o Irã envie urânio pouco enriquecido para a Turquia e reciba em troca o combustível enriquecido a até 20%, nível adequado para uso médico, mas não para produção de bombas atômicas.

O anúncio oficial deve ser feito hoje, após encontro entre os presidentes Lula e Mahmoud Ahmadinejad e o primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan.

A Casa Branca disse ter recebido informações sobre o acordo, mas que qualquer avaliação só será possível após saber exatamente o que foi acertado.

**PRINCIPAIS PONTOS**

- 1 O Irã concordou em enviar 1.200 kg de urânio enriquecido para a Turquia
- 2 O depósito será feito em até um mês, assim que as condições acordadas forem cumpridas
- 3 Em troca, a Turquia enviará 1.200 kg de combustível enriquecido para o Irã
- 4 Se o acordo for validado, a Turquia enviará ao Irã 1.200 kg de urânio a 20%

**Consórcio do governo fará 5 usinas no Peru**

O governo articulou um consórcio entre Eletreos, Andrade Gutierrez, OAS, Odebrecht, Engie e a empresa CFE, do Peru, para construir cinco hidrelétricas na Amazônia peruana, no custo de R\$ 25 bilhões.

O valor supera o da usina de Belo Monte (R\$ 19 bilhões), em que OAS e Odebrecht foram derrotadas. A maior parte dos recursos virá de ENERS e Eletreos. Pelo acordo, o Brasil ficará com 80% da energia.

Carta capital, edição 597, 26/05/2010, p. 38-39

A confrontação das capas do periódico e da semanal, reproduzidas abaixo, oferece uma síntese de como o acontecimento foi retratado por ambos. Enquanto *O Estado de S. Paulo* destaca a Turquia e seu premie (com a manchete: “Turquia diz que Irã aceitou acordo sobre programa nuclear”; e, logo abaixo, na chamada: “Premiê rouba cena de Lula e afirma que país abriu mão de enriquecer urânio”), *Carta capital* dá ênfase à reação norte-americana: (na manchete: “Desafio ao Império; e na chamada: A missão de paz de Lula e Erdogan a Teerã é mais um capítulo do rearranjo do poder mundial”).



*O Estado de S. Paulo*, 17/05/2010, p. capa



*Carta capital*, edição 597, 26/05/2010

## 1.2. Interesse, interesse. Amizades a parte

A revista *Isto é* (26/05/2010) enfatiza a oposição entre Brasil e Estados Unidos acerca do acordo, confrontando em sua capa as figuras de Lula e de Obama, onde se anuncia “O CONFRONTO DOS CARAS”, e destaca, na chamada: “Ao enfrentar os Estados Unidos de Obama no impasse nuclear do Irã, o presidente Lula faz sua maior jogada global e coloca o Brasil no seletor tabuleiro das nações que decidem o destino do mundo”. A reportagem traça a trajetória do presidente brasileiro como negociador internacional, suas vitórias e tropeços, e detalha sua atuação na negociação com

O que a edição traz, no entanto, que vem ao encontro do intuito de jogar luzes nos bastidores de negociações em que países distintos agem movidos por interesses distintos em busca, numa visão realista do sistema internacional, de “ganhos relativos ou totais”<sup>13</sup> e que

<sup>13</sup> A fundamentação teórica para essa afirmação será apresentada no segundo capítulo, na seção: “Itamaraty: uma história de autonomia”.

nem sempre são abarcados pela cobertura. Nesse sentido, o enviado especial a Istambul, Milton Gamez, esboça o que movem Brasil e Turquia:

Negócios, muitos negócios. Esta é a consequência prática da união entre Brasil e Turquia na busca de uma solução diplomática e pacífica para a questão nuclear do Irã. O dinheiro, que sempre segue a trilha do diálogo político, já se faz sentir nas ruas de Istambul e nas mesas de negociação entre empresários dos dois países. Turistas brasileiros, seduzidos pelo novo voo direto São Paulo-Istambul da Turkish Airlines, estão em toda parte: nos corredores lotados do Grande Bazar, com suas quatro mil lojinhas, na fabulosa Mesquita Azul, no restaurante Gazebo do elegante hotel Çiragan Palace Kempinski, na margem europeia do estreito de Bósforo. Na televisão turca e nos jornais, imagens do presidente Lula e do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, acompanhavam as reportagens sobre a ida de ambos a Teerã, na semana passada. Eles só perdem, em popularidade, para os jogadores brasileiros de futebol que esquentam o campeonato turco, como André Santos, Alex Souza, Deivid e Cristian, do Fenerbahçe.

Nesta semana, os turcos fazem sua “invasão otomana” em São Paulo. Na Expo Turquia, representantes de 150 empresas desembarcam em busca de parcerias, joint ventures e contratos de exportação e importação. “Queremos estreitar as relações ainda mais. Para a Turquia, o Brasil é a porta da América do Sul e nós podemos abrir mercados asiáticos e orientais e para produtos brasileiros”, disse à Istoé o industrial Mehmet Aykut Eken, presidente do Conselho de Negócios Turco-Brasileiros. [...] Amigos, amigos, negócios também”. (EM BUSCA..., 2010, p. 40).



Isto é, edição 2115, 26/05/2010, capa

Nesse mesmo sentido, o *Le Monde Diplomatique Brasil* vem elucidar mais ainda essa trama por trás do intrincado jogo das relações internacionais ao remontar um cenário anterior, na ocasião da visita do presidente iraniano à América latina, com passagem pelo Brasil. O artigo mostra em detalhes os bilhões de cifras que aproximam o regime de Ahmadinejad de Brasília e de seus vizinhos; os senões são apresentados ao leitor por meio das diferenças culturais que marcam os dois lados. Sob o título “Nem amigos nem inimigos. Só interesses”, a

chamada “As relações que se estreitam entre Teerã e vários países da América Latina são parte de alianças circunstanciais que fazem sentido no plano geopolítico, mas carregam grandes contradições e diferenças culturais que poderiam colocá-las em perigo”, sintetiza o que se segue:

Em dezembro de 2009, o instituto de pesquisas Latin Business Chronicle chamava a atenção para um fenômeno que havia passado despercebido pela maior parte da mídia. De 2007 a 2008, o comércio entre Teerã e a América Latina havia triplicado, atingindo US\$ 2,9 bilhões: uma soma considerável se comparada aos fluxos comerciais praticamente inexistentes antes da chegada de Mahmoud Ahmadinejad ao poder, em 3 de agosto de 2005.

[...]

Mas, por hora, 94% do intercâmbio entre o Irã e a América Latina – US\$ 2,4 bilhões, no total, em 2009 – passam pela Argentina e pelo Brasil.<sup>3</sup> Este último, um dos únicos cujo comércio com Teerã continuou a crescer em 2009, atingindo US\$ 1,297 bilhão. Ainda é muito pouco: por ocasião da visita do presidente iraniano a Brasília, Ahmadinejad e Lula se comprometeram a fazer o comércio bilateral atingir a meta de US\$ 10 bilhões até 2014. [...] (NEM AMIGOS..., 2010, p. 6).

Por outro viés, o texto expõe a reação norte-americana ao cenário que se desenha e abre para uma sequência que leva ao acordo de Teerã, mediado por Brasil e Turquia, seu desfecho e um possível saldo para o Brasil.

Desnecessário dizer que em Washington essa atividade toda preocupa. Em 11 de dezembro de 2009, a secretária de Estado americana, Hilary Clinton, advertia que toda aproximação com o Irã era “uma péssima ideia”, já que Teerã “apoia, promove e exporta o terrorismo”. Hilary notificou seus anônimos interlocutores: “Quem quiser flertar com o Irã deve pensar as consequências. Os Estados Unidos esperam que tais pessoas pensem duas vezes”. [...]

Mas é evidentemente inegável que os Estados Unidos perderam seu papel de principal parceiro comercial do Brasil para a China. Forte, com um robusto crescimento, o Brasil procura ter uma voz no concerto das nações ao romper com a lógica própria do circuito dito “Elizabeth Arden” da tradicional diplomacia brasileira, que só se interessava por Roma, Paris, Londres e Washington. Lula buscou o apoio dos países do Sul para obter o reconhecimento internacional (e um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas). O que passava, obrigatoriamente, pela demonstração de capacidade de o país enfrentar o Norte.

Foi o que aconteceu em maio de 2010, quando Lula propôs uma alternativa às sanções das Nações Unidas contra o Irã: um acordo de troca de combustível. [...]

É bem verdade que a operação terminou numa derrota, já que o Brasil acabou finalmente ratificando as sanções decididas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas contra o Irã, em 10 de agosto de 2010. Segundo seus defensores, nem por isso deixava de ficar aberta a perspectiva de uma diplomacia internacional menos dominada por Washington. [...]. (Ibid., 2010, p. 6).

Dois outros momentos, agora do jornal *Le Monde*, ajudam na contextualização dos interesses de ambos os países nessa inusitada “amizade”, em 25/11/2009, dois dias após a passagem de Ahmadinejad pelo Brasil, o jornal francês traz uma matéria com o título “Aspirações de grandeza do Brasil na diplomacia mundial justificam visita de Ahmadinejad”, que inicia com a seguinte afirmação: “Grande potência política em evolução e candidato a

uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil aspira a exercer um papel de primeiro plano no cenário internacional”. (ASPIRAÇÕES..., 2009). E na véspera da ida do presidente brasileiro a Teerã, uma outra matéria apresentava, já no seu título, “Visita do presidente Lula ao Irã é uma aposta diplomática arriscada”, algumas das razões da visita e ponderava para alguns riscos.

Gigante político em formação, atual membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU – e candidato decidido a uma cadeira permanente –, o Brasil começou a ter um papel de primeiro plano no cenário internacional. Em nome dessa ambição, ele exibe uma diplomacia sem exclusões.

Isso explica a vontade do Brasil de colocar os pés em regiões pouco familiares, como o Oriente Médio, que apresentam também um interesse econômico para ele. O comércio entre Brasília e Teerã quadruplicou em cinco anos, uma vez que o Irã se tornou o principal fornecedor do excedente comercial do Brasil para o Oriente Médio. [...]

A ambição geral da diplomacia brasileira é legítima. Em compensação, ela decidir se envolver na questão iraniana é uma aposta arriscada, onde tem mais a perder do que a ganhar. Mas entende-se por que ela escolheu esse campo para se afirmar. A questão nuclear é, de fato, um domínio onde o Brasil, que se preocupa em promover a soberania tecnológica dos Estados emergentes, está acima de qualquer crítica ou suspeita. [...]. (VISITA DO..., 2010).

### **1.3. O acordo Brasil-Turquia-Irã**

Em outubro de 2009, após negociações, o Grupo de Viena, formado por Estados Unidos, França, Rússia e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), fecharam com Teerã as bases de um acordo que previa a entrega de 1.200 quilos de urânio pouco enriquecido, cerca de dois terços de seus estoques, à Rússia que o enriqueceriam a 20% e repassariam à França para que fosse devolvido. O Irã, receoso de que a França não cumpriria sua parte, e também pela diferença dos prazos acertados entre a entrega do urânio, que deveria ocorrer em um mês, e o prazo para receber o combustível nuclear, que aconteceria depois de um ano, exigiu que a troca fosse simultânea, condição considerada inaceitável pelo ocidente. O Irã desistiu do acordo.

Apoiado por Grã-Bretanha e França, os Estados Unidos se engaja na aprovação de novas sanções ao Irã, alegando ser a única maneira de frear o programa nuclear daquele país; contrariando a posição norte-americana, o Brasil, que defende o direito do Irã de manter seu programa nuclear para fins pacíficos, insiste no diálogo para a resolução do impasse, afirmando que a adoção de sanções seriam prejudiciais apenas à população iraniana.

Enquanto os Estados Unidos tentava persuadir os dois outros membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (CS), Rússia e China – que, por questões de interesses econômicos que mantinham com o regime de Ahmadinejad, resistiam à resolução –, a

aderirem a novas punições, o Brasil, detentor de um assento temporário no CS, trabalhava em sentido contrário, insistindo na via diplomática, por considerar as sanções ineficazes e intensificadoras do conflito.

O novo acordo, em maio de 2010, mediado pelo Brasil e pela Turquia, foi praticamente uma reedição do anterior. A Turquia, vizinha e aliada do Irã, seria o país depositário de 1.200 quilos do urânio pouco enriquecido, que deveria ser entregue no prazo de um mês, em contrapartida, o Irã receberia, em até um ano, 120 quilos do material enriquecido a 20% para uso em pesquisa médica.

O acordo cumpria todas as condições solicitadas em carta que o presidente Barack Obama enviara a Lula, três semanas antes de sua viagem ao Irã. Mesmo assim, após seu anúncio, os Estados Unidos rejeitaram o entendimento nuclear, alegando que se tratava de uma tática iraniana para ganhar tempo para a construção de armas nucleares e, no dia seguinte à assinatura do acordo, apresentaram ao Conselho de Segurança uma proposta para uma quarta rodada de sanções ao Irã. Essa situação, mais uma vez, coloca de lados opostos Brasil e Estados Unidos no campo da política externa.

Esse tipo de alternância de alinhamento na política externa brasileira será tratado no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO II**

### **CRUZAMENTOS DA HISTÓRIA NO TERRENO DO TRANSITÓRIO**

## 1. ITAMARATY: UMA HISTÓRIA DE AUTONOMIA

A aclamação aos Estados Unidos, verificada nas publicações de *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo*, no que concerne a assuntos diplomáticos, em detrimento de iniciativas multilaterais, que marcaram as diretrizes da política externa do governo Lula, remete a outros momentos da história das relações internacionais do país – na alternância de paradigmas –, que será objeto de análise mais detalhada em item específico deste capítulo da dissertação.

Além dos fundamentos teóricos com base nos autores apresentados, à título de conferir sustentação à análise dos casos abordados no primeiro capítulo, a Pesquisa conta com um histórico da atuação do Itamaraty, seus paradigmas e interesses, com destaque para as relações mantidas com os norte-americanos, e para a nova política externa do governo Lula.

A política externa pode ser definida como o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais –, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Nesse sentido, trata-se da conjugação dos interesses e idéias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder. (PINHEIRO, 2010, p.7).

Em *Política externa brasileira*, Leticia Pinheiro afirma que, no plano das idéias, valores e doutrinas que orientaram a ação externa do Brasil ao longo do último século, destaca-se a busca pela autonomia.

Fosse como decorrência da aproximação de um dos novos pólos de poder mundial, fosse como resultado da diversificação das parcerias ou da maior participação nas instituições internacionais, a política externa brasileira ao longo do século XX foi marcada pela busca de recursos de poder que garantissem maior autonomia do país no plano mundial, mesmo quando essa estratégia parecia se traduzir e muitas vezes de fato se traduziu – no alinhamento a uma determinada potência. Como contrapartida dessas ideias ou, ainda, como uma de suas partes constituintes, encontramos, sem dúvida alguma, os interesses. Assim, esse período também foi marcado por uma constante que se pode resumir brevemente como a busca pelo desenvolvimento. (Ibid., p.7).

Ou seja, desde o modelo agrário, até o período mais recente em que imperou a lógica do mercado, a satisfação dos interesses perseguiu estratégias econômicas diferentes, mas sempre em busca do mesmo objetivo: o desenvolvimento. (Ibid., p. 8).

Com o objetivo de percorrer a história da política externa brasileira desde a proclamação da República, a autora explica que não se pode excluir de uma análise o papel definidor de oportunidades e de limites dados pelo sistema internacional:

Mas, por considerar que, desde o final do século XX, o Brasil possui razoável, embora variável, margem de atuação internacional e pode responder de modo diferenciado às pressões em função da presença de determinados arranjos domésticos, sustento que é insuficiente a investigação sobre os determinantes sistêmicos sobre a política externa brasileira para se entender seu conteúdo. (Ibid., p. 10).

Partindo da cobertura feita pelos jornais citados dos casos apresentados<sup>14</sup>, percebe-se que há demasiada simplificação quando se resume as diretrizes diplomáticas brasileiras a uma tentativa sem nexos do governo Lula em querer obter algum êxito, sobretudo por estar em desacordo com a posição dos Estados Unidos. Desconsideram, as publicações, que as oportunidades e limites variam devido ao momento histórico resultante do poder de manobra de cada país e que são reescalados – sobretudo durante o período em que se arvora esta pesquisa –, devido à mobilidade das posições estabelecidas pelos atores, conforme atestam publicações variadas de outras empresas jornalísticas. O que torna flagrante essa postura reducionista é que se tratam de situações inéditas que poderiam ser apresentadas nas suas inúmeras variáveis, ou seja, na expectativa de alguma possibilidade relativa para o Brasil, assim como deve ser toda abordagem que trate de um assunto tão plural, conforme corroboram as palavras abaixo. Essa maneira mínima de relatar, ou melhor, de retratar, é que constitui o refrão da diplomacia mediatizada, criada e constantemente atualizada por segmentos da imprensa.

O objetivo foi oferecer um relato que, simultaneamente, informasse o leitor a respeito dos principais eixos da política externa brasileira e desatasse alguns nós que a própria complexidade da nossa diplomacia se encarregou de produzir, superando visões deterministas que vêm na atuação internacional de países periféricos um mero desdobramento das oportunidades e restrições criadas pelo sistema internacional. (Ibid., p.11).

O consenso formado pelo alinhamento das visões dos jornais de que a atitude da política externa brasileira seguiu uma orientação ideológica nos episódios aqui abordados<sup>15</sup> – não dando ao leitor, dessa forma, a possibilidade de questionar sobre os ganhos ou perdas com as posições assumidas –, pode ser desmontado com a observação da autora, nas três outras premissas que orientam sua abordagem da política externa brasileira:

[...] primeiro, a implantação de um mesmo modelo de desenvolvimento não implica a adoção de uma única linha de política externa. Em outras palavras, os mesmos

<sup>14</sup> Os casos de Honduras, Haiti e Irã, expostos no capítulo I desta dissertação.

<sup>15</sup> Conforme texto de Demétrio Magnoli, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 27/05/2010, em que critica a atuação brasileira no acordo tripartite de Teerã, cujo alvo principal é Lula, ironicamente tratado por “Nosso homem em Teerã”. “O Brasil [...] sacrifica seus interesses nacionais no altar de imperativos partidários e ideológicos quando oferece álibis ao governo de Ahmadinejad”. (NOSSO..., 2010, p. A3).

interesses podem ser alcançados por meio de estratégias e mesmo com base em princípios político-ideológicos distintos. Segundo, a mudança na natureza do regime político não determina uma mudança no conteúdo da política externa. Terceiro, e complementando a premissa anterior, a política externa pode ser objeto de uma profunda revisão sem que haja alteração substantiva no regime político. (Ibid., p.11).

Como panorama da conjugação de ideias e interesses percebidos acerca da política externa brasileira, a autora afirma imperar a hegemonia de uma visão realista das relações internacionais sobre o papel que o país deveria desempenhar no sistema. E essa é uma observação crucial que vai nos orientar ao expormos as razões e interesses brasileiros sobre posições assumidas pelo Itamaraty no governo Lula. “Essa visão realista percebe o sistema internacional como anárquico, onde o Estado é o principal, embora não único,<sup>16</sup> ator no sistema internacional agindo tanto em busca de ganhos relativos, na vertente hobbesiana, quanto de ganhos absolutos, na vertente grotiana.” (Ibid., p. 8).

### 1.1. Entre o globalismo e o americanismo

A aproximação do governo Lula com Estados que, na opinião de parte da imprensa nacional, como se verifica nos jornais pesquisados, estavam na contramão de nossas relações (o caso do Irã é o mais emblemático), fato que levou o Brasil de alguma maneira a confrontar os interesses dos Estados Unidos no campo diplomático, não é uma atitude inédita, insensata ou mesmo de “amizade entre líderes”, como quer “fazer crer” a opinião desses veículos (Charaudeau, 2006), pois são parte das alternâncias históricas das diretrizes traçadas pelos governos anteriores e pelo Itamaraty, sempre em torno de dois paradigmas na busca dos interesses nacionais no cenário internacional.

Leticia Pinheiro explica que, desde a proclamação da República, a política externa brasileira vem sendo analisada a partir do que se identificou como seus dois paradigmas, e suas *nuances*: o *americanismo* e o *globalismo*.

Enquanto o *americanismo* foi definido como aquele que concebia os Estados Unidos como eixo da política externa, donde a maior aproximação a Washington elevaria os recursos de poder do país, aumentando assim sua capacidade de negociação; o *globalismo* foi concebido como uma alternativa ao anterior, elegendo a diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para aumentar seu poder de barganha, inclusive junto aos Estados Unidos. (Ibid., p.64).

---

<sup>16</sup> Sobre essa dinâmica, ver a proposição de uma “cultura de política externa”, por Leonardo Valente, em seção adiante.

No início da República, dentro de uma conjuntura que exigia a busca de um paradigma que orientasse a política externa brasileira, como alternativa à dependência econômica que o país tinha em relação à Inglaterra, quando, internamente, ocorria um deslocamento do poder das elites do Nordeste para os expoentes do Centro-Sul, cujo pólo econômico passava da cultura do açúcar para a cultura do café (produto de sucesso nos mercados norte-americanos), conforme a autora, delineava-se a transferência do eixo da política externa brasileira de Londres para Washington. Sob o comando do Barão do Rio Branco (ministro das Relações Exteriores de 1902 até sua morte, em 1912), o Brasil iniciava a formulação de um verdadeiro paradigma de política externa como alternativa de inserção internacional: o *americanismo*. Com a percepção de que os Estados Unidos se transformavam em novo pólo de poder mundial, Rio Branco procurou, por meio dessa aproximação, obter “ganhos recíprocos, ainda que assimétricos”. (Ibid., p. 15).

Em contrapartida, aos Estados Unidos certamente interessava uma aproximação com a nova república sul-americana, reforçando desta forma os princípios da Doutrina Monroe, proposição, por sua vez, muito bem recebida pelos brasileiros. Na visão da elite brasileira, a doutrina formulada em 1823 pelo presidente norte-americano James Monroe, assim como seu complemento, o Corolário Roosevelt de 1904, não se constituíam em expressões do imperialismo norte-americano, mas sim em um recurso defensivo contra o imperialismo europeu. Além disso, para o Brasil, cuja estabilidade política e econômica era um diferencial em relação aos vizinhos continentais, era distante a possibilidade de sofrer uma intervenção por parte dos Estados Unidos. (Ibid., p. 15).

Já o paradigma globalista, de natureza plural e diversificada, por sua vez, tem sua origem “[...] na combinação da crítica nacionalista da matriz americanista da política externa, com a visão cepalina das relações centro-periferia e com a matriz realista das Relações Internacionais”. (Ibid., p. 65).

## **1.2. A nova política externa brasileira: propostas e práticas**

Às vésperas das eleições presidenciais de 2002, a revista *Política Externa* convidou os quatro principais candidatos para responder a questões relevantes sobre assuntos internacionais que afetam os interesses do Brasil, desses, José Serra e Luiz Inácio Lula da Silva responderam a respeito dos rumos que pretendiam dar à política externa e à inserção internacional do país. Abaixo, será preciso transcrever trechos das respostas do então candidato Lula para entender que o caminho percorrido pelo país e as decisões tomadas nessa área são coerentes com as propostas apresentadas naquela ocasião, o que aclara ainda mais a

ocorrência do refrão na cobertura realizada pelos veículos de imprensa nacionais aqui citados por mostrar um desconhecimento, ou ocultamento, do que já se traçava em matéria de política externa em um provável governo petista. As perguntas e respostas aqui transcritas alinham-se ao objeto desta pesquisa por cruzarem interesses nacionais com os dos Estados Unidos, seja em relação à ALCA, à Rodada de DOHA, ao Mercosul, e ainda uma pergunta específica acerca da relação entre os dois países.

*P. E. – Qual a sua posição em relação à ALCA? Quais as diretrizes básicas que o sr. Pretende dar a essa co-presidência? Quais as dificuldades principais que o senhor antecipa para o Brasil no exercício da co-presidência das negociações da ALCA a partir de 2003? Quais são as vantagens e desvantagens para o país que essa co-presidência acarreta?*

LULA – A nossa posição sobre a ALCA é muito conhecida. Desde o início, manifestamos nossa preocupação com os gravíssimos problemas que geraria para a região um acordo de livre comércio tal como foi proposto pelo governo dos Estados Unidos em 1994. Uma das principais razões para isso é a grande assimetria existente entre os países e a falta de recursos e políticas tendentes a eliminar as grandes desigualdades socioeconômicas entre as regiões e os países. Digo sempre que proposta como está não significa integração, mas sim a anexação das economias latino-americanas à economia dos Estados Unidos. [...] As dificuldades são inerentes ao formato da ALCA, como já disse. Teremos de abordar um processo de renegociação, com base no fortalecimento do Mercosul e no aprofundamento das negociações com os países da Comunidade Andina de Nações. As negociações vão acontecer intra e entre os diversos blocos sub-regionais existentes nas Américas. Nesse processo o Brasil terá de exercer uma liderança que não demonstrou na última década. Pela sua natureza de país continental que tem fronteiras com quase todos os países da América do Sul, o nosso país tem grandes condições de influir positivamente nesse processo de construção de blocos regionais, visando a objetivos de desenvolvimento e de democracia. Nesse sentido, só vejo vantagens no processo de integração regional.

*P. E. – Como o sr. Pretende caracterizar o relacionamento do Brasil com os EUA nos próximos quatro anos, levando em conta que – dadas as condições geopolíticas presentes – Washington vem acentuando suas posições unilaterais cada vez mais e cobrando crescentemente alinhamento de outro países?*

LULA – Temos de reconhecer que as condições geopolíticas atuais pautadas pelo unilateralismo do governo dos Estados Unidos constituem um contexto internacional desfavorável para a implementação de políticas autônomas que respondam aos interesses nacionais. [...] Confio na possibilidade de desenvolver relações de respeito mútuo, com base no reconhecimento do direito dos povos à soberania, ao desenvolvimento e à democracia. Isso não quer dizer que um governo democrático-popular no Brasil vai ter hostilidade em relação aos Estados Unidos. Afinal, eles representam 25% de nossas importações. Mas não vai ser submisso e defenderá firmemente os interesses do povo brasileiro, fazendo valer o peso que o Brasil possui no contexto internacional. Nossa participação hoje é pequena, mas pode ser aumentada; e o Brasil ainda é a décima maior economia do mundo. Não podemos ser tratados como uma república de bananas. Temos que ocupar o espaço que nos cabe e exigir respeito. Sem o Brasil a ALCA não existe. (POLÍTICA EXTERNA, 2002, p. 9).

E quanto à participação do Brasil nas negociações na Rodada de DOHA, já eram dadas as diretrizes multilaterais que se confirmariam durante suas gestões.

[...] O Brasil deverá contar com uma política comercial ousada para ganhar novos mercados e defender esse direito junto dos parceiros do Mercosul e de outros países que têm interesses comuns, com base numa realidade de países periféricos em desenvolvimento. É preciso ficar claro que vamos combater o protecionismo, tentar abrir os mercados para os produtos brasileiros e sobretudo defender nossa soberania. [...] Reforçar o Mercosul significa atrair os países andinos para dentro do acordo, estreitar os laços com a União Europeia, e ampliar o comércio com a China, Índia, com a Ásia de modo geral, com a África do Sul, e com todos os países onde haja espaço para crescer. (Ibid., p. 9).

Sobre a linha a ser seguida pela política externa do país, o candidato afirmava que “A nossa proposta é de construção de uma política externa coerente coordenada pelo Itamaraty em sintonia com as necessidades internas de crescimento e desenvolvimento social”. (Ibid., p. 6).

Na mesma edição, a revista conta com comentários de Carlos Eduardo Lins da Silva que analisa as respostas dos candidatos. “Lula afirma que pretende dar mais autonomia ao Itamaraty e aumentar a participação do Congresso Nacional nas decisões de política externa, inclusive apoiando uma emenda constitucional em tramitação na Câmara que dá prerrogativa ao Legislativo nas decisões sobre acordos e negociações comerciais com outros países”. (Ibid., p. 11).

Letícia Pinheiro, em obra já citada nesta pesquisa, monta uma expectativa dos rumos da política externa sob o governo Lula. “Podemos também esperar que o viés autonomista mais uma vez se articule com o projeto de desenvolvimento e que, embora por meio de uma conduta pragmática, desta feita venha associado a um projeto redistributivo. Um esforço, enfim, de tornar a política externa mais um instrumento na busca de autonomia para a implantação de um projeto de desenvolvimento com justiça social”. (Ibid., p. 68).

O alongamento de projeções e análises, conforme virão a seguir, se faz necessário na pesquisa como maneira de enfatizar que, pela sua complexidade, os temas de política externa são noticiados de maneira plana, nas restrições impostas pelo contrato de comunicação entre a instância de produção e a de recepção. Conforme outro comentário de Carlos Eduardo de Lins e Silva, dito no contexto eleitoral de 2002, mas que pode iluminar, nesse sentido, o período compreendido na presente análise. “Eles são complexos, não oferecem aos candidatos a oportunidade de frases curtas e de efeito, tão importantes na propaganda política. A maior

parte da população não tem familiaridade com eles e desconhece a relação direta e imediata entre eles e suas necessidades cotidianas”. (Ibid., p. 11).

Paulo Fagundes Vizentini faz uma análise da política externa a partir de 2003, sob Lula, portanto, em que destaca a “Integração sul-americana e a inserção global afirmativa”. Passamos, a seguir, a uma sequência de trechos dessa análise, contida no livro, *Relações internacionais do Brasil – de Vargas a Lula*.

O embaixador Celso Amorim voltou a chefiar o MRE e, significativamente, o embaixador Samuel Guimarães tornou-se secretário Geral, exercendo um papel fundamental que foi sempre atacado por interesses estrangeiros, elementos da gestão anterior e setores da mídia ligados a ambos. Para a concretização da nova estratégia, as relações internacionais do governo Lula foram dotadas de três dimensões: diplomacia econômica, diplomacia política e programa social. A primeira dimensão é realista; a segunda, de resistência e afirmação; e a terceira, propositiva. Trata-se de um projeto amadurecido por mais de uma década, e não uma política voluntarista, e tem se demonstrado adequado à correlação de forças existente no país e no mundo”. (VIZENTINI, 2008, p. 105).

Sobre a primeira dimensão, “diplomacia econômica”, o autor afirma a necessidade de manter abertos os canais com o Primeiro Mundo, sem nenhuma ruptura brusca ou quebra do modelo macroeconômico, o que poderia, de certa forma, ser recompensado pelo reforço da postura negociadora junto a organismos econômico-financeiros multilaterais.<sup>17</sup> Na terceira, “programa social”, discorre sobre o projeto interno do governo Lula que possui significativo impacto internacional por apresentar propostas sociais que coincidem com a agenda que busca corrigir as distorções causadas pela globalização. “A campanha de combate à fome representa o elemento simbólico que sinaliza a construção de um modelo socioeconômico alternativo, respondendo à crise da globalização neoliberal”. (Ibid., p. 106). Quanto à segunda dimensão, “diplomacia política”, o autor assim escreve:

A diplomacia política, por sua vez, representa um campo de reafirmação dos interesses nacionais e de um verdadeiro protagonismo nas relações internacionais, com a intenção real de desenvolver uma ‘diplomacia ativa e afirmativa, encerrando uma fase de estagnação e esvaziamento. O governo Lula devolveu ao Itamaraty a posição estratégica que anteriormente ocupara na formulação e execução da política exterior do Brasil. Além disso, foi promovido amplo redimensionamento do mesmo: adoção de políticas afirmativas sem quotas, ampliação do número de diplomatas, abertura de numerosas embaixadas na África e na Ásia e maior abertura da diplomacia à sociedade civil e à academia”. (Ibid., p.106).

<sup>17</sup> A explicitação deste aspecto, aqui teoricamente fundamentado, ajuda-nos a divisar quão vazias, dignas de um refrão da imprensa, são as críticas de Clóvis Rossi, referentes à premiação recebida por Lula no Fórum Econômico Mundial e a sua presença no Fórum Social Mundial, e de Fernando de Barros e Silva, ao “nomear” Lula o mascote da Olimpíada 2016, em textos presentes no terceiro capítulo.

Em termos práticos, Vizontini explica que o governo brasileiro, para ampliar seu poder de influência no âmbito internacional, adotou uma postura ativa e pragmática, cujas maiores prioridades consistiam na reconstrução do Mercosul e na integração sul-americana<sup>18</sup>; e que a intenção de aprofundar relações com outros emergentes como China, Índia, Rússia e África do Sul, na chamada *parceria estratégica*, além de estabelecer uma associação estratégica com a União Europeia, valorizar as organizações internacionais (especialmente a ONU), trariam vantagens econômicas e sinalizavam para o a intenção de contribuir para um sistema internacional multipolar.

Todas essas iniciativas apontam para a tentativa de criar um equilíbrio em relação ao que permanece sendo, em função da globalização, a principal dimensão de inserção internacional: as relações com as grandes potências (especialmente os EUA) e com o capital estrangeiro. Sem fugir a essa realidade, iniciou-se a construção de um espaço maior de barganha e de uma alternativa global, com o Brasil dando uma contribuição proporcional a seu peso. Na prática, isso significou que o Itamaraty, em lugar de concentrar-se na tentativa de cooperação com países em relação aos quais somos secundários e a mercados grandes, mas saturados, buscou espaços, exercitando uma diplomacia *high profile*. (Ibid., p. 107).

Na análise que faz, a integração sul-americana e o Mercosul ofereceram aos vizinhos uma parceria necessária para retomar o crescimento da economia e também a possibilidade de uma ação estratégica no plano global. Ou seja, apenas com a integração regional foi possível garantir a toda a América do Sul governabilidade e desenvolvimento, além de instrumento indispensável nas negociações da ALCA. Sobre a ALCA, explica ainda que, embora se afirmasse que ela era “inevitável”, as negociações se encontravam bloqueadas e que havia questões que não interessavam aos países do Mercosul, o que inviabilizava o processo.

Igualmente, o processo é dificultado por outras questões estruturais de hegemonia norte-americana, como o custo de suas decisões referentes à Guerra do Iraque. Com isso, a Casa Branca, diante das crescentes dificuldades nas negociações da Alca, necessita contar com o apoio brasileiro, pois sem ele a Alca não será implementada, dado que os EUA já têm acesso às economias dos demais países, de dimensões

---

<sup>18</sup> Integração sul-americana se realiza em três níveis: o Mercosul, a Iniciativa de Integração regional Sul-Americana (Irsa) e a União das Nações Sul-Americanas (Casa/Unasul). O Mercosul representa o nível comercial e de investimentos, já relativamente consolidado. Apesar de críticas de alguns líderes, geralmente voltadas para o público interno, o bloco tem avançado para outras áreas, como a educacional, a política e a científico-tecnológica. [...]

A Irsa representa um nível operacional de construção de infra-estrutura de transportes, comunicações e energia. Ela interessa a todos os países e a atores externos como a China, a União Europeia, o Japão e mesmo os EUA. [...]

Por fim, a Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), criada em dezembro de 2004 e aprofundada em abril de 2007 com sua transformação em das Nações Sul-Americanas (Unasul), representa o fórum para desenvolver a consciência política da integração (inclui também a Guiana e o Suriname). (VIZENTINI, 2008, p. 110).

menores que a brasileira. Ironicamente, colocar as negociações em bases corretas fez que a iniciativa de congelar a Alca viesse da própria parte norte-americana, neutralizando prováveis reações da oposição brasileira. (Ibid, p.114).

Como em nossa pesquisa a proposta é a investigação do refrão que parte da imprensa brasileira se utiliza ao tratar de assunto de política externa envolvendo o governo brasileiro daquele período, cabe aqui introduzirmos mais alguns casos que denotam essa prática, contrariando a complexidade do evento conforme apresentada nas considerações acima.

Na já citada edição 1824 de *Veja* (15/10/2003), que traz na capa o briguento pintinho verde-amarelo contra a poderosa águia com a manchete: BRASIL PEITA OS EUA NA ALCA – CORAGEM OU ESTUPIDEZ? Na reportagem, a revista apresentava uma lista de predições e possíveis flagelos caso o país dê uma banana para a Alca. Num exercício cívico de trazer a boa-nova, *Veja* lista “sete perigos a que o Brasil se arrisca caso opte por não embarcar no trem da Alca” (1- Bravatas: tiram o foco do árduo trabalho técnico de negociação; 2- Erro de cálculo: o Brasil pode não aderir, mas é incapaz de impedir a formação da Alca; 3- Isolamento: os vizinhos, até os do Mercosul, estão loucos para se acertar com os EUA; 4- Irrelevância: com 0,89% do comércio mundial o Brasil se arrisca a ficar menor; 5- Fechar a economia: o mercado interno não resolve tudo; 6- Estagnação: sem comércio externo não há crescimento. Todos concordam; 7- Protecionismo: o Brasil pode dar o pretexto para que os ricos feche mais seus mercados).



Em um outro momento de *Veja*, agora na anúncio do cenário da política externa do governo que se inicia sob Dilma Rousseff, comparece novamente o refrão que apresenta ao leitor, por meio da construção discursiva, uma diplomacia mediatizada, presente no subtítulo desta pesquisa (edição 2198, 5/01/2011):

A diplomacia megalonânica do G-nada  
Sob o comando do trio formado pelo ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, por seu antigo vice, Samuel Pinheiro Guimarães, e pelo assessor especial da Presidência da República Marco Aurélio Garcia, o Itamaraty abriu 59 embaixadas no governo Lula. Elas foram instaladas, em sua grande maioria, em países pobres do Caribe, da Ásia e da África. Catorze são cumulativas: ficam em lugares tão insignificantes para os interesses brasileiros que são chefiadas a distância por um embaixador lotado em um país mais relevante. A lista dos postos inexpressivos vai de “A”, de Azerbaijão, a “Z”, de Zâmbia. O mais novo integrante da relação é o africano Malauí, que recebeu uma embaixada brasileira há menos de dois meses. No ano passado, as exportações brasileiras ao Malauí somaram dois milhões de dólares. A confirmação de Marco Aurélio Garcia no cargo é sinal de que a bizarrice terceiro-mundista não tem data para terminar. (A DIPLOMACIA MEGALONÂNICA..., 2011, p. 44).

“A diplomacia megalonânica do G-nada”, com esse título que, de saída, minimiza a atuação da diplomacia brasileira na estruturação do G20, como bem anotou Paulo Fagundes Vizentini, para contribuir com o estabelecimento de um sistema internacional multipolar, *Veja* apresenta uma visão míope acerca do ganho relativo que o país granjeou. A título de contraponto, conforme pode ser lido na também já citada edição 2081 da semanal *Isto é* (30/09/2009), “É difícil derrubar os dogmas”:

Foi a primeira alteração efetiva na arrumação econômica mundial provocada pela crise financeira. Na sexta-feira 25, na cidade da Pensilvânia, a cúpula do G-20 tomou o lugar do G-8 como principal fórum de discussão internacional. Com poderes para ditar os caminhos econômicos daqui para a frente, definir políticas sociais e impor medidas ecológicas de uma vez por todas, o Brasil e os demais países emergentes passaram de simples coadjuvantes a protagonistas. (É DIFÍCIL DERRUBAR..., 2009, p.96).

Quanto ao enunciado de *Veja* sobre a irrelevância das embaixadas abertas no governo Lula, e à insignificância dos lugares “para os interesses brasileiros”, para aclararmos o refrão baseado no “achismo” do que poderiam ser “os interesses brasileiros”, recorremos mais uma vez a Vizentini (2008), quando discorre sobre a postura ativa e pragmática da diplomacia brasileira com o intuito de ampliar seu poder de influência no cenário internacional, “[...] a solidariedade com a África também é central, pois associa princípios éticos e interesse nacional”. (Ibid., p.107).

Outra voz trazida para contrastar o vaticínio de *Veja* é a avaliação da política externa brasileira do governo Lula, quanto à dimensão sul-sul, feita pelo assessor de política externa da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, citado no texto:

Outro aspecto importante da política externa foi o movimento feito em direção à África. Segundo país de população negra no mundo, somente esse fato colocaria o Brasil em situação privilegiada para este diálogo com a África. O movimento em direção ao mundo árabe também foi importante. Não há necessidade de grandes argumentos para justificar nossa aproximação com a Ásia. É região emergente, de grande importância econômica e política. Para lá se desloca o eixo da economia mundial. (GARCIA, 2010, p. 30).

Abaixo, trechos de duas reportagens do enviado especial da *BBC Brasil* a Angola e Moçambique, Pablo Uchoa, que ilustram e contextualizam esse aspecto da política externa brasileira: “Brasil faz ‘diplomacia da generosidade’ em Moçambique”<sup>19</sup>, que apresenta dados da parceria bem como ganhos relativos do país; e “Em Angola, Brasil mostra lado ‘agressivo’ de presença na África”<sup>20</sup>, em que se pode observar delineamentos do que seria a prática de uma “diplomacia midiática”, nos moldes apresentados por Leonardo Valente, presentes na próxima seção desta pesquisa.

Mesmo envolvendo um comércio tímido, a relação do Brasil com Moçambique é um celeiro de projetos que o governo brasileiro quer que façam história na sua relação com o continente africano.

Depois do Haiti, é para Moçambique que o Brasil envia o maior volume de recursos em projetos de cooperação técnica. Muitos deles são voltados para a capacitação de pessoas e instituições em áreas que incluem saúde, educação, agricultura e ciência e tecnologia.

No ano passado, o comércio do Brasil com Moçambique alcançou pouco mais de US\$ 110 milhões e, até julho de 2010, somou US\$ 22 milhões, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

É apenas uma fração do comércio do Brasil com a África, que alcançou US\$ 26 bilhões em 2008 e chegou a US\$ 11,5 bilhões até julho deste ano. [...]

#### **Tirando do papel**

O embaixador do Brasil em Maputo, Antonio de Souza e Silva, diz que muitas das iniciativas brasileiras em Moçambique nasceram como resposta a demandas do próprio governo moçambicano – que, como outros países africanos, vê o Brasil não só como uma potência, mas como uma espécie de ‘irmão maior’.

Outra área marcante da cooperação entre Brasil e Moçambique é a agrícola. No fim de agosto, foi assinado o acordo que deu o pontapé inicial no projeto ProSavana. O acordo prevê a transferência pelo Brasil de tecnologia agrícola para ajudar Moçambique a produzir alimentos em sua área de savana.

O projeto é uma vitrine para o Brasil, que pretende usar a tecnologia aplicada nos anos 1980 na transformação do cerrado brasileiro – um tipo de savana – em área de plantio.

Com o ProSavana, o governo de Moçambique diz que beneficiará 400 mil pequenos produtores da sua região nordeste. O representante da Embrapa em Moçambique,

<sup>19</sup> Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100906\\_mozambique\\_pu.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100906_mozambique_pu.shtml)  
Acessado em 7/09/2010.

<sup>20</sup> Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100908\\_eleicoes\\_angola\\_pu.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100908_eleicoes_angola_pu.shtml)  
Acessado em 8/09/2010.

Levi de Moura Barros, diz que o Brasil também sairá ganhando com a iniciativa. 'É uma ajuda com sentido de dupla mão, porque o Brasil abre essas frentes de trabalho (em Moçambique) e as empresas brasileiras também vêm junto', diz. 'Nós estamos ajudando, auxiliando na tecnologia, e ao mesmo tempo abrindo portas para as nossas empresas.' [...]. (BRASIL FAZ..., 2010).

\*\*\*

Parceiro tradicional e consistente do Brasil na África, Angola é também o país africano onde a presença brasileira se vê de forma mais clara e, no campo dos negócios, mais agressiva.

Na TV, na rádio, no mercado editorial e em vários aspectos da economia é possível reconhecer a influência das idéias e do dinheiro que chegam do outro lado do Atlântico.

Entretanto, é também em Angola - sétima economia africana e terceiro maior produtor de petróleo do continente - que o Brasil encontra as mais fortes concorrências a essa influência, principalmente da China. [...]

#### **Investimento brasileiro**

Segundo a Associação de Empresários Brasileiros em Angola (Aebran), os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para Angola somavam menos de US\$ 200 milhões em 2003 – início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Após oito anos de ênfase na relação com a África o total chega hoje a US\$ 3 bilhões, diz o presidente da Aebran, Alberto Esper.

A isso devem somar-se cerca de US\$ 500 milhões em benefícios a exportações do Brasil para Angola apenas nos últimos dois anos, nos cálculos do empresário. [...]

"É possível vincular um projeto em Angola no qual tudo o que é exportado para cá se beneficia do Proex (o programa brasileiro de incentivo às exportações)", diz.

Isso quer dizer que obras de empreiteiras brasileiras, como Odebrecht e Queiroz Galvão, podem ser encontradas em diversas partes da cidade. Nos supermercados, é fácil encontrar produtos da Sadia, por exemplo. Além disso, há a presença constante de programas de TV brasileiros. As tevês Globo e Record hoje produzem conteúdo localmente.

#### **Concorrência**

Muitos analistas veem uma disputa por "corações e almas" angolanos entre Brasil e China. (EM ANGOLA..., 2010).

Outra matéria, também da *BBC Brasil*, intitulada "Em oito anos, Lula visitou 85 países em busca de parceiros comerciais e políticos",<sup>21</sup> que é praticamente um panorama do que foi a política externa do governo Lula (publicada no dia 29/12/2010, antepenúltimo dia de seu mandato) vem nos auxiliar na contextualização desse novo papel estratégico praticado no período.

Com visitas a 85 países em um período de oito anos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou em prática uma política de diversificação das relações do Brasil com o mundo que ajudou a projetar o país do ponto de vista econômico, mas que ao mesmo tempo colecionou polêmicas na arena política.

Com um discurso contrário à concentração das exportações brasileiras para um número "restrito" de países, Lula passou a usar as visitas internacionais como forma de "vender" o produto brasileiro em novos mercados.

<sup>21</sup> Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/12/101227\\_eralula\\_diversificacao.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/12/101227_eralula_diversificacao.shtml)  
Acessado em: 29/12/2011.

A diversificação das relações, no entanto, também teve um forte cunho político, refletindo sobretudo a busca de apoio ao Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. (EM OITO..., 2010).

### 1.3. Diplomacia midiática e a cultura de política externa

Em *Política externa na era da informação*, publicação resultante de dissertação de mestrado em relações internacionais pela Universidade Federal Fluminense, Leonardo Valente aborda, dentre outros tópicos, a maneira de os Estados atuarem em suas políticas externas, que se alterou devido à mudança nos vetores da comunicação. Como a informação se torna essencial para o exercício de poder, governos passam a lançar mão não apenas da diplomacia tradicional, secreta, dispõe agora da diplomacia midiática, recurso aprimorado, especialmente pelos Estados Unidos. Na obra, a citação do *soft Power* – na definição de Joseph Nye, em *O paradoxo do poder americano* –, exemplifica esse recurso.

Nye defende que para manter sua hegemonia os Estados Unidos devem utilizar, além do *hard power* (poder duro) – baseado no poderio militar e econômico, empregado a induzir os demais países a mudarem de posição –, também o chamado *soft power* (poder brando). Enquanto o poder duro se apóia tanto em induções como em ameaças, o poder brando é um modo indireto de exercer o poder, há a cooptação ao invés da coação.

Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. Neste sentido, é igualmente tão importante estabelecer a agenda na política mundial e atrair os outros quanto forçá-los a mudar mediante a ameaça ou o uso das armas militares ou econômicas. A este aspecto do poder – levar os outros a querer o que você quer –, dou o nome de poder brando. (NYE, 2002, p.36).

Corroborando as palavras de Joseph Nye: “O poder brando, que vem ganhando importância na era da informação, é em parte um subproduto social e econômico, não apenas o resultado da ação oficial do Estado”. (Ibid., p.130), Leonardo Valente considera a importância de as forças internas, econômicas e sociais, auxiliarem o Estado em políticas voltadas para o exterior, e que, para isso, é preciso o alinhamento dessas forças aos objetivos do país no plano global. “Devem ter consciência do papel que o Estado possui e do papel que ele quer ter. Isso só é possível com a disseminação da cultura de presença do país no exterior, e de uma presença, ativa, e não somente reativa em relação aos valores e projetos estrangeiros” (VALENTE, 2007, p.174).

O autor defende que é fundamental uma política externa adequada aos interesses do país no cenário internacional, e que isso depende da criação de uma cultura de política externa.

Disseminar uma cultura de política externa é trabalhar para mudar a visão que as elites e a população em geral têm do papel do Brasil no mundo. Mudar a visão das elites das empresas de comunicação é preparar terreno para a disseminação dessa ampla mudança de visão, para todos os segmentos. É por meio da imprensa e de produtos culturais de massa que esses valores são mais rapidamente difundidos. (Ibid., p.175).

Como parte de uma convergência possível, advoga ainda que criar uma cultura de política externa não significa sufocar interesses setoriais ou divergências internas, mas fazer com que cada um dos segmentos internos veja nos objetivos internacionais do Estado e nas oportunidades do exterior um campo farto para a atuação e para o desenvolvimento. “Neste ponto, os meios de comunicação assumem papel importantíssimo. Primeiro, porque seu empresariado precisa ser educado dentro dessa cultura. Precisa entender melhor a necessidade que o país possui de ter um papel-chave no cenário internacional e que isso é fator essencial para o desenvolvimento do país”. (Ibid., p.174).

As palavras de John Thompson acodem-nos no sentido de explicitarem as formas de poder que se articulariam a caminho dessa convergência. Recorrendo aos conceitos de “campos de interação”, de Pierre Bourdieu, e entendendo que indivíduos e instituições perseguem fins e objetivos os mais variados e, assim, agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que lhes proporciona diferentes inclinações e oportunidades, Thompson considera que os fenômenos sociais podem ser vistos como ações intencionais que ocorrem em contextos sociais estruturados.

A posição que um indivíduo ocupa dentro de um campo ou instituição é muito estreitamente ligada ao poder que ele ou ela possui. No sentido mais geral, poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas conseqüências. No exercício do poder, os indivíduos empregam os recursos que lhe são disponíveis; recursos são os meios que lhes possibilitam alcançar efetivamente seus objetivos e interesses. [...] Há recursos controlados pessoalmente, e também recursos acumulados dentro de organizações institucionais, que são bases importantes para o exercício do poder. (THOMPSON, 1998, p.21).

O autor faz distinção entre os quatro principais tipos de poder – diferentes formas que se sobrepõem de maneira complexa e variada –, denominados por ele como “econômico”, “político”, “coercitivo” e “simbólico”, bem como de seus recursos e suas “instituições

paradigmáticas”<sup>22</sup>. A diplomacia midiática se apoiaria, sobretudo, nos atributos do poder simbólico, definido por Thompson como “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas” (Ibid., p.24), que se reconhecem na abordagem da obra homônima de Pierre Bourdieu: “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2004, p.14).

#### 1.4. Os Estados Unidos e a diplomacia midiática na prática

Ao tratar dessa nova diplomacia, que envolve relações internacionais e relações midiáticas, Leonardo Valente apresenta como exemplo de diplomacia midiática feita pelos Estados Unidos alguns acontecimentos e, sobretudo, como eles foram relatados, salientando que, nessa área, as estratégias mais bem elaboradas são as mais difíceis de serem percebidas e que os planos não tão bem sucedidos é que permitem alguma observação por deixarem à mostra um pouco das estruturas. “O uso dos recursos comunicacionais, sem dúvida, é uma dessas variedades de uso do poder e, particularmente, muito bem utilizada pelos Estados Unidos [...] de forma clara ou implícita, manifestando-se ou fazendo-se manifestar por outros canais.” (Ibid., p. 121). Dois acontecimentos por ele abordados, por se relacionarem com casos que estão no escopo desta pesquisa serão ora aqui sumariados.

O primeiro deles se refere à polêmica gerada em torno do programa nuclear brasileiro, polêmica essa desencadeada por reportagem, de grande repercussão, publicada no jornal *The*

<sup>22</sup> Tabela: Formas de poder (*A mídia e a modernidade*, página 25).

FORMAS DE PODER	RECURSOS	INSTITUIÇÕES PARADIGMÁTICAS
<b>Poder econômico</b>	Materiais e financeiros	Instituições econômicas (p.ex. empresas comerciais)
<b>Poder político</b>	Autoridade	Instituições políticas (p.ex. estados)
<b>Poder coercitivo</b> (especialmente poder militar)	Força física e armada	Instituições coercitivas (especialmente militares, mas também a polícia, instituições carcerárias, etc.)
<b>Poder simbólico</b>	Meios de informação e comunicação	Instituições culturais (p.ex. a Igreja, escolas e universidades, as indústrias da mídia, etc.)

*Washington Post*, em 19/04/2004, que insinuava que o país se preparava para desenvolver um programa de armas nucleares e que havia um impasse entre a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e o Brasil, por conta do acesso de inspetores da agência na unidade de enriquecimento de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil, em Resende, no estado do Rio de Janeiro.

O *The Washington Post* citou ainda que especialistas achavam que uma falta de ação dos Estados Unidos e da Organização das Nações Unidas, no sentido de restringir o programa nuclear brasileiro, ‘ou pelo menos insistir para que haja inspeções’, poderia minar a exigência que a Casa Branca fazia e ainda faz ao Irã e à Coreia do Norte para que interrompam seus esforços para enriquecer urânio. No final da reportagem, James E. Goodby, ex-negociador nuclear dos Estados Unidos, reforçou o leque de insinuações, declarando que o governo Bush estava preocupado com o programa nuclear brasileiro [...]. (Ibid. p.123).

Nessa mesma linha, seis meses depois, foi a vez da revista científica *Science* publicar artigo em que se afirmava que a capacidade da unidade de enriquecimento de urânio de Resende seria o suficiente para que o Brasil produzisse até seis ogivas nucleares por ano – em 2010 poderiam ser de 26 a 31 –, o que elevou as pressões para que a AIEA tivesse acesso irrestrito às instalações brasileiras. “Para justificar o medo em relação ao Brasil, mais uma vez o Irã é citado como exemplo. Esta suposta capacidade para enriquecer urânio rapidamente [...] – capacidade de fazer armas nucleares antes que o mundo possa reagir – seria para a *Science* o que os Estados Unidos e alguns países europeus têm medo que o Irã esteja planejando atingir”. (Ibid., p. 126).

Valente revela, no entanto, que os autores do artigo atuam em uma ONG de Washington, o Projeto Wisconsin de Controle de Armas Nucleares, que “[...] tem quase 100% de seu orçamento de recursos do governo americano [...] e em sua home-page na internet divulga uma série de trabalhos que realizou sob encomenda da Casa Branca, entre eles o Iran Watch, destinado a observar a movimentação nuclear do Irã”. (Ibid., 2007, p. 129). Sua conclusão é a de que tanto na publicação do *The Washington Post* quanto na da *Science*, que durante meses mantiveram a questão nuclear brasileira no noticiário internacional, os Estados Unidos se valeram da diplomacia midiática.

O segundo acontecimento trata-se de reportagem publicada no dia 9/05/2004, pelo jornal *The New York Times*, intitulada “Gosto do dirigente brasileiro pela bebida torna-se

preocupação nacional”, em que seu correspondente no Brasil, Larry Rother, afirmava que o presidente Lula exagerava no consumo de bebidas alcoólicas e que seus compatriotas já especulavam se isso estava afetando sua atuação no cargo.<sup>23</sup>

O fato caiu como uma bomba no governo e na imprensa brasileira. Gerou meses de discussões em diversos segmentos e um mal-estar diplomático, com a ideia do governo de expulsar do país o correspondente. Tal proposta, retirada dias depois, foi alvo de duros ataques a Lula por ONGs, governos e entidades internas e estrangeiras.

Mais do que a crise, a discussão trouxe também antigas teorias (algumas conspiracionistas e outras, não) sobre os instrumentos que os Estados Unidos usam em sua diplomacia, em especial a imprensa. Um dos poucos momentos em que a diplomacia midiática se tornou realmente alvo de debate, mesmo que superficialmente, em diferentes segmentos sociais.” (Ibid., p. 146).

Leonardo Valente faz um mapeamento em que apontavam várias análises que levantam dúvidas quanto à “independência” do jornalista norte-americano. “Algumas, sem fundamento aparente, eram publicadas na internet. Outras, no entanto, levantavam suspeitas de que o correspondente do jornal de Nova York manteria relações, no mínimo duvidosas, com órgãos de segurança e espionagem dos Estados Unidos, entre eles o Departamento de Estado e a CIA.” (Ibid., p. 154).

O jornalista, que trabalhou como correspondente do *New York Times* no Brasil entre 1999 e 2007, é autor de outros textos em que se pode observar suas controvérsias com o governo Lula, como por exemplo na matéria “Segredos nucleares: se o Brasil quer assustar o mundo, está conseguindo”, de 31/10/2004, em que comenta o artigo da revista *Science*, exposto acima, e remonta o “impasse” com o AIEA.

Por todo o mundo e há muito tempo, a imagem que se tem do Brasil é a da terra do futebol e do samba, habitada por um povo tranquilo e cordial. Então por que será que o país engalfinhou-se em uma disputa com a Agência Internacional de Energia Atômica, sendo acusado por norte-americanos e outros especialistas nucleares de ser um desrespeitador de tratados sobre energia nuclear, cujas ações ajudaram países suspeitos como a Coreia do Norte e o Irã?”. (ROTHER, 2008, p. 403).

No texto, além de enfatizar que o Brasil resiste em conceder acesso total aos inspetores da AIEA à usina de Resende, faz um panorama um tanto míope da sociedade brasileira em relação ao programa nuclear, para quem “é muito popular” e que “parece ter despertado a combatividade latente” do país.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Matéria posteriormente publicada em livro: *Deu no New York Times*, 2008, Objetiva.

<sup>24</sup> Larry Rother utiliza a expressão criada por Nelson Rodrigues, “o complexo de vira-lata”, que será objeto de análise no terceiro capítulo da pesquisa.

A resistência às inspeções também pode estar ligada a uma crença generalizada no país de que uma conspiração internacional é a única coisa que impede o Brasil de se tornar uma grande potência. Uma vasta literatura sobre o assunto levou alguns brasileiros a argumentar que a Agência Internacional de energia Atômica, apesar de seu histórico de imparcialidade, tem a intenção de roubar do Brasil um valioso segredo tecnológico. (Ibid., p. 404).

Pelo que se tem exposto, a criação de uma cultura de política externa, nos moldes apresentados por Leonardo Valente para que o Brasil possa exercer uma diplomacia midiática fica distante de se realizar, pois grandes jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não apresentam, em sua cobertura dos acontecimentos que envolvem as questões da diplomacia brasileira com a devida contextualização, recorrendo ao refrão, constituinte, ao contrário, de uma diplomacia mediatizada, que reduz a importância das ações do país nesse campo, sobretudo, pela oposição que exerceram à figura de seu dirigente.

Ao passo que gera incômodo em parte da imprensa brasileira o confronto diplomático entre Brasil e Estados Unidos, uma nuance a mais pode ser trazida para a análise por meio de resultado de uma pesquisa publicada no site da *BBC Brasil* (“Maioria nos EUA apoia 'independência' brasileira no exterior, diz pesquisa”)<sup>25</sup>, que proporciona outros elementos, por uma outra angulação, do reflexo da atuação da política externa brasileira. Trata do levantamento Global Views 2010, conduzido pelo Chicago Council on Global Affairs:

[...] feito entre os dias 11 e 22 de junho, mais de 2,5 mil americanos responderam dezenas de questões sobre vários aspectos da política externa americana, proliferação nuclear, a ascensão da China e a guerra no Afeganistão, além de terem sido convidados a dar opiniões sobre outros países. Questionados sobre o fato de países como Brasil e Turquia se tornarem mais independentes dos Estados Unidos na condução de sua política externa, 69% dos entrevistados dizem considerar isso um fato positivo. Apenas 28% afirmam acreditar que a independência desses países em política externa seja negativa, porque desse modo estariam mais propensos a tomar decisões que os Estados Unidos não apoiariam. (‘MAIORIA NOS...’, 2010).

Em 27/07/2010, outra publicação, também da *BBC Brasil* de entrevista com o chanceler brasileiro, Celso Amorim, em que este rebate críticas à política externa brasileira.<sup>26</sup> As considerações do ministro antecipam termos presentes em diversos textos que ironizam essa

<sup>25</sup> Maioria nos EUA apoia 'independência' brasileira no exterior, diz pesquisa. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100916\\_pesquisa\\_eua\\_ac\\_rc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100916_pesquisa_eua_ac_rc.shtml)  
Acessado em: 16/09/2010.

<sup>26</sup> Críticos 'veem Brasil com olhos pequenos', afirma Amorim. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100727\\_amorim\\_guila\\_ra.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100727_amorim_guila_ra.shtml)  
Acessado em 27/07/2010.

condição de “grandeza” do país, transfigurado na pessoa de seu presidente, que serão fartamente expostos no capítulo seguinte.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que os críticos da política externa brasileira veem o Brasil com ‘olhos pequenos’ e ‘não conseguem compreender’ que o país passou a ter ‘grandeza’ no cenário internacional e, em consequência, está sendo chamado a desempenhar um papel ativo nas questões mundiais. [...]

O ministro dividiu os críticos à política externa brasileira em dois grupos principais – as grandes potências, que segundo ele, querem manter o monopólio do poder, e críticos dentro do país que não compreendem que ‘o Brasil é um país grande’.

‘Os críticos de fora do Brasil também não querem a participação (em questões da paz e segurança mundiais) da Índia, da África do Sul ou da Turquia, pois querem preservar o monopólio do poder que têm’, afirmou.

‘Já no Brasil (os críticos) são pessoas que não conseguem compreender que - sem nenhuma megalomania, sem nenhum exagero - o Brasil tem um tamanho e uma grandeza no cenário internacional.’ (CRÍTICOS VEEM BRASIL..., 2010).

## 2. PREPARANDO O CENÁRIO

“A comunicação e a informação agem no interior da criação dos possíveis para reduzir as relações do acontecimento e suas bifurcações imprevisíveis, suas aberturas problemáticas – que se expressam nos enunciados e nos signos – a uma simples “transmissão de informação”, a uma mera “troca comunicacional. (LAZZARATO, 2006, p. 156). Nesse fechamento do discurso, retomada a observação do primeiro capítulo de que a insistência de *O Estado de S. Paulo* em colar a imagem de Lula à de Hugo Chávez no episódio de Honduras deve-se a um contexto mais amplo.

Se o contrato de comunicação se estabelece pelas restrições próprias, ao mostrar pelo discurso do presidente evidências de que este não se atém às suas funções e se intromete em um campo próprio da imprensa, leva-se ao leitor o sentimento de que ele extrapolou. Causa no leitor um “fazer saber”, sobrepondo um “fazer sentir” que, nesse caso, é a intenção do jornal. Charaudeau afirma que a finalidade do contrato de comunicação midiática se dá numa tensão entre duas visadas.

A finalidade do contrato de comunicação midiática se acha numa tensão entre duas visadas, que correspondem, cada uma delas, a uma lógica particular: uma visada de fazer saber, ou visada de informação propriamente dita, que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão; uma visada de fazer sentir, ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência. (CHARAUDEAU, 2006, p.86).

No contrato de informação, apesar de se poder afirmar uma ideia inversa, prevalece a primeira visada, “pois todo contrato de comunicação se define através das representações idealizadas que o justificam socialmente e, portanto, o legitimam”. (Ibid., p.87). Há um jogo de mascaramento de uma visada pela outra.

O contrato midiático tira sua legitimidade da visada da informação, a do “fazer saber”, que está ligada à verdade. O conceito de verdade, conforme observa o autor, não é do ponto de vista filosófico, mas linguístico, ou seja, está ligado à problemática do verdadeiro e do falso na linguagem.

As mídias, em sua visada de informação, estão em confronto permanente com um problema de *credibilidade*, porque baseiam sua legitimidade no “fazer crer que o que é dito é verdadeiro”. Desse modo, estão engajadas num jogo da verdade, que consiste em corresponder aos diferentes imaginários sociais que as questionam. [...] *Revelar a intenção oculta* equivale a triunfar sobre forças do poder que se apóiam no segredo e na mentira, como nas entrevistas e nos debates políticos [...]. (Ibid., p. 90).

Quando a imprensa decide analisar o discurso do presidente, tenta estabelecer um contato com seu leitor que é o de explicitar que a parte do contrato que fala está repleta de contradições, na tentativa de reforçar no leitor uma imagem negativa de Lula e, em contrapartida, legitimar o discurso do jornal que, por sua vez, cumpre uma “lógica cívica” de “fazer saber”.

Explicitação essa que oculta ainda mais as estruturas da comunicação entre o jornal e o leitor e lhe confere legitimidade. Ou, dito de outra maneira:

Note-se que raramente o leitor coloca, nesse jogo do contrato, questões específicas sobre o modo como aquele texto foi produzido, mesmo porque a não-transparência sobre as rotinas produtivas tem sido uma das ferramentas do jornalista para assegurar legitimidade. Configura-se aqui o poder de “não dizer” (ou, dito de outro modo, o silenciamento sobre as condições de produção) que o jornalismo utiliza para exibir apenas o que lhe convém. (BENETTI, 2008, p.23).

Recorrendo-se à *condição de identidade*, que se define por intermédio da resposta à pergunta “Quem fala a quem?”, categoria dos dados externos do contrato de comunicação, é possível observar que as publicações mostram Lula deslocado de sua relação de pertinência com o leitor, enquanto sujeito de fala.

Aplicados os conceitos dos dados internos, que são os propriamente do discurso, que permitem responder à pergunta do “como dizer?” tem-se uma ferramenta para demonstrar a estratégia adotada pela imprensa na sua tentativa de conseguir adesão de seu leitor em oposição ao presidente Lula.

Tendo o jornal, no caso, *O Estado de S. Paulo*, tomado a palavra, e assim devendo justificar por que a tomou (em nome de quê), se imposto como sujeito falante, ou seja, parte da “imprensa independente”, e identificado seu leitor (aquele que quer informação de qualidade), vai conquistar seu direito de comunicar, seu espaço de *locução*.

E, no espaço de *relação* “o sujeito falante, ao construir sua própria identidade de locutor e a de seu interlocutor (ou destinatário), estabelece relações de força ou de aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor”. (Ibid., 2p.70).

Construindo seu discurso nessa lógica, mostra ao leitor que Lula, em seus “ataques”, entra em uma relação de agressão com seu interlocutor, a imprensa.

Na matéria publicada em 30/10/09, “Lula adapta discurso segundo plateia, tendo como destaque a frase “Vaivéns nas declarações, ao comentar papel da imprensa, têm marcado fala do presidente nos últimos anos” é feita uma abordagem do discurso do presidente:

Com um poder de oratória reconhecido até pelos adversários, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu ontem uma aula de como adaptar o discurso à plateia. Ante catadores de lixo, em São Paulo, disse que o povo não precisa mais de ‘intermediários’. Em entrevista a um jornal venezuelano, mudou o enfoque: ‘Liberdade de imprensa é essencial.’ Esses vaivéns têm marcado o discurso do presidente. [...]. (LULA ADAPTA..., 2009, p. A8).

Para a fundamentação do que está sendo exposto, recorre à fonte bibliográfica:

No livro *Dicionário Lula – Um Presidente Exposto Por Suas Palavras*, do jornalista Ali Kamel, há um exemplo garimpado entre as falas de improviso. “Eu vou te dar um conselho de quem aprendeu fazer isso há muito tempo: o que é importante é a gente ler todos os jornais que puder por dia”, disse Lula, em outubro de 2005. Três anos e dois meses depois, voltou atrás: “Eu não tenho isso (*hábito de ler jornais todos os dias*) faz tempo. Eu tenho problemas de azia.’ [...]. (Ibid., p. A8).

E, ainda na mesma matéria, prossegue na fundamentação recorrendo a histórico que corrobora o que deve ser ressaltado naquele contexto: primeiro, a relação ambígua de Lula com órgãos da imprensa e, num segundo momento, o exemplo remete à relação com o presidente venezuelano:

#### **EMPRESÁRIOS**

Em agosto de 2006, na abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornais, Lula não titubeou e afirmou que a imprensa não pode ser “valor relativo”. “Minha história política deve muito à imprensa livre e independente.”

Neste ano, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, conseguiu irritar as mesmas entidades presentes àquele evento, ao afirmar que jornalista deve apenas informar, não fiscalizar.

Os episódios são vários. Após revelar sua azia ante o noticiário (fala à revista *Piauí*, no fim de 2008), o presidente, na mesma entrevista, afirmou que a sua chegada ao Palácio do Planalto era “produto direto da liberdade de imprensa”.

Em fevereiro deste ano, irritado com a mídia – que apontou conotação eleitoral no Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, em Brasília –, de novo recuou. “Não é porque a imprensa me ajudou que fui eleito, mas porque suei para enfrentar o preconceito e o ódio dos de cima para com os de baixo”, bradou o presidente, em discurso inflamado. [...]. (Ibid., p. A8).

### CHÁVEZ

Em novembro de 2006, ao apoiar a candidatura de Chávez à reeleição, ele subiu num palanque e disse que o colega era “vítima da incompreensão e do preconceito” da mídia. Em setembro último, disse que “não faria o que fez o Chávez”. Referia-se à revogação de licenças de dezenas de emissoras de rádio na Venezuela, criticada dentro e fora do país. (Ibid., p. A8).

Na mesma página, “Em São Paulo: ‘Esse povo não quer mais intermediários (imprensa)’”, prossegue com as contradições do presidente, apresentando o elemento que – no entender da presente pesquisa, é crucial para o convencimento do leitor – a associação do “ataque à imprensa” à candidatura de Dilma Rousseff.

Num sinal de que está com o discurso afiado para reforçar os palanques na eleição de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou claro ontem que não terá dificuldades em resgatar algumas falas típicas dos tempos de líder sindical. Mesmo sem ter a tiracolo sua candidata ao Planalto, a ministra Dilma Rousseff, ele aproveitou uma plateia de catadores de lixo reciclável para ensaiar ataques à imprensa, à elite e até alfinetadas no empresariado.

Referindo-se aos jornalistas presentes como ‘companheiros’, ele orientou que esquecessem “a pauta do editor” e ouvissem o que os catadores tinham a dizer. ‘Aí vocês vão entender porque a figura do chamado formador de opinião pública, que antes decidia as coisas neste país, já hoje não decide mais.’

Lula, que costuma alternar discursos a favor da liberdade de imprensa com críticas ferrenhas à mídia, prosseguiu: ‘Esse povo não quer mais intermediários. Esse povo tem pensamento próprio, esse povo anda pelas suas pernas, trabalha pelos Seus braços, enxerga pelos seus olhos e fala pela sua boca.’ (EM SÃO..., 2010, p. A8).

Aqui, explicita a estrutura do discurso do presidente, mostrando que sua fala não é feita de improvisos, e sim estudada de acordo com a ocasião por uma equipe de profissionais para parecer natural:

Lula abriu seu discurso com um texto preparado por assessores, com base em depoimentos de catadores. Num primeiro momento, seguiu o protocolo e fez apenas algumas brincadeiras. Mas não tardou a abandonar os papéis e partir para cima da elite. “Vocês estão ensinando a essa gente pedante, a essa gente arrogante, que o ser humano não pode ser discriminado pela sua profissão”, disse. A tal “gente”, descreveu, integra a parcela da sociedade que “não tinha vergonha de passar de carro e jogar um lixo qualquer”, tratando catadores como cidadãos “de segunda categoria”. (Ibid., p. A8).

Invertendo a lógica do próprio jornalismo dito “objetivo”, no conceito da pirâmide invertida, deixa o evento em São Paulo, o “fato”, em segundo plano para prosseguir com a explicitação, na maneira como foi montada a matéria, de mais uma contradição:

No evento, a feira Expocataadores, Lula foi saudado com *Parabéns a você*, pelo aniversário comemorado esta semana. Devolveu o afago com “um apelo” a prefeitos para que concentrem a reciclagem nas cooperativas. Sobrou para os empresários. “Agora que a coisa começou a dar lucro, pode começar a aparecer algumas empresas querendo se apoderar da reciclagem”. Horas antes, Lula acenava para empresários numa visita à Fenatran, feira de transportes. (Ibid., p. A8).

Ainda na mesma página, uma terceira matéria intitulada “Em Caracas: ‘Liberdade de imprensa é essencial’”, que traz como ilustração uma foto de um abraço fraterno entre Lula e Chávez, onde se pode ler: Em entrevista por escrito ao jornal venezuelano *El Universal*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse estar convicto de que a liberdade de imprensa é “essencial”, mas evitou se manifestar especificamente sobre a situação na Venezuela, onde o presidente Hugo Chávez é acusado de tentar silenciar os meios de comunicação críticos a seu governo. (EM CARACAS: ‘LIBERDADE...’, 2009, p.8).

**AS | NACIONAL** | 12 DE OUTUBRO DE 2009

**GOVERNO**

# Lula adapta discurso segundo plateia

Vai além nas declarações, ao comentar papel da imprensa, têm marcado fala do presidente nos últimos anos

**Em S. Paulo: ‘Esse povo não quer mais intermediários (imprensa)’**

Em evento com catadores de lixo, ele propôs aos ‘companheiros’ jornalistas esquecer ‘paleta do editor’

**Em Caracas: ‘Liberdade de imprensa é essencial’**

Em entrevista a jornal venezuelano, presidente declara que no Brasil a mídia goza de ‘total liberdade’




**Caracas, 10 de outubro**

Em entrevista por escrito ao jornal venezuelano *El Universal*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse estar convicto de que a liberdade de imprensa é “essencial”, mas evitou se manifestar especificamente sobre a situação na Venezuela, onde o presidente Hugo Chávez é acusado de tentar silenciar os meios de comunicação críticos a seu governo.

“No momento das relações com os meios de comunicação, precisamos lembrar. É um meio público, a imprensa goza de total liberdade”, disse Lula ao jornal de todo mundo, contrário ao governo acusado por Chávez de restringir “os direitos” de liberdade de imprensa e essencial, acrescentou o presidente.

“Mas também precisamos lembrar que a comunicação não é apenas um instrumento de comunicação”, disse Lula ao jornal. “Ela também é um instrumento de educação da população e de controle social”, disse Lula ao jornal. “Ela também é um instrumento de controle social”, disse Lula ao jornal.

**Brasília, 10 de outubro**

Em entrevista por escrito ao jornal venezuelano *El Universal*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse estar convicto de que a liberdade de imprensa é “essencial”, mas evitou se manifestar especificamente sobre a situação na Venezuela, onde o presidente Hugo Chávez é acusado de tentar silenciar os meios de comunicação críticos a seu governo.

“No momento das relações com os meios de comunicação, precisamos lembrar. É um meio público, a imprensa goza de total liberdade”, disse Lula ao jornal de todo mundo, contrário ao governo acusado por Chávez de restringir “os direitos” de liberdade de imprensa e essencial, acrescentou o presidente.

“Mas também precisamos lembrar que a comunicação não é apenas um instrumento de comunicação”, disse Lula ao jornal. “Ela também é um instrumento de educação da população e de controle social”, disse Lula ao jornal. “Ela também é um instrumento de controle social”, disse Lula ao jornal.

O Estado de S. Paulo, edição de 30/10/2009, p. A8

## 2.1. Dizer o contraditório

Érik Neveu inicia sua sociologia do jornalismo dizendo que, em uma sociedade dita da “comunicação” ou da “informação” a figura do jornalista, pelo espaço que ocupa, pode ter se tornado uma fabricante de mitologias contemporâneas (é o que chamamos aqui de refrão) e que os debates sociais suscitam a atividade jornalística. Apesar de uma quantidade crescente de dispositivos críticos e autocríticos, há grande quantidade de obstáculos epistemológicos a um conhecimento distanciando de suas práticas.

Trata-se, principalmente, do peso dos preconceitos normativos. Mesmo que a emergência de uma imprensa livre esteja historicamente ligada à construção de regimes democráticos, o jornalismo não é mais do que uma profissão. Ele aparece também como uma peça da democracia, condição atestada pelo lugar dado à liberdade de imprensa em diversas constituições (1ª emenda da Constituição dos Estados Unidos) e pela importância dos valores de transparência ou de expressões como “quarto poder”. O risco é tomar por indiscutível aquilo que funciona também como mitologia profissional (LE BOHEC, 2000). A existência de uma imprensa livre não garante mecanicamente um igual acesso ao debate público de todos os pontos de vista, de todos os componentes da sociedade. (NEVEU, 2006, p.13).

As considerações de Neveu sobre a importância de análise da atividade jornalística e seus obstáculos epistemológicos, se ampliadas na definição de Patrick Charaudeau sobre os papéis fundamentais que o jornalista deve desempenhar, oferece aparato para uma perscrutação na estrutura do fazer jornalístico, no intuito de se legitimar diante de um “embate” com outra instância de poder (no caso, o presidente da República), ao passo que apresenta a seu leitor como forma de desacreditar o outro e conseguir sua adesão transparecendo que sua finalidade única é informar.

Na finalidade do contrato de comunicação, em que se faz predominar a visada da informação (“fazer saber”), que está ligada à verdade, do ponto de vista da linguagem, encontram-se subsídios para o entendimento dessa explicitação feita pelos jornais das estratégias discursivas dos políticos (no caso, Lula), no sentido de opor o verdadeiro, que seria dizer a “intenção oculta”, ao falso, que seria “mascarar a intenção”.

Desvendar o oculto é tentar fazer crer que o que foi dito anteriormente mascara o que é pensado e que, o que é dito agora, corresponde a uma intenção verdadeira ou um saber oculto. Se é o próprio sujeito que desvenda a intenção que mantinha em segredo, a revelação consiste numa confissão, se é um outro sujeito que revela a intenção oculta, a revelação consiste numa denúncia, mas é preciso apresentar prova. Nas mídias, os procedimentos que permitem provocar revelações são as entrevistas, os bate-papos e os debates, acompanhados de investigações e de pesquisas. É

necessário que ao término do processo de revelação a mídia possa dizer: “O que foi dito não passa de um simulacro. Eis o que está por trás.” (Ibid., p.90).

É assim que a mídia tira sua legitimidade para sobrepor, em poder, uma outra instância, ao mostrar a estrutura e, ao mesmo tempo não revelando a intenção oculta dela mesma, a mídia. Assim, na batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos (ROSSI, 2000, p.7), o jornalismo se sobressai no embate estabelecido. Dito de outra forma:

O fato de o noticiário diuturno se nutrir, em largo percentual, de eventos da política oficial, muitos deles vinculados às atividades de governo, não deve produzir enganos quanto à evidência da mencionada sobreposição de funções: trata-se de um jogo de dissuasão transpolítica para manter no cativo a impressão (já amplamente espalhada) de que a comunicação vigora realmente acima da instituição que lhe concede o direito de operar, bem como acima do próprio contexto de regras jurídicas que ela (comunicação), para todos os fins formais, prima por observar; é, em suma, um jogo para camuflar a ocorrência de um acontecimento sem dúvida obscuro: o desaparecimento do Estado de Direito pela inundação signica. (TRIVINHO, 2001, p.72).

## **CAPÍTULO III**

### **CONFLITOS NA COMUNICAÇÃO**

## 1. O OLHAR DE FORA AO OLHAR DE DENTRO

No final de 2009, a revista *Forbes* incluiu Lula – 33ª posição – na sua lista de pessoas mais poderosas do mundo. À mesma época, a revista *The Economist* trazia na capa a imagem do Cristo redentor alçando voo e o enunciado: “Brasil decola”. A publicação, além de editorial, dedicou 14 páginas ao país, em cuja abertura do especial se lia que “Brasil era uma promessa”, mas “começa a mostrar serviço”.



Capa da revista *The Economist* – novembro de 2009



Especial que analisa a economia brasileira

A título de fechar a análise proposta, inserimos textos publicados na imprensa nacional que revelam a repercussão desses enquadramentos feitos pela imprensa internacional. Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, em 14/11/2009, sob o título, “Lula no céu”, o colunista Fernando de Barros e Silva ironiza ambas as visões:

A revista ‘Forbes’ incluiu Lula na sua lista das pessoas mais poderosas do mundo. O presidente brasileiro aparece na 33ª posição, por coincidência a idade de Cristo. A tolice que cerca esse tipo de ranking costuma ser imensa, mas este, além disso, é infamante. Osama Bin Laden, líder da Al Qaeda, está quatro posições atrás, em 37ª, e o traficante Joaquin Guzmán, criminoso mais procurado do México, vem em 40ª. Lula, obviamente, não merece tais companhias. Nem o 1º lugar destinado a Barack Obama é capaz de aplacar o vexame do conjunto. Petistas, no entanto, festejam a ‘Forbes’ por aí. (LULA NO CÉU, 2009, p. A2).

Adiante, sobre a *Economist*:

Mas nada do que a ‘Economist’ diz é novo para brasileiros acostumados a ler. É, literalmente, para inglês ver. Mais reveladora parece ser a recepção deslumbrada do petismo ao elogio que vem do celeiro do pensamento conservador. Mesclam-se, aqui, a velha mentalidade colonizada e o novo oportunismo político. (Ibid., p. A2).

Exatamente nesse ponto, ao final da afirmação, nos é propícia a captura do discurso e a pergunta sobre a interpretação, ou reinterpretação, na imprensa nacional: A quem cabe a mescla entre “o novo oportunismo” e “a velha mentalidade”?

A declaração “Nem o 1º lugar destinado a Barack Obama é capaz de aplacar o vexame do conjunto” pode nos dar indícios sobre a quem atribuir “a velha mentalidade colonizada”.

Quanto à imagem da capa da revista, escreve, retomando a coesão textual com o trecho citado acima, em que “coincide” a posição de Lula na lista da *Forbes* com a idade de Cristo:

Quem ‘decola’ como um foguete, deixando um clarão atrás de si, é o Cristo Redentor. Não é preciso ir longe para imaginar que pode ser o próprio Lula quem se desprende e decola da cidade (ou do país) que abençoa com os braços abertos. Enquanto a paisagem (o país) permanece na penumbra e em segundo plano, o presidente-redentor se projeta de modo fulgurante no espaço sideral. (Ibid., p. A2).

Vocábulos do campo semântico que evocam clarão/penumbra, aliás, foram fartamente utilizados na semana em que as luzes mediáticas não economizaram energia sobre o “apagão” ocorrido na terça-feira anterior, 10/11/2009, quatro dias antes do referido artigo.

Sobre a reportagem da *Economist*, na comparação com coberturas da imprensa nacional de assuntos relativos ao “novo Brasil”, Emílio Odebrecht escreveu:

Diante disto, me pergunto se a imprensa brasileira está em sintonia com a mundial – que aponta nossos defeitos, mas reconhece nossos méritos. Tal dúvida me surge porque há um Brasil que dá certo e que aparece pouco nos meios de comunicação. Aparentemente, o destaque é sempre dado ao escândalo do dia. Isso deixa a sensação de que não estamos conseguindo explicar aos brasileiros o que a imprensa internacional tem explicado aos europeus, norte-americanos e asiáticos. [...] O fato é que, ficando nos estreitos limites do senso comum, a sensação é de que a imprensa, de uma forma geral, considera o que é bem feito uma obrigação – não merecedor, portanto, de ocupar espaços editoriais, porque o que está no plano da normalidade não atrairia os leitores. (A IMPRENSA... o novo Brasil, 2010, p. A2).

O colunista da *Folha de S. Paulo* assinou o artigo cinco dias após o jornal informar que a Petrobrás e a Odebrecht deveriam anunciar a compra dos ativos da Quattor Petroquímica e a consolidação de todos os ativos da empresa na Braskem (companhia controlada pelo grupo Odebrecht), o que a consolidaria como a maior empresa petroquímica da América Latina (PETROBRÁS E..., 2010, p. B1).

E quatro dias após, em editorial, o jornal fazer críticas à negociação:

Sob pretexto de criar uma supercompanhia para competir no cenário internacional, o governo Lula patrocina mais um grupo privado em marcha pelo controle de um setor chave da economia. Com a aquisição da Quattor pela Braskem e pela Petrobrás, em via de consumir-se, toda a petroquímica nacional ficaria sob a influência da Odebrecht, empreiteira que se agigantou em contratos e relações com o Estado. (PETROQUÍMICA..., 2010, p. A2).

Se ficarmos “nos estreitos limites do senso comum”, para usar a expressão do próprio Odebrecht, não seria de todo absurdo sugerir como resposta à opinião do jornal o artigo de seu colunista. No entanto, com o intuito científico desta explanação, constata-se novamente uma *função* da imprensa – auto-instituída –, num jogo de *dissuasão transpolítica* (TRIVINHO, 2001).

Sobre a mesma publicação da revista *The Economist*, uma inusitada associação com os problemas causados pelas enchentes no início de 2010 é feita por Clóvis Rossi:

O foguete Brasil de recente capa da "Economist" acabou caindo em Angra dos Reis, para citar apenas a cidade mais explorada pela televisão nas enchentes do verão que mal começou. Ficou evidente, se ainda fosse preciso, que o Brasil é um país colossalmente subdesenvolvido [...] Vai ser difícil encontrar outra descrição tão apta do subdesenvolvimento em tão poucas linhas. Certamente não será encontrada na "Economist", que está preocupada com a emergência do mercado brasileiro, não do país. (O FOGUETE BRASIL..., 2010, p. A2).

Um mês antes, na edição de 10/12/2009, o colunista já havia utilizado, em seu espaço na *Folha de S. Paulo*, esse tipo de associação em que a imagem externa do Brasil como um emergente é contrastada com a ocorrência das enchentes no país. A forçada aproximação das temáticas, desde o título empregado, já dava indícios dessa forma de refrão: “Quando o emergente submerge”:

Depois de tanta conversa sobre "potência emergente", aquela foto na capa desta Folha mostrando São Paulo submersa é um choque de realidade. Puxo pela memória para lembrar se alguma cidade relevante de país que de fato já emergiu ficou submersa e isolada como São Paulo anteontem. Sim, houve episódios graves em várias delas, mas como decorrência de chuvas bíblicas. A de São Paulo foi forte, mas nada que levasse Deus a mandar Noé construir uma arca.[...] (QUANDO O EMERGENTE..., 2009, p. A2).

Após citar relatório que compara “o emergente Brasil com os já ‘emergidos’ EUA”, cujo contraste denota “outra imersão no subdesenvolvimento”, Rossi recorre a uma

simplificação do que seria “um microcosmo da realidade brasileira” para, em seguida, encerrar com o seu tão caro refrão<sup>27</sup>:

[...] Volto alguns dias e revejo imagens do vandalismo no estádio do Coritiba, no domingo. Foi um microcosmo da realidade brasileira: os desordeiros perderam o medo e o respeito à polícia, tal como acontece com a bandidagem. Quando ainda não éramos emergentes, baderneiros e bandidos fugiam à aproximação da polícia. Agora, a polícia é que tem de proteger-se do ataque dos vândalos, como se viu no estádio.

Se Nelson Rodrigues ainda vivesse, entenderia melhor porque temos complexo de vira-lata. (Ibid, 2009, p. A2).



Folha de S. Paulo, capa da edição de 9/12/2009

## 1.1. Do lúmpen aos Alpes

Extensa é a lista de títulos e premiações recebidas pelo presidente Lula que poderiam ser abordadas nessa análise das visões distintas (“de fora” e “de dentro”) sobre o Brasil e sobre seu governante, como por exemplo: a escolha de Lula pelo jornal britânico *Financial Times* como uma das 50 personalidades que moldaram a última década (2009); ele foi

<sup>27</sup> O complexo de vira-lata, entendido na pesquisa como uma forma de refrão da imprensa, largamente utilizado por Clóvis Rossi, será explicado em item específico.

escolhido personagem do ano pelo jornal espanhol *El País* (2009); O jornal francês *Le Monde* dá-lhe a primeira edição do prêmio "Homem do Ano" (2009); Lula conquista o "Prêmio "Estadista Global" do Fórum Econômico Mundial, em Davos (2010); a revista *Time* o elege, em 2010, um dos líderes mais influentes do mundo...

Com referência às premiações que Lula conquistou de entidades internacionais, algumas delas, cabe lembrar, conferidas por veículos de imprensa (*Le monde* e *El País*, que Clóvis Rossi denomina como "dois dos jornais mais relevantes do mundo – ambos absolutamente deslumbrados com Lula"<sup>28</sup>, por exemplo), resgata-se, para intuito de análise, uma sequência de textos sobre dois eventos ocorridos paralelamente, no início de 2010, o Fórum Econômico Mundial e o Fórum Social Mundial.

Em 21/01/2010, Clóvis Rossi escreve: "Lula foi escolhido pelo Fórum de Davos como 'Estadista Global'. O Fórum de Davos é aquele que o PT de antigamente odiava, como símbolo do capitalismo mais malvado. Acho o prêmio muito justo. Mas fico curioso em saber se o outro fórum (o Social) daria prêmio igual ou parecido a Lula. (EMPREGOS QUE LULA..., 2010 p. A2).

Uma semana mais tarde, no dia 28, partindo de um ocorrido com o antigo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que frequentara uma boate "da moda", Rossi tece uma metáfora relacionando o episódio a suposta adequação de Lula a escolhas que contradizem seu passado e que permitiram que governasse o país em conformidade com o que representa o Fórum de Davos.

DAVOS - Quando era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, um certo Luiz Inácio Lula da Silva foi visto na casa noturna da moda na época, a "Gallery". Desatou um escândalo à direita e à esquerda.

À direita choveu preconceito. Como um operário se atrevia a frequentar um "point" da elite? Claro que ninguém ousava fazer a pergunta de público, mas o espírito da reação era esse.

À esquerda chovia preconceito de sinal invertido: como o suposto líder da revolução que a classe operária estava inexoravelmente destinada a fazer se animava a frequentar um símbolo da burguesia? [...]

Lula reagiu com o pragmatismo que viria a ser a marca de seu governo: disse que não pretendia incendiar a "Gallery", mas criar as condições para que a classe operária a frequentasse.

A classe operária pode não ter ido ao paraíso, no discutível pressuposto de que uma boate possa ser o paraíso, mas Lula foi. O prêmio de "Estadista Global" que recebe amanhã da quintessência da "elite branca", como a chamaria o ex-governador Cláudio Lembo, é todo um compêndio sobre sua gestão.

Melhorou a vida de uma fatia considerável de brasileiros, em seus oito anos de governo, sem, no entanto, tocar em um único fio de cabelo dos amigos de Lembo.

<sup>28</sup> "Filho sim, pai nem tanto", *Folha de S. Paulo*, 7/10/2010, p. 2.

Por isso, conforme leio nos "on-line", pôde ser ovacionado no Fórum Social Mundial e, posso apostar tranquilamente, receberá idêntica ovação do público de Davos.

Não sei, francamente falando, se ser aplaudido por dois lados tão distintos é bom ou ruim. Mas é evidente que Davos o aplaude porque se conformou em frequentar antes a "Gallery" e agora Davos em vez de revolucionar uma ou a outra. (DA "GALLERY" A DAVOS, 2010, p. A2).

Três dias depois, em 31/01/2010, o articulista da *Folha de S. Paulo* ironiza o discurso do presidente brasileiro<sup>29</sup> e questiona o sentido da existência do Fórum Social Mundial por ter ovacionado Lula, o agora premiado "Estadista Global" nos moldes de Davos. Note-se que ao correr do texto os participantes do FSM são despersonalizados por reiterados "o povo de Porto Alegre", que ressoam como um refrão; um refrão bíblico, posto que o texto se encontra permeado por termos como: "pai do mundo", "Sermão da Montanha", "pregar", "outro mundo", "os convertidos".

DAVOS - Eis que o "filho do Brasil", um certo Luiz Inácio Lula da Silva, transformou-se em pai do mundo. Seu discurso em Davos, ao receber o título de "Estadista Global" conferido pelo Fórum Econômico Mundial, é um Sermão da Montanha ao mundo (Davos está encravada nos Alpes, a 1.542 metros de altitude). Se fosse necessário resumi-lo a duas frases, seriam estas: eu fiz tudo certo e o mundo continuou fazendo tudo errado.

Daí vem, inexoravelmente, a proposta de reinventar o mundo. Ótimo. Gostaria até de ser o primeiro a assinar um eventual manifesto a favor. Mas chego tarde: o povo de Porto Alegre, como se chamava o conglomerado que se reunia inicialmente na capital gaúcha, já está na fila faz tempo ao pregar, sempre, que "outro mundo é possível".

Pena que nem Lula nem o povo de Porto Alegre puseram de pé, até agora, como exatamente se chega a esse outro mundo. Lula produziu uma frase que é a quintessência do vácuo: "Precisamos de um novo papel para os governos. E digo que, paradoxalmente, este novo papel é o mais antigo deles: é a recuperação do papel de governar". [...]

Faz muito tempo, antes mesmo de ser criado o Fórum Social Mundial, que observo os movimentos críticos à forma como o mundo caminha e digo que é preciso ir além das intermináveis discussões entre os convertidos e apresentar uma plataforma concreta com a qual disputar o voto do eleitorado. É a única maneira (democrática) até agora inventada de se obter um mandato para construir outro mundo.

Aí, leio que o povo do Fórum Social ovacionou Lula quando o presidente a ele compareceu.

Bom, se o projeto que esse povo quer ver implementado é esse que Davos acaba de premiar, então Porto Alegre perdeu o sentido. É melhor vir todo mundo para os Alpes. A vista é magnífica e é dela que saio hoje de férias. (PORTO ALEGRE EM DAVOS, 2010, p. A2).

## 1.2. O ranking da *Time* e o "presidente tapuia"

Na data da divulgação da lista da revista norte-americana *Time* das cem pessoas mais influentes do mundo, em 29/04/2010, como o nome de Lula apareceu na primeira posição,

<sup>29</sup> O presidente passou mal na véspera e, seguindo recomendações médicas, não viajou a Davos para receber o prêmio de "Estadista Global". Ele foi representado pelo chanceler Celso Amorim.

houve grande repercussão em sites de notícias e algum desencontro de informações sobre o lugar ocupado pelo brasileiro.

Na edição do dia seguinte, o jornal *Folha de S. Paulo* ocupou-se em aliviar seu leitor da eventual dúvida: tratava-se realmente da primeira colocação, ou Lula era apenas mais um da lista? “Por ser o primeiro citado na categoria, brasileiro foi visto por algumas horas como o líder mais influente, o que gerou controvérsia; publicação diz não haver ranking”, já alertava a chamada da matéria “Revista ‘Time’ inclui Lula entre os cem mais influentes do mundo” (página A6).

Em sua coluna, “Toda Mídia”, Néelson de Sá dá um panorama do equívoco:



Capa “foldout” da revista *Time*

#### LULA LÁ

A revista saiu ontem, pela primeira vez, com uma capa "foldout" em quatro partes, com fotos de, entre celebridades e empresários, Sarah Palin, Bill Clinton (na principal) e Lula. Com mais de 170 páginas, escolhe as "100 pessoas mais influentes do mundo"

#### Relações públicas

A revista postou a "lista completa" com Lula no alto e precedida pelo número "1". Na manchete do UOL e de outros no meio do dia, ""Time" elege Lula o líder mais influente do mundo". No fim da tarde, "Lula está entre os líderes mais influentes". E a informação de que "o departamento de relações públicas da revista esclareceu que a lista não é ranking".

Também no portal G1, "o setor de relações públicas explicou que a decisão de colocar Lula como número 1 se deu meramente por razões editoriais". [...]. (TODA MÍDIA, 2010, p.A10).

Encimado por uma charge que, na intertextualidade, conota a mania de grandeza do presidente brasileiro e, assim como ocorre no caso do refrão constante em Clóvis Rossi, o texto de Fernando de Barros e Silva joga com o mal-entendido, desqualifica a lista por seu “aspecto frívolo e bizantino”:

SÃO PAULO - Lula, escolhido o líder mais influente do planeta pela "Time"? Havia ontem uma intensa discussão a respeito do lugar que foi destinado ao presidente brasileiro. Seria mesmo "o primeirão"? Ou era apenas um dos "25 eleitos" pela publicação americana na categoria "líderes"? Conforme a própria revista depois esclareceu, essa última interpretação é a mais correta.

Mas, afinal, que diferença faz? A discussão serviu apenas para pôr em relevo o aspecto frívolo e bizantino da própria lista. Ela diz menos sobre as personalidades

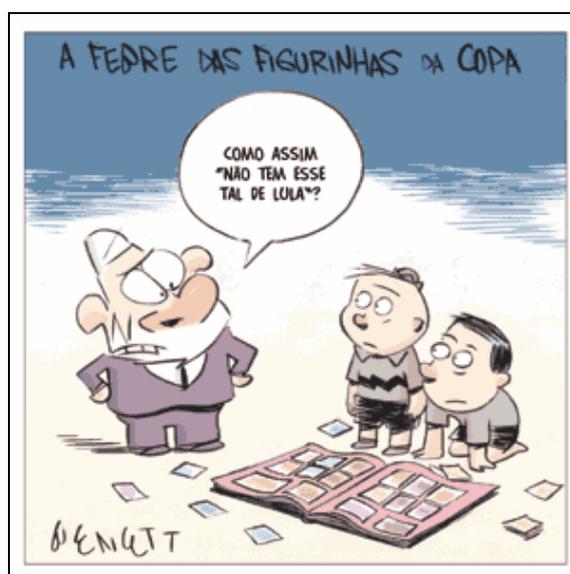
que supostamente ilumina do que sobre as taras e misérias de um mundo que precisa a todo instante se reconhecer no espelho das celebridades que fabrica. Todo ranking, no fundo, é só uma forma de alimentar o bovarismo da sociedade do espetáculo. A lista é tola, mas não significa que seja "arbitrária". Já houve coisas muito piores. [...]

No perfil que escreveu do petista, o documentarista Michael Moore diz platitudes, mas é certo ao afirmar: "O que Lula quer para o Brasil é o que nós costumávamos chamar de sonho americano".

Um mundo de consumidores banais e felizes. Uma sociedade remediada na sua selvageria pela força integradora do dinheiro. Do socialismo, nem o cadáver. Esse é o horizonte em que se movem Lula e sua utopia mundana. Moore viu o que muito petista ainda não entendeu.

Pelos prêmios já acumulados e pelo conjunto da obra, a "Time" deveria ter incluído Lula na lista dos "artistas". E Dunga talvez esteja pensando se não há um lugarzinho para "o cara" na sua seleção. (LULA, THE GUY, 2010, p. A2).

Ao final, o texto do colunista da *Folha de S. Paulo*, resgatando o contexto da charge, que remete a um álbum de figurinhas de jogadores da Copa do Mundo (muito popular na época), convoca o qualificativo cunhado por Barack Obama tornando “o cara” um possível selecionável de Dunga (o então técnico da seleção brasileira de futebol). Como se pode notar, não ficam incólumes à ironia os “prêmios já acumulados” por Lula, que, conforme se sugere, deveria ser incluído na lista dos “artistas”.



*Folha de S. Paulo*, 30/04/2010, p. A2

Nessa mesma edição, Barbara Gancia, utilizando um outro qualificativo para o líder brasileiro, “tapuia” – extensivo aos demais compatriotas<sup>30</sup>, como que em um exercício de síntese antropológica a respeito desses, próprio do meio –, escreve em sua coluna:

<sup>30</sup> O termo já havia sido utilizado pela colunista em um outro texto, presente nesta pesquisa, “Esse é o cara, vírgula” (*Folha de S. Paulo*, 03/04/2009, Cotidiano, p. 2), onde se pode ler: “Mas nós tapuias ainda não perdemos a mania de ser capacho, a servilidade que vem dos tempos da escravatura”; ou ainda, “O vídeo mostra ainda Obama dizendo que Lula é ‘o político mais popular do mundo’, o que fez os barbudos dos sindicatos e das

SEMPRE que é publicada a edição da revista "Time" com a "Pessoa do Ano", título antes conhecido como "Homem do Ano", algum chato de galocha faz questão de lembrar de que Adolf Hitler, o aiatolá Khomeini e/ou George W. Bush já foram contemplados com a homenagem. [...]

Será que tem algo a ver com a notícia de que Lula foi considerado pela "Time" como um dos 25 líderes mais influentes do mundo? Só pode ser isso. Afinal, quem de nós está acostumado a ver um presidente tapuia ter seu nome lembrado pela imprensa internacional? O sucesso de Lula mexeu comigo. [...]

chega a comover gente grande como nos envaidece esse tipo de reconhecimento, não é mesmo? Bastou um estrangeiro dizer "Pelé", "Romário" ou "Ronaldo" na hora de dar uma pista de que sabe um mínimo sobre o Brasil, que a gente já sai comemorando, abraçando e fazendo sinal de positivo. Como se o fato de que o cara gosta de futebol significasse necessariamente que ele admira nosso país.

Ah, e como a gente precisa que gostem de nós! Norte-americano não está nem aí se o resto do mundo quer ver os EUA riscados do mapa; suíço, holandês, canadense, belga, sueco e finlandês tampouco estão se lixando se você aprovou ou não o país dele. Já o italiano faz questão de criticar a Itália junto com você. E só os mais humildes, digamos, uma Honduras, uma Gana, uma Nigéria, um México, uma Venezuela ou... um Brasil têm aquele patriotismo rasgado, de chorar pela pátria quando toca o hino.

É claro que mal não faz para o país Lula ser reconhecido pela "Time" como líder de personalidade. De fato é positivo para ele e para nossa imagem institucional.

Mas essa necessidade de aceitação que faz o fato se tornar destaque em todos os portais e todas as rádios e todas as TVs do país como manchete principal, dá a medida do tamanho da insignificância que precisamos deixar para trás.

Mostra que ainda vai demorar para sairmos da fase: "O que achou da mulher brasileira?" e "Do you like caipirinha?". (DO YOU LIKE..., 2010, p. C2).

### 1.3. Rio 2016 – mais um “animalzinho da imprensa”

Com a escolha do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, o próprio Fernando de Barros e Silva, em publicação de 05/10/2009, engrossa o refrão reducionista da mídia ao comparar o presidente Lula a mais um expoente da farta fauna associativa. Dessa vez, o “animalzinho da imprensa” escolhido para representar o êxito brasileiro é o mascote das Olimpíadas de 1980, em Moscou, o ursinho Misha.

**SÃO PAULO** - Os que já rondam a casa dos 40 devem se lembrar do urso Misha, o mais simpático dos mascotes da história olímpica. Ganhou o mundo em 1980, em Moscou, e foi eternizado na imagem em que aparecia vertendo lágrimas de adeus, na coreografia de encerramento dos jogos, no estádio Lênin. Sim, eram outros tempos, ainda existia comunismo e Guerra Fria. Os EUA lideraram o boicote de 61 países à festa em solo soviético. Mas Misha sobreviveu ao regime caduco cuja grandeza deveria simbolizar. Por ironia, o sucesso fez do ursinho comunista um precursor do consumo associado aos eventos esportivos, um ícone de vanguarda da colonização do esporte pelo dinheiro. Hoje, a fofura estaria sendo disputada a tapa pelas marcas globais. Lula é o Misha dos novos tempos. A comunidade internacional está encantada com seu mascote. Quando o mundo capitalista busca um rosto humano, Lula lhe oferece

um espelho possível. A imagem guarda relação tênue com a vida real no país, mas quem se importa?

A elite financeira aplaude nossas políticas comportadas. E Lula retribui com o show da informalidade brasileira, uma vantagem comparativa. Sim, somos confiáveis. Mas também sentimentais e efusivos. Choramos espontaneamente, sem truques coreográficos. E debochamos do nosso próprio êxito: "Yes, we créu!". Não há quem resista.

Ao longo do período de declínio histórico do Rio, o país cultivou uma certa "poesia da favela", procurando transformar tragédia social em atração turística. O excesso de pó, munição pesada e balas perdidas turvou essa aquarela. Lula agora promete converter os morros cariocas em bairros, com casas de alvenaria. Oxalá! E drogas, como diz a canção, só se compravam na drogaria... Veremos, daqui em diante, tomar corpo a versão olímpica do mito nativo do futebol como veículo mágico de ascensão social.

Sob os braços abertos do Cristo Redentor, só o esporte salva. (O NOSSO MISHA, 2009, p. A2).

Além da obviedade da crítica ao presidente, assim como ocorrera em texto anterior ("Lula no céu"), comentado nesta pesquisa, em que sua imagem é posta em simbiose com a do Cristo Redentor, o Rio de Janeiro, sede dos Jogos, é retratado sob os moldes da estereotipia. A charge que acompanha o texto mostra a dimensão exata desse "olhar de dentro" que parte da imprensa nacional lança sobre a cidade... sobre o Brasil.

Retomando-se o "olhar de fora", no entanto, pela ótica da revista britânica *The Economist*, cujo tema da capa, de um editorial e de um especial de 14 páginas foi o Brasil, um paradoxo se revela na construção discursiva desse mesmo evento: "Intitulado *Brazil Takes Off* ("O Brasil Decola", em tradução literal), o editorial afirma que o país parece ter feito sua entrada no cenário mundial, marcada simbolicamente pela escolha do Rio como sede olímpica em 2016". (BBC BRASIL, 2009)<sup>31</sup>.



Folha de S. Paulo, 5/10/2009, p. A2

<sup>31</sup> Texto disponível em:

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/11/091112\\_economist\\_rc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/11/091112_economist_rc.shtml)  
Consultado em 13/11/2009.

Tanto em Clóvis Rossi, referindo-se à premiação de Lula como o “Estadista Global”, em Davos, quanto em Fernando de Barros e Silva, ao comentar sua inclusão na lista da *Times*: “Um mundo de consumidores banais e felizes. Uma sociedade remediada na sua selvageria pela força integradora do dinheiro. Do socialismo, nem o cadáver. Esse é o horizonte em que se movem Lula e sua utopia mundana.” (Ibid, 2010, p. A2), ou ainda ao elegê-lo mascote das Olimpíadas 2016: “Quando o mundo capitalista busca um rosto humano, Lula lhe oferece um espelho possível. [...] A elite financeira aplaude nossas políticas comportadas. E Lula retribui com o show da informalidade brasileira [...]” (Ibid, 2009, p. A2), observa-se uma crítica ao presidente por ele, na visão de ambos os colunistas, não ter se mantido fiel às origens, e se tornado uma espécie de queridinho da comunidade internacional. As frases acima ilustram a observação, e tentam transparecer para o leitor que seu governante, a despeito da megalomania, e do êxito alcançado, não ultrapassa a estatura de um lúmpen-mascote do “mundo capitalista”.

#### 1.4. “Vira-latas e megalomaníaco”: dois refrões recorrentes

Complexo de vira-latas, expressão cunhada por Nelson Rodrigues, em uma crônica escrita antes da estreia do Brasil na Copa de 1958, se referindo ao trauma da derrota sofrida pela seleção brasileira na final da Copa de 1950, em pleno Maracanã, para a seleção uruguaia. Esse sentimento de inferioridade do brasileiro diante do mundo, para o escritor, não se limitava ao futebol: “Por ‘complexo de vira-latas’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos ‘os maiores’ é uma cínica inverdade”.

Na análise que faz acerca da conferência do clima em Copenhague, Clóvis Rossi retoma o termo que lhe é caro<sup>32</sup> para retratar, conforme título de sua coluna, “Os limites do ‘Brasil grande’”.

Do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sábado, a propósito da iminente conferência do clima em Copenhague: Não temos o direito de permitir que o presidente Barack Obama e o presidente Hu Jintao [da China] façam um acordo com base apenas nas duas realidades políticas e econômicas dos seus países". Da manchete de segunda-feira do jornal espanhol "El País" sobre o mesmíssimo tema: "Estados Unidos e China pactuam liquidar a cúpula do clima de Copenhague".

<sup>32</sup> O termo já havia sido usado por Clóvis Rossi anteriormente: “De vira-latas e emoções” (*Folha de S. Paulo*, 18/10/2009, A2).

Óbvvia alusão ao fato de que, à margem da cúpula da Apec (sigla em inglês para Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), Hu Jintao e Barack Obama decidiram que Copenhague seria apenas uma boa discussão conceitual, sem decisões concretas. Pena que seja esse infausto acontecimento o responsável por lembrar os limites do "Brasil Grande", da potência emergente cantada em prosa e verso nos últimos tempos. O limite é nítido, para quem queira ver sem se deixar enganar pela máquina oficial de propaganda: o Brasil deixou, sim, de ser vira-lata, mas ainda está muito longe de virar um cachorro grande na cena internacional. Cruel ironia presente em toda essa história: o aviso surge no momento e no assunto em que o Brasil poderia, sim, desempenhar um papel de liderança construtiva. [...] De novo, o Brasil não é cachorro grande o suficiente para influenciar chineses (ou americanos, ou quem quer seja nesse jogo) [...]. (OS LIMITES DO..., 2009, p. A19).

Ainda sobre a conferência, em um outro texto, cujo título remonta o apreço que o jornalista tem pelos refrães, "De vira-latas a megalomaniaco", ele mais uma vez substitui e resume os interesses internacionais do país pela figura de seu governante, retirando, dessa forma, toda a complexidade que envolve objetivos traçados pela política externa.

É INEGÁVEL que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi relevante para que o Brasil espantasse o complexo de vira-lata que Nelson Rodrigues via incrustado n'alma do brasileiro. Pena que o seu governo tenha trocado esse complexo pela megalomania, sem nem sequer passar por algum estágio intermediário mais consentâneo com a realidade do poder brasileiro. O mais recente exemplo de megalomania está em frase do presidente durante comício em Recife na quarta-feira: "Copenhague só vai ser o que vai ser porque o nosso querido país teve a coragem de, há um mês, apresentar as metas que apresentamos", afirmou.

Ninguém sabe ainda o que Copenhague vai ser, mas o próprio Lula já havia descartado, apenas uma semana antes, que de lá saísse o acordo de seus sonhos. Portanto, o que fez "o nosso querido país" não diz grande coisa. De mais a mais, qualquer pessoa que não tenha perdido completamente o senso de proporção sabe que Copenhague, saia o que sair de lá, será o produto de um equilíbrio entre os lobbies empresariais, sindicais e de ONGs, além das necessidades político-eleitorais dos líderes dos principais atores participantes, Brasil inclusive, mas não apenas nem principalmente o Brasil, ao contrário do discurso de Lula.

Qualquer pessoa que tenha mantido o sentido comum sabe igualmente que um acordo "dos sonhos" depende principalmente de Estados Unidos e China, seja qual for a posição do "nosso querido país". (DE VIRA-LATAS A..., 2009, p. A16).

Após analisar o discurso do presidente, classificando-o de megalomaniaco, com base em uma frase dita durante um comício: "Copenhague só vai ser o que vai ser porque o nosso querido país teve a coragem de, há um mês, apresentar as metas que apresentamos", Clóvis Rossi critica a impotência do Brasil em situações acontecidas, e não resolvidas, "no próprio quintal"<sup>33</sup> para, segundo escreve, querer "ser potência na cúpula de Copenhague e no conflito do Oriente Médio":

<sup>33</sup> Nessa mesma edição, o jornal publica a notícia sobre pesquisa que mede a popularidade de presidentes na América latina (São Paulo, sábado, 12 de dezembro de 2009, *Folha de S. Paulo* – Mundo, p. 18):

OS CARAS: OBAMA BATE LULA; CHÁVEZ É O MAIS MAL AVALIADO

O Latinobarómetro mostra que o presidente americano, Barack Obama, é o governante mais bem avaliado da

### Próprio quintal

De resto, nem seria preciso o caso Copenhague para que ficassem notórios os limites da pátria. O Brasil não conseguiu resolver nem um só dos problemas que surgiram em seu próprio quintal nos últimos tempos, mas ainda assim se anima a querer resolver o problema do Irã e o do Oriente Médio. O Brasil gritou contra o acordo Colômbia/Estados Unidos que permite o uso de bases colombianas por militares norte-americanos. Exigiu "garantias por escrito" de que as bases não seriam usadas para ações fora da Colômbia. Nem os EUA nem a Colômbia deram nem bola nem garantia por escrito. O Brasil condenou o golpe de Estado em Honduras e exigiu a volta de Manuel Zelaya ao poder. Não conseguiu nem mesmo um salvo-conduto para que Zelaya deixasse a embaixada brasileira rumo ao México, em vez de rumo ao poder. Mas o episódio que mais recomendaria que a diplomacia brasileira evitasse cenas explícitas de megalomania é anterior. Trata-se da crise das "papeleras", as fábricas de celulose construídas no Uruguai, junto à fronteira com a Argentina, episódio que levou ao rompimento de relações entre o casal Néstor e Cristina Kirchner e o presidente uruguaio, Tabaré Vázquez. São vizinhos do Brasil, sócios do Mercosul, projeto prioritário da diplomacia brasileira - e nem assim o Brasil conseguiu mediar o conflito que se arrasta há anos. Qualquer pessoa de bom senso diria que é infinitamente mais fácil resolver o problema de uma "papelera" do que o conflito bíblico entre árabes e judeus. Mas megalômanos não costumam ter bom senso. (ibid, 2009, p. A16).

É possível capturar no discurso do jornalista uma simplificação ao dispor diferentes graus de dificuldade que o país tem em solucionar conflitos, sejam eles na vizinhança ou do outro lado do planeta.<sup>34</sup> Ele deixa, no entanto, de especificar o contexto que supostamente faz com que as soluções no “próprio quintal” devam ser menos complexas. Dito de outra forma, se a facilidade se vincula à proximidade geográfica, então esse raciocínio estabelece os limites do raio de ação da política externa. O colunista da *Folha de S. Paulo* utiliza uma generalização para cooptar o leitor na crença de que “qualquer pessoa de bom senso diria que...”, em oposição à opinião de algum “megalômano”.

Como arremate desse tópico, segue um outro texto, publicado uma semana depois, no dia seguinte ao encerramento da COP15, cuja capa trazia a manchete “Cúpula do clima acaba

---

região - de 0 a 10, ganhou nota 7, contra 6,4 de Luiz Inácio Lula da Silva. Já o venezuelano Hugo Chávez está no final da lista, com 3,9. Apesar da tensão entre Venezuela e EUA, 62% dos venezuelanos tem opinião positiva sobre Obama, contra 78% no Brasil. A pesquisa mostra os venezuelanos divididos quanto às nacionalizações de Chávez (42% aprovam, e 53% são contrários).

<sup>34</sup> Sobre Honduras, por exemplo, o jornalista opta por não mencionar dados da mesma pesquisa: Região rejeita golpe de Estado em Honduras

Resultados do Latinobarómetro mostram que só 24% da população dos 18 países da região pesquisados apoiam a decisão dos militares de "expulsar Manuel Zelaya" de Honduras. [...] (*Folha de S. Paulo*, 12/12/2009 – Mundo, p. A18).

em fracasso” , edição de 19/12/2009, que revela a contradição do repórter especial da *Folha de S. Paulo* relativa às previsões feitas nos textos anteriores. Nessa mesma edição, os enviados do jornal a Copenhague relatam:

“Nenhum dos líderes que subiu ontem ao púlpito do Bella Center, o centro que abrigou a malfadada conferência do clima da ONU, foi tão aplaudido como Luiz Inácio Lula da Silva. Por cerca de dez minutos, 119 chefes de Estado e de governo, reunidos para tentar salvar um acordo no último minuto, ouviram um Lula tão frustrado quanto eloquente.” (LULA FAZ PONTE..., 2009, p. A19).

Alterando seu discurso, Rossi reverte os papéis dos antes protagonistas Estados Unidos e China, diante de um Brasil, ou melhor, Lula, considerado até então mero coadjuvante com inclinações megalomaniacas. Conforme relata na chamada do texto, “Estados Unidos e China saem como vilões da grande cúpula do ano, reunião da qual, sem megalomania, Lula saiu bem”.

O G2 (Estados Unidos e China), o grupo que tende a ocupar o assento da frente na condução dos assuntos globais, materializou-se em Copenhague, na Cúpula do Clima.

Pena que tenha sido o G2 do mal, responsável pelo desfecho vergonhoso da mais importante cúpula em muitos anos.

Ouso até dizer que Barack Obama é mais culpado do que Hu Jintao, o presidente chinês, ou Wen Jiabao, o primeiro-ministro. Mais culpado porque é dele que mais se esperava, especialmente depois de ter revertido a posição de seu antecessor que se negou durante demasiado tempo a aceitar que a mudança climática "não é ficção, é ciência", como disse Obama ontem em Copenhague.

Pena que o americano não tenha sido coerente, nas propostas, com a sua própria avaliação de que a mudança climática, se não combatida, "representará riscos inaceitáveis para nossa segurança, nossas economias e nosso planeta". Obama abandonou até o "yes, we can", com que incendiou a imaginação dos americanos e do mundo, para jogar numa retranca indigna de quem se propunha a encarnar "a mudança".

[...] Felizmente, o governo brasileiro, pela voz de Luiz Inácio Lula da Silva, aceitou aderir ao fundo[...]

Quando Lula abandona a megalomania de acreditar que o que diz será seguido pelo mundo todo, quando fica claro que não funcionam suas seguidas ameaças de telefonar para Obama e Hu Jintao para enquadrá-los, aí sim o Brasil sai bem na foto. Pelo menos na de Copenhague.

Apresentou propostas que entidades ambientalistas consideraram "top de linha" e manteve os compromissos previamente anunciados, fosse qual fosse o resultado final da cúpula.

E o resultado é sombrio para o planeta não apenas porque o grande momento para passar das palavras à ação foi perdido (ou adiado, na melhor das hipóteses), mas porque feriu o multilateralismo, uma das principais pedras de toque da nova diplomacia norte-americana, como admitiu o próprio Obama: "Penso que nossa habilidade para adotar uma ação coletiva está em dúvida neste momento". (O CLIMA, O G2..., 2009, p. A15).

Resgatando-se a frase dita por Lula "Copenhague só vai ser o que vai ser porque o nosso querido país teve a coragem de, há um mês, apresentar as metas que apresentamos", que

foi o ponto de partida para a crítica de Clóvis Rossi (“De vira-latas a megalomaníaco”), e a comparando com um trecho da matéria acima onde se lê que o governante brasileiro “Apresentou propostas que entidades ambientalistas consideraram ‘top de linha’ e manteve os compromissos previamente anunciados, fosse qual fosse o resultado final da cúpula”, torna-se flagrante a contradição entre os comentários, uma vez que o objeto de censura em um texto torna-se o motivo de o país “sair bem na foto” em outro texto, incoerências e megalomanias a parte.

Resgatando-se ainda as palavras do próprio Nelson Rodrigues, no início de sua crônica: “Hoje vou fazer do escrete o meu numeroso personagem da semana. Os jogadores já partiram e o Brasil vacila entre o pessimismo mais obtuso e a esperança mais frenética. Nas esquinas, nos botecos, por toda parte, há quem esbraveje: – “O Brasil não vai nem se classificar!”. E, aqui, eu pergunto: – não será esta atitude negativa o disfarce de um otimismo inconfesso e envergonhado?”. No farejar de alguma pista para a pergunta do criador da expressão, poder-se-ia apontar trecho de uma matéria publicada no site da BBC Brasil, em 1/07/2010, “Brasileiros são os latino-americanos que mais confiam no rumo do país, diz pesquisa”<sup>35</sup>, que apresenta resultados de pesquisa realizada pela Latinobarómetro, ONG com sede em Santiago, no Chile, a mesma cujos outros resultados ganharam evidência nos textos do repórter especial da *Folha de S. Paulo*.

Uma pesquisa feita em 18 países da América Latina mostrou que os brasileiros são os que mais acreditam que o país e suas famílias "caminham na direção certa". Segundo a pesquisa, 91% dos brasileiros aprovam o rumo de suas famílias e 75%, o do Brasil. A confiança no caminho seguido pelo país, apesar de 16 pontos inferior à depositada no rumo da própria família, está bem à frente à média regional, de apenas 45%. [...]. (BRASILEIROS SÃO OS..., 2010).

### **1.5. A personalização: mais um refrão da diplomacia mediatizada**

Em sua coluna (13/12/2009), no dia seguinte à publicação da pesquisa Latinobarómetro, Clóvis Rossi conclama Lula a devolver a Obama a exaltação recebida por sua popularidade, sugerindo, com base no resultado da pesquisa, que o presidente dos Estados Unidos seria “O verdadeiro ‘o cara’”. Novamente, ao se referir ao presidente brasileiro, comparece o tão surrado refrão da “megalomania”.

---

<sup>35</sup> Disponível em:

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100701\\_latinobarometross.shtml?s](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100701_latinobarometross.shtml?s)  
Consulta realizada no dia 1/07/2010.

SÃO PAULO - Se não estiver em surto de megalomania, o presidente Lula deveria devolver a seu colega Barack Obama aquela brincadeira sobre ser "o cara". Para quem já esqueceu, Obama cumprimentou Lula, durante o G20 de abril, em Londres, apontando-o como o mais popular do mundo. Não é que, agora, a pesquisa Latinobarómetro mostra que "o cara", o presidente mais popular, pelo menos na América Latina, é Obama, e não Lula? Obama levou nota 7, contra 6,4 do brasileiro.

Para um subcontinente que cansou-se de gritar "yankees, go home", não deixa de ser revelador que os que continuam com tais gritos sejam os últimos da fila, a saber: Daniel Ortega (Nicarágua), com 4,3; Fidel Castro (Cuba), 4; e Hugo Chávez (Venezuela), 3,9.

Parece decorrência natural do fato de que 59% dos consultados acham que a democracia é o melhor dos regimes. O teor de democracia em Cuba é zero, enquanto nos dois outros países do fim da fila ele é bastante turvo. Parece também que o público não comprou todo o alarido contra a mídia feito por diferentes governos da região e pela própria mídia chapa-branca: rádio, TV e jornais são mais confiáveis do que todas as instituições da política. Perdemos apenas para a igreja, mas ganhamos dos governos, dos governos locais, da administração pública, dos Congressos, dos partidos políticos (aliás, os que menos confiança despertam no público). [...]. (O verdadeiro "o cara", 2009, p. A2).

Ao final de sua opinião, em que compara a avaliação entre as duas instâncias de poder (mídia *versus* instituições políticas), observa-se que o texto adquire um clima de disputa, como se o resultado em si, apenas por demarcar a oposição, servisse como indicador que inspirasse qualquer motivo para comemoração.

Sua coluna prossegue com um outro assunto, o refrão, no entanto, adquire estatuto de palavra-chave:

Por falar em megalomania, se Guido Mantega diz que o PIB brasileiro é um "pibão", como devemos tratar o PIB chinês?

Afinal, o PIB do Brasil encolhe ou anda de lado neste ano, ao passo que o da China crescerá 8,5%, pouco mais ou pouco menos.

Aliás, ao contrário da propaganda oficial brasileira, que diz que fomos os primeiros a sair da recessão, a China nem entrou nela. (Ibid, 2009, p. A2).

No rol de comparações que se fazem entre a figura dos dois governantes, em substituição ao embate que se trava pelos interesses antagônicos dos dois países – e essa personalização, por ser redutora da complexidade dos eventos de política externa, constitui-se em mais uma modalidade de refrão da diplomacia mediatizada –, duas outras visões se apresentam: uma, pela ótica da colunista Barbara Gancia, publicada na *Folha de S. Paulo*, em 03/04/2009, ao comentar a famosa frase de Obama sobre Lula; a outra, a título de contraponto, por meio de trechos da entrevista concedida pelo cineasta Oliver Stone a Mônica Bergamo, intitulada “Oliver Stone diz que Lula não deve confiar em elogios de Obama”, publicada em 27/05/2010, no mesmo jornal. Visões de cá que se fragmentam no calidoscópio midiático:

Sinto desapontar tanto ao nobre leitor quanto aos idiotas latino-americanos que ficaram empolgadíssimos com a troca de gentilezas entre Barack Obama e Lula, na cúpula do G 20, em Londres. Mas a expressão usada por Obama ao se referir a Lula, "That's my man", não tem nada a ver com a tradução que foi empregada por meio mundo e seu vizinho. "That's my man" não quer dizer "Esse é o cara". Está mais para: "Esse é o meu camarada" ou "Esse é o meu chapinha". O vídeo mostra ainda Obama dizendo que Lula é "o político mais popular do mundo", o que fez os barbudos dos sindicatos e das universidades tapuias praticamente rolarem pelo chão em orgasmos múltiplos. Mas, vem cá: se Obama estivesse falando sério, será que ele iria emendar dizendo que é por causa dos "good looks", da bela aparência, que Lula é considerado o político mais popular do planeta?

I don't think so. A troca de gentilezas entre os dois presidentes certamente foi das mais simpáticas. Mas, no frigar dos ovos, não significa absolutamente nada no que diz respeito às relações entre os EUA e o Brasil. O resto é torcida da turma do Fla-Flu ideológico... (ESSE É O CARA, VÍRGULA, 2009, p. C2).

\*\*\*

O cineasta americano Oliver Stone ("Platoon", "JFK", entre outros) chega ao Brasil na segunda, 31, para lançar "Ao Sul da Fronteira", documentário sobre sete presidentes da América Latina -com destaque para o venezuelano Hugo Chávez, de quem é admirador. Por telefone, de seu escritório, em Los Angeles, Stone falou à coluna:

**No filme, Lula diz que só quer ser tratado com igualdade. Ele está sendo?**

Por quem?

**Por líderes do mundo.**

Não. Ele e os outros líderes da América do Sul ainda são ignorados. Eu admiro muito o Lula. Ele fez uma coisa nobre indo ao Irã. Ele está tentando manter a sanidade, manter suas posições. Os americanos e europeus acreditam que podem controlar o mundo. Lula representa uma terceira via, de quem não quer a guerra, um caminho fora dessa loucura. Os EUA costumam dizer que Chávez é a má esquerda e Lula, a boa. Isso é nonsense. Obama apoiou Lula até quando ele cruzou a linha.

**Ele disse que Lula é "o cara".**

Eu não confiaria nos EUA. Os americanos sempre jogaram com os brasileiros desde que pudessem controlá-los. Apoiaram o golpe militar no país em 1964. O Brasil sempre esteve no bolso de trás dos EUA, mas agora eles têm que ser mais espertos. Sabem que não podem controlar o Brasil. E Lula é muito importante. Ele se dá com Chávez, com os Kirchner, e com a Colômbia, o Peru e o México, que são aliados dos Estados Unidos.

**E Obama?**

Nós estamos tentando. Ele é um homem racional, ético, mas faz parte de um grande sistema. Se ele não estivesse lá, estaria John McCain ou Sarah Palin. Você prefere eles? Eu não. Mas, em relação à América Latina, Obama está jogando o mesmo jogo. A reação americana ao golpe em Honduras foi típica. (OLIVER STONE DIZ QUE..., 2010, p. E2).

Abaixo, a capa da edição de 3/04/2009, a mesma em que foi veiculada a coluna de Barbara Gancia, mencionada acima, com a foto que ilustra o momento em que Obama se referia a Lula, e a charge (página A2, Opinião) que faz uma paródia do episódio.



### No detalhe da foto:

“Eu adoro esse cara! É o político mais popular da terra. (...) É porque ele é boa-pinta”

BARACK OBAMA,  
sobre seu colega Lula



## 1.6. Dições e contradições

De volta ao “complexo de vira-lata”, anunciado por Clóvis Rossi acerca da possível disputa com os Estados Unidos após o terremoto no Haiti em que o jornalista atribuiu ao Brasil a alcunha de “rottweiler sem dentes”, o termo, bastante recorrente em seus textos, reaparece em sua coluna na ocasião do acordo Brasil-Turquia-Irã:

DÁ ATÉ para aceitar que o Brasil tenha demonstrado algo de megalomania ao se meter no contencioso nuclear em torno do Irã. Mas é fundamental deixar claro que, se megalomania há, ela é induzida e estimulada pelos cachorros grandes do poder internacional, que parecem francamente incomodados quando um país ainda periférico estaciona o seu complexo de vira-lata.

Fatos:

**1** - O Brasil não foi chamado de megalômano ao se meter no G20, o clube das 20 maiores economias do planeta, transformado em principal centro de discussão em torno da crise econômico-financeira-social. Ao contrário, foi, mais que aceito, acariciado. Ora, se o Brasil pode entrar na discussão do maior problema que o planeta enfrentou nos últimos 70 anos, por que não pode envolver-se também na discussão iraniana que, sem minimizar a sua importância, tem menos potencial de causar estragos?

**2** - O Brasil tampouco foi chamado de megalômano ao ser convidado para participar, em um grupinho fechado, das discussões sobre o grande problema do planeta para o futuro (a mudança climática). Ajuda-memória: quem é que fechou o acordo que permitiu salvar a face da Conferência de Copenhague, em dezembro? Uma reunião entre Barack Obama e os líderes do Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China). De novo: se o Brasil pode estar à mesa para tentar salvar o planeta, por que deveria sentir-se excluído de qualquer outra mesa?

Repito: não foi Lula quem se ofereceu para ser parte relevante do G20 ou das negociações finais sobre o ambiente. Melhor dito: ele até se ofereceria, mas nem precisou fazê-lo porque foi convidado antes.

A "rationale" de Lula foi exposta quarta-feira, em seu discurso no seminário que "El País" e o "Valor Econômico" montaram para louvar o Brasil: "O Brasil pode ser uma grande potência econômica, mas queremos nos transformar em um grande agente político. Os números são sólidos, o país é sério e previsível e agora seremos um ator global".

Detalhe nada secundário: Lula não está falando em ser ele, pessoa física, um ator global, mas o país de que hoje é o presidente de turno. Repetiu o que vem dizendo com frequência: ganhe quem ganhe em outubro, "não haverá volta atrás".

Agora, olhemos o acordo Brasil-Irã-Turquia não apenas pelo lado da suposta megalomania mas pelo lado de sua utilidade prática. Qual é a alternativa? Sanções. Pois vejamos o que escreveu ontem para o "site" do Council on Foreign Affairs seu presidente, Richard Haas: "Não há nada na história recente que sugira que sanções modestas como as contidas no esboço de resolução [o anunciado terça-feira pelos Estados Unidos] desviarão os atuais líderes iranianos de seu caminho".

Detalhe: Haas é um falcão, funcionário do Departamento de Estado no governo Bush. Mais adepto do engajamento militar contra o Irã do que do engajamento diplomático. Não vejo uma única razão para que o Brasil não possa tentar o diálogo, se as sanções não funcionam. (MEGALOMANIA A CONVITE, 2010, p. A16).

O texto se encerra com um *postscriptum*: "PS - Esta coluna desobedece ordens médicas de repouso devido à fratura de duas costelas. Mas não consigo ficar calado em certas circunstâncias. Agora posso repousar, como mandaram os médicos". E, ao pé da coluna, um convite ao leitor: Leia coluna de Clóvis Rossi sobre visita que recebeu de Lula após sofrer fratura em Madri ([folha.com.br/janelarossi](http://folha.com.br/janelarossi)).

Três dias antes, em 19/05/2010, ele escrevera em sua coluna "Janela para o mundo", na *Folha Online*, sobre as circunstâncias de seu acidente e sobre a visita que recebeu de Lula, em Madri. Na observação final de seu texto pode ser lido: "[...] minha relação com o presidente (e também com o seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso) sempre foi cordial, como pessoas físicas. Como pessoas jurídicas, critiquei um e critico o outro, às vezes impiedosamente, mas esse é o jogo certo (acho eu) entre jornalismo e política. [...]". (A paella do Lula, 2010). É sintomática a observação de Clóvis Rossi sobre a relação entre as duas instâncias de poder, jornalismo e política, o que remete ao que escreve Érik Neveu sobre o quadro de pressões organizacionais a que está circunscrito o trabalho jornalístico:

Parte das falsas percepções sobre o trabalho jornalístico se deve à visão individualista que identifica o jornalista com um profissional liberal da informação. Mais vale, então, focalizar a problemática a partir da visão da sociologia do trabalho e das organizações. O que está em jogo nesse deslocamento do olhar não é negar as competências específicas de cada profissional nem fazê-lo peça passiva do maquinário da informação. Mas as habilidades de todo jornalista se desenvolvem e se constroem dentro dos limites de uma estrutura de interdependências com sua hierarquia, seus colegas e suas fontes que nenhuma conversa fiada sobre a liberdade do autor pode magicamente dissipar. (NEVEU, 2006, p. 76).

As críticas do repórter especial e membro do Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo*, “como pessoa jurídica”, remetem ao que ele mesmo escreveu, em seu livro, *O que é jornalismo*, acerca de determinados filtros que se impõem e interferem no exercício da profissão, desde a pauta até a edição final:

Em tese, é o critério jornalístico – subjetivo e fluido, como já se viu ao longo destas páginas – que determina as decisões a serem tomadas por editores e pelos chefes de Redação. E, na maior parte dos casos esse é o critério central a influir nas decisões. Mas quando o assunto é de grande relevância, entra em ação um segundo critério, que se sobrepõe ao primeiro: o julgamento político, em função das posições que cada jornal adota. Esse segundo critério permeia todas as decisões anteriormente enunciadas, ou seja, influi poderosa ou decisivamente no tamanho da reportagem, no tamanho do título, na colocação na página –, e, algumas vezes, até na não publicação de uma determinada notícia que contrarie os interesses fundamentais ou a visão político-ideológica da empresa editora do jornal ou revista. (ROSSI, 2000, p.45).

No texto reproduzido acima, “Megalomania a convite”, quando o repórter elenca os “fatos” para sua argumentação, faz incomuns elogios a Lula e à condição do país no cenário internacional (incomuns se recorrermos a outros momentos, conforme demonstrados na presente pesquisa, em que suas opiniões, comparadas a estas, denotam certa contradição. Ele reverte o refrão de textos anteriores quando identificava e resumia os interesses da diplomacia brasileira à figura “megalomaniaca” do presidente, conforme se observa no trecho: “Detalhe nada secundário: Lula não está falando em ser ele, pessoa física, um ator global, mas o país de que hoje é o presidente de turno. (Ibid, 2010, p. A16).

Nesse caudal de epítetos oferecidos ao presidente e à nação, desde o mais primordial vira-latismo ao atual surto megalômano, de que outras formas a face tapuia se revelaria ao mundo?

Sobre o multilateralismo praticado na condução da política externa, o jornal francês, *Le Monde* publica matéria intitulada “O Brasil de Lula luta em todas as frentes e é o porta voz natural das economias emergentes”,<sup>36</sup> em que ressalta a figura do presidente e, sem recorrer aos antigos estereótipos, apresenta, em dados concretos, os êxitos do país e sua projeção no novo cenário mundial.

É Lula pra cá, Brasil pra lá! O mundo se agita com as declarações do presidente brasileiro e com as façanhas não somente futebolísticas de seus compatriotas. Vimos Luiz Inácio Lula da Silva repreendendo a Alemanha por sua hesitação em salvar a Grécia, e oferecendo sua mediação no conflito entre Israel e Palestina.

<sup>36</sup> Disponível em <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2010/05/25/o-brasil-de-lula-luta-em-todas-as-frentes-e-e-o-porta-voz-natural-das-economias-emergentes.jhtm>  
Acessado em: 25/05/2010.

Vimo-lo tentando, junto com os turcos, arrefecer a questão nuclear iraniana, e apoiar os argentinos em seu conflito contra os britânicos a respeito das Ilhas Malvinas e seu petróleo.

Mas “o homem mais popular do mundo”, segundo Barack Obama, não se apoia somente em seu carisma para falar em alto e bom som. Ele representa um Brasil em plena forma que, após uma depressão causada pela crise, segue de perto a China e a Índia em termos de crescimento.

A Petrobras, grupo petrolífero que é a empresa mais lucrativa da América Latina, a Vale, líder mundial do ferro, a Embraer, que poderá muito bem superar a Boeing e a Airbus em breve no setor de aviação, são apenas alguns dos orgulhos de uma economia industrial de primeira ordem.

No setor agrícola o crescimento é comparável, e valeu ao Brasil o título de “celeiro do mundo”. Soja, açúcar, etanol, café, frutas, algodão, frango, etc. fazem dele um concorrente temível para os produtores europeus.

[...]

Agora é o Brasil, representado de forma brilhante por seu ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que mais pressiona por uma conclusão das negociações da Rodada Doha. Em comparação, os Estados Unidos parecem presos em um protecionismo de outros tempos.

Menos temido que a China ou a Índia, de populações na casa dos bilhões, mais respeitado que uma Rússia dependente de suas matérias-primas, o Brasil é o verdadeiro porta-voz dessas economias emergentes que puxam o crescimento mundial. Com o eixo econômico do mundo se deslocando para o Sul, ele pode com razão exigir que aqueles que estão substituindo os países do Norte sejam mais bem representados nas instâncias internacionais, a começar pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Sem esquecer o Conselho de Segurança da ONU, no qual o Brasil almeja uma cadeira de membro permanente. (O BRASIL DE..., 2010).

Visão do Brasil bem diversa da que se constata em publicação do jornal *Folha de S. Paulo* quando recorre a essa associação, economia e futebol, onde prevalece o refrão calcado na antiga estereotipia. Dois momentos evidenciam essa ocorrência:

O correspondente da *Folha de S. Paulo* em Londres, Vaguinaldo Marinheiro, arma seu olhar “de dentro” a olhar “de fora” dois Brasis possíveis, e deles permeia seu texto. Paralelamente apresenta dois horizontes onde podem ser divisados países distintos, duas visões do paraíso. O início do texto sintetiza as imagens atuais recorrentes em jornais internacionais:

Você escolhe: Lula com as mãos sujas de petróleo ou uma bunda feminina usando um biquíni fio dental? Essas são as imagens que correm paralelas na mídia mundial quando o assunto é Brasil.

Crescemos, ganhamos importância no cenário global, as páginas de economia dos principais jornais e revistas do mundo nos levam a sério, mas continua difícil apagar o estereótipo de paraíso sexual.

Na semana passada, o assunto foi a Petrobras. Publicações do mundo todo trataram da captação recorde na Bovespa. A ilustração mais frequente foi a foto do presidente exibindo o "ouro negro". [...] (SEXO E..., 2010, p. A2).

O texto prossegue, e ele passa a discorrer sobre a cobertura de vários jornais internacionais em que há certa euforia pelo sucesso da venda das ações da Petrobras e lembra outros momentos de exaltação sobre o país: “[...] a ‘The Economist’ já dizia que o modelo de

agricultura praticado no Brasil deveria ser seguido pelo mundo. Já o ‘Financial Times’ afirmou que a Grécia, país endividado e à beira de um colapso, deveria tomar lições com as autoridades do Brasil”. (Id. 2010, p. A2). Para logo em seguida apresentar o seu duplo:

Ao mesmo tempo, jornais ingleses falam das prostitutas brasileiras e, num site com notícias econômicas, o assunto Brasil vem acompanhado do anúncio de uma agência que oferece mulheres brasileiras.

Bem mais explícita foi a portuguesa "Focus", que pôs na capa uma bunda com um microbiquíni verde-amarelo com os dizeres: "Eles adoram-na; elas odeiam-na; O segredo da mulher brasileira; 2.216 casamentos com portugueses só em 2009". [...] (Id. 2010, p. A 2).

Ao final, após dividir o país em duas caricaturas, como que a reeditar uma antiga imagem e a introduzir, na febre do “ouro negro”, um novo eldorado, cria uma outra simbologia, um novo refrão ao traduzir o país na dimensão de um título de coluna de jornal: “Sexo e Petrobras”.

Em poucos minutos de conversa, fica claro que, para os engratados da City (região que concentra as finanças do Reino Unido), o Brasil interessa pelo pré-sal, pelo minério da Vale... Para o cidadão comum, representado pelos taxistas, o Carnaval e as mulheres são o foco de atenção.

Morando em Londres, a frase que mais escuto ao dizer que sou brasileiro é: "Brazil? Really? How exciting!". Nunca sei se o interlocutor está pensando no crescimento econômico de mais de 6% ou só em uma mulher seminua. (Id. 2010, p. A 2).

“Em poucos minutos de conversa”, conforme a célere sociologia do jornalista, é o suficiente para que, com toda acuidade de quem pratica um método indutivo e interpreta o resultado de um questionário aplicado pelo período de um traslado londrino, o correspondente da *Folha de S. Paulo* traça a nova cartografia da nação.

Por fim, como que em uma epígrafe estendida, a *Folha de S. Paulo* dá o panorama geral das conquistas brasileiras no cenário internacional, tendo como pano de fundo a posição da diplomacia brasileira no episódio de Honduras, e resume, como destaque do editorial (5/10/2009), “Lances de afirmação mundial do Brasil dão pretexto a cruzada ufanista, que maquia realidade insatisfatória” (SAMBA..., 2009. p. A2), e, conforme seu título opinativo já anuncia, tudo se resume a um refrão de um “Samba-exaltação”.

## 2. OUTRAS VOZES – RE-VISÃO DO BRASIL

Com base no interacionismo simbólico da Escola de Chicago, fundadora da reflexão sobre a comunicação, Francisco Rüdiger discorre sobre a sociedade como uma estrutura simbólica criada pelo processo de comunicação – cujo espaço é palco de um conflito.

A comunicação cria e sustenta determinadas hierarquias simbólicas, em que se mantém um sistema de poder. [...] A comunicação é, portanto, um processo que pode servir para promover ou reprimir o conhecimento e a autodeterminação. A perspectiva pela qual se opta depende das estratégias dos participantes. As pessoas podem se conduzir no sentido de transformar comunicativamente sua estrutura simbólica ou de controlar a comunicação através dos simbolismos, conforme se posicionam perante a estrutura de poder vigente na sociedade. (RÜDIGER, 2004, p. 45).

O que leva ao fechamento do discurso, portanto, faz parte das estratégias midiáticas nesse embate simbólico entre o monolinguismo e o plurilinguismo. “Não podemos, contudo, entender que existe uma corrente criadora e uma corrente repressiva. As duas correntes são criadoras, mas enquanto uma ‘procura antes de mais nada a unidade na variedade’, a outra busca ‘a variedade e a multiplicidade’ por si mesmas”. (LAZARATTO, 2006, p.158).

Como contrapontos, afim de apontarmos para a possibilidade do que seria uma imprensa com diretrizes plurilinguistas, que explorasse a multiplicidade de vertentes de um acontecimento –, em oposição à que opera pela via do refrão, outras visões acerca dos casos que envolveram a atuação da política externa do Brasil e do presidente Lula serão aqui apresentados. Como, por exemplo, a despeito de toda a construção discursiva reducionista verificada em parte da imprensa nacional, em matéria que remonta a metáfora utilizada pela revista *The Economist*, o jornal espanhol *El País* faz uma análise do êxito da atuação diplomática do Brasil. O título remete a um outro enquadramento daquele que foi observado pela imprensa nacional: “Diplomacia de Lula atua como foguete para situar o Brasil no alto do cenário global”<sup>37</sup> (21/05/2010). No texto, o futebol brasileiro é evocado, mas não como um estereótipo para se referir ao país:

Lula sempre desenvolveu uma grande atividade internacional. Mas este ano de 2010, o último de sua presidência, registrou um salto qualitativo, marcado por dois deslocamentos ao exterior que indicam como sondas a profundidade da vocação do Brasil. O primeiro o levou em março passado ao Oriente Médio, região geográfica que jamais havia ocupado um presidente brasileiro. O segundo o levou agora a Teerã

<sup>37</sup> Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2010/05/21/lula-atua-como-foguete-para-situar-o-brasil-no-alto-do-cenario-global.jhtm>  
Acessado em: 21/05/2010.

e lhe proporcionou o raro privilégio de se encontrar com o guia supremo da revolução, o aiatolá Ali Khamenei, algo que só está ao alcance de uma lista muito restrita de mandatários estrangeiros.

Com sua imagem de bonomia proletária e seu enorme prestígio, Lula está atuando como um foguete propulsor do Brasil na nova etapa geopolítica multipolar. Está bem claro que como parte de seu legado político quer deixar o Brasil situado o mais alto possível no cenário internacional, e especialmente bem colocado em suas apostas institucionais. Daí que queira jogar um papel no processo de paz do Oriente Médio e agora em um conflito como o que o Ocidente mantém com o Irã, diretamente ligado à política de não-proliferação. Lula centrou a bola, que agora está dentro da área. Mas são seus sucessores que deverão começar a marcar os gols, como nos melhores tempos da seleção amarela. (DIPLOMACIA..., 2010).

Comparecem também outras publicações dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* que evidenciam suas tendências ao monolinguismo acerca dos casos analisados nesta pesquisa, como, por exemplo, quando se trata de uma cobertura descontextualizada e reducionista que, com a pretensa afirmação de que apenas informa, deseja fazer crer, (Charaudeau, 2006).

Após o Conselho de Segurança das Nações Unidas ter condenado por unanimidade – logo, incluindo-se o Brasil – o regime de Muamar Kadafi pela repressão contra a população da Líbia devido às manifestações contra seu governo, *O Estado de S. Paulo* elogia, em editorial (24/02/2011), a política externa do governo Dilma por promover “uma mudança substancial, da água para o vinho”, em relação ao antecessor.

O jornal apressa-se em apresentar um diagnóstico da “nova” política externa, reduzindo a complexidade do assunto. Nesse contraste, a visão oferecida do que teriam sido as relações internacionais durante o governo Lula corrobora a hipótese desta pesquisa, na captura do refrão.

Pode-se apostar 1 milhão contra 1 tostão, portanto, que, se a tempestade de areia que varre o mundo árabe e engolfou a Líbia tivesse estalado quando Lula se tostava ao sol de sua popularidade e Dilma presidente ainda era uma miragem, o então chanceler Celso Amorim aceitaria de bom grado a instrução do chefe para minimizar a matança ordenada pelo “amigo e irmão”. E o Brasil estaria na companhia de sempre ao lado dos opressores. [...]. (DA ÁGUA..., 2010, p. A3.).

Após termos apresentado, no segundo capítulo, um histórico da política externa brasileira e, no primeiro, publicações da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo* que evidenciam sua defesa das posições adotadas pela política externa dos Estados Unidos em oposição aos interesses brasileiros, alguns pontos serão resgatados para auxiliar na demonstração de que o que foi apresentado por esses jornais carece de contexto e de desdobramentos. A falta de contextualização, conforme se observou na análise das

publicações acerca da crise política de Honduras, constitui-se uma forma de refrão na cobertura da imprensa.

Um exemplo é o editorial “Página virada”, de 26/03/2011, que, além de apresentar uma leitura superficial e apressada sobre os rumos da diplomacia brasileira, resume a “diplomacia lulista” a um refrão: “o antiamericanismo”, e tenta, dessa forma, criar uma analogia com o que teria sido a diplomacia na ditadura militar e, com denotada miopia, resume assim a política externa do período militar a um único posicionamento em relação aos Estados Unidos, desprezando a alternância histórica dos paradigmas.

O voto do Brasil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas a favor da designação de um relator especial para investigar as violações desses direitos no Irã foi rigorosamente coerente com o papel central que a presidente Dilma Rousseff confere à questão – sem distinção de países – no corpo da política externa brasileira. No governo Lula, o Itamaraty queria distância do assunto. O então chanceler Celso Amorim argumentava que as propostas de condenação de governos infratores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 1948, serviam a interesses políticos dos Estados Unidos e das potências ocidentais em geral. Afirmava também que eram inócuas: muito mais eficaz para a causa seria o diálogo discreto com os governos opressores, sem os expor à execração internacional. A primeira alegação mal escondia a intenção de fustigar os EUA. Peça chave da diplomacia lulista, o antiamericanismo – do tipo do “pragmatismo responsável” dos tempos da ditadura militar – aproximou o Brasil dos regimes autoritários do Oriente Médio, África e Ásia. [...]. (PÁGINA..., 2011, p. A3).

As considerações de Paulo Fagundes Vizentini, no panorama que faz em *As relações internacionais do Brasil – de Vargas a Lula*, oferecem uma contraprova à afirmação do jornal e, na proposta da pesquisa, amplia o entendimento da construção jornalística em sua tendência ao estreitamento das complexidades, ao refrão, portanto. “Pragmatismo responsável”, utilizado no editorial para sintetizar todo um período, foi, na verdade, a posição de um governo específico durante todo o regime militar:

O pragmatismo responsável, como não poderia deixar de ser, despertou a ferrenha oposição dos Estados Unidos, bem como de segmentos conservadores da política brasileira. Geisel precisou mediar constantemente conflitos entre o Conselho de Segurança Nacional, que se opunha a muitos aspectos dessa diplomacia, e o Itamaraty, que a defendia. Um fato interessante foi que, desde a adoção dessa linha diplomática, a grande imprensa internacional passou a atacar o governo com veemência, denunciando sistematicamente a violação de direitos humanos no país, o que só era feito em escala muito reduzida durante o governo Médici, qualitativamente mais repressivo e que não propunha uma abertura política. (VIZENTINI, 2008, p.53)

Outras vozes se erguem na consumação deste refrão acrescentando outros elementos na narrativa compósita, por exemplo, do mesmo jornal, a colunista Dora Kramer também arrisca

sua contribuição de *expert* em relações internacionais. No texto “Itamaraty, o retorno” (retornando com o refrão cinematográfico).

Soa algo simplista a interpretação de que o voto do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU em favor de uma investigação sobre violações cometidas no Irã seja mera expressão de divergências entre a presidente Dilma Rousseff e seu antecessor.

As coisas postas assim dão a entender que o governo se mova pela dinâmica da disputa entre o governo

anterior e o atual. O raciocínio absorve como correta a lógica maniqueísta, muito ao gosto do ex-presidente Lula, de que as circunstâncias obedecem a regras de fidelidade ou infidelidade partidária e, sobretudo, ignora a atuação da diplomacia brasileira até o advento da pirótecnica presidencial em vigor nos últimos oito anos.

Nesse período, tudo no governo girou em torno da figura de Lula, inclusive a condução da política externa por um chanceler também obcecado pela posição de protagonista permanente dos fatos.

O que tivemos com Lula e Celso Amorim é que foi o ponto fora da curva. O que temos agora, com Dilma e Antonio Patriota, é a retomada de retórica e atuação mais condizentes com a tradição do Itamaraty: a tomada de posições externas coerentes com os interesses internos do País sem brigar com a realidade

nem adotar um ativismo em desacordo com as condições objetivas do Brasil para por vezes defender o indefensável.

O que se prega lá fora não pode ser diferente do que se pratica aqui dentro, é a conduta institucional preferida por Dilma e que havia sido substituída pelo personalismo de Lula. [...]

A ideia não é divergir de Lula, mas restabelecer a coerência que se espera, quando a oportunidade surgir, se aplique também a aliados caros ao Brasil. Cuba e Venezuela, por exemplo. (ITAMARATY..., 2011, p. A6).

“O ponto fora da curva”, expressão utilizada pela jornalista para classificar a política externa praticada pelo Brasil sob Lula e Celso Amorim, contrariando a alternância histórica de paradigmas que caracterizaram as relações internacionais do país, conforme nos mostra Leticia Pinheiro, encontra eco em título de texto escrito por Clóvis Rossi, na *Folha de São Paulo*, “Irã é ponto fora da curva”, curiosamente na mesma data de publicação do texto de Dora Kramer, em *O Estado de S. Paulo* (27/03/2011). O texto de Rossi, ao contrário, revela o refrão do rápido vaticínio da “página virada”.

SÃO PAULO - São prematuras as notícias da morte da política externa Lula/Amorim. É verdade que, na quinta-feira, o Brasil votou contra o Irã, pela primeira vez em pelo menos oito anos, no caso da designação de um relator especial para investigar violações aos direitos humanos no país persa. Mas é um acontecimento pontual demais para que se possa enxergar nele uma mudança abrangente e/ ou permanente.

Primeiro, porque não estavam em jogo sanções ao Irã. É até possível que o foguetório em torno de uma mudança profunda se deva ao fato de que causa certa confusão, em um país pouco atento à política externa, jogar na mesma sentença Brasil, Irã e Nações Unidas.

O voto do Brasil a favor do Irã foi no Conselho de Segurança, quando se debatia a imposição de sanções por causa do programa nuclear iraniano -sanções afinal aprovadas. O voto contra o Irã foi no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, no qual se debatia um passo prévio a eventuais sanções, qual seja, a investigação de violações aos direitos humanos. (IRÃ É PONTO..., 2011, p. A2).

## CONCLUSÃO

Com as mudanças geopolíticas ocorridas nos últimos anos, de implicações ainda não mensuráveis, mas observáveis pela movimentação dos países nesse rearranjo de forças em um cenário que se mantinha cristalizado durante décadas, abrem-se novas possibilidades de análise da atuação dos meios de comunicação e, pelo viés crítico, de apreender mais sobre as construções de mundo através de construções discursivas. E, entendendo todo esse contexto como campo e resultado de uma disputa simbólica em que os veículos de imprensa atuam com suas escolhas e recortes, suas adaptações na busca de espaço, à medida que impõem (ou tentam impor) sua interpretação como sinônimo do acontecimento – fruto de um proclamado compromisso com a verdade –, faz-se necessário o cotejo desse ponto de vista com outros olhares, outras interpretações.

Após a exposição e análise de variadas versões sobre os casos analisados nesta pesquisa, a crise política de Honduras, as movimentações das forças de paz após o terremoto no Haiti e o impasse envolvendo o programa nuclear iraniano, que contaram com a participação direta da diplomacia brasileira, cujos posicionamentos divergiam do que era defendido pelos Estados Unidos, verifica-se que essa diplomacia reduzida ao estereótipo não existe senão como uma construção da mídia.

Nas relações estabelecidas pela política externa brasileira nesses casos analisados, há, por parte dessas publicações, a construção de um contínuo esboço de um país nanico que, pelo súbito surto de megalomania de seu presidente, despertou para reivindicações que, segundo essa construção, não estariam ao seu alcance.

Conforme se pode constatar, pela exposição, confronto e análise de coberturas diversas de casos em que o Brasil reivindicava, de acordo com o entendimento de sua política externa, um posicionamento favorável no cenário internacional, houve uma distorção nas análises feitas por parte da imprensa nacional, no sentido de reforçar a condição de país mínimo neste campo de atuação, isso porque se vinculava à figura do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não raro, pelo uso de expressões estereotipadas, verdadeiros axiomas mediáticos, jornalistas, especialistas e colunistas faziam associações inusitadas, simplificavam e

descontextualizavam as ações de política externa brasileira, recorrendo-se à conformidade do velho complexo de vira-latas, na diminuição dos propósitos nacionais.

Concluimos que a imprensa nacional não entende, ou melhor, opta por manter na obscuridade a nova relação do Brasil no cenário mundial, posição que gera, naturalmente, situações inéditas de disputa regional e global. Em atitude conservadora, é pródiga em comparações que minimizam o papel do Brasil nas relações internacionais e, em consequência, a imagem do governo Lula.

Alicerçada nos conceitos do quadro teórico apresentado, a pesquisa pretendeu demonstrar, por intermédio de exemplos e de cotejos entre as publicações dos veículos de comunicação compreendidos no *corpus* analítico, que parte da imprensa nacional opera dentro do monolinguismo, a despeito de se arrogar o título de detentora das diversidades, e de uma imparcialidade própria da função, ou seja, como instância do plurilinguismo. E, na apresentação de pontos de vista contraditórios pode-se apontar para a conjectura do que seria uma imprensa plurilinguista.

Verifica-se, dessa forma, pela coleta e análise de matérias, artigos e opiniões acerca dos casos delimitados, publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, que a postura destes foi quase sempre propensa à discordância com a posição adotada pelo governo Lula, seja no âmbito das relações diplomáticas definidas pelo país, ou então na reverberação da cobertura internacional sobre o Brasil em que o destaque era o seu governante, sobretudo, nos pontos em que houve a confrontação com os interesses norte-americanos.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

- BALTA, Paul. Islã; tradução William Lagos. – Porto Alegre, RS: L&pm, 2010.
- BARTHES, Roland. “A mensagem fotográfica”, in Lima, Luiz Costa (org.) Teoria da Cultura de Massa, 6ª ed, São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BAUDRILLARD, Jean. *América*. Jean Baudrillard; tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- \_\_\_\_\_. Simulacros e simulação. Jean Baudrillard; tradutora: Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d’água, 1991.
- BENETTI, Márcia. O jornalismo como gênero discursivo. In: Galáxia: revista transdisciplinar de comunicação, semiótica, cultura / Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP. – n. 15 (junho 2008). – São Paulo: PUC-SP – EDUC; 2008.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico / tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 7ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004.
- CHAURAUDEAU, Patrick (2006). Discurso das mídias. São Paulo: Contexto.
- HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial / Samuel P Huntington. – Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. V
- IANNI, Otávio. A idéia de Brasil moderno / Otávio Ianni. – São Paulo: Brasiliense, 2004.
- JAKOBSEN, Kjeld. A nova política externa / [organização Kjeld Jakobsen]. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
- LAZZARATO, Maurizio. As revoluções do capitalismo. Tradução de Leonora Corsini. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- NEVEU, Érik. Sociologia do jornalismo / Erik Neveu; Tradução Daniela Dariano. – São Paulo: Loyola, 2006.
- NEGRI, Antonio. Global: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada / Antonio Negri e Guisepppe Mario Cocco; tradução Eliana Aguiar. – Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NYE, Joseph S. O paradoxo do poder americano. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada / Joseph S. Nye Jr.; Tradução Luiz Antonio Oliveira de Araújo. – São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira (1889-2002) / Leticia Pinheiro. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- ROSSI, Clóvis. O que é jornalismo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RÜDIGER, Francisco. Introdução à teoria da comunicação: problemas, correntes e autores / Francisco Rüdiger - 2ª ed. – São Paulo: Edicon, 2004.

STEINBERGER, Margarethe Born. Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: EDUC; FAPESP; Cortez, 2005.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia / John B. Thompson; tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRIVINHO, Eugênio. O mal-estar da teoria : a condição da crítica na sociedade tecnológica atual. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

———.Visibilidade mediática e violência transpolítica na cibercultura: condição atual da repercussão social-histórica do fenômeno glocal na civilização mediática avançada. In: AUTOUN, Henrique. Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

VALENTE, Leonardo. Política externa na era da informação: O novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais / Leonardo Valente. – Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VIRILIO, Paul. A arte do motor / Paul Virilio ; tradução Paulo Roberto Pires. – São Paulo : Estação Liberdade, 1996.

———.A máquina de visão. Tradução de Paulo Roberto Pires – 2ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula / Paulo Fagundes Vizentini. – 3. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

Artigos de jornal:

*Folha de S. Paulo:*

GOLPE HONDURENHO exige contexto. Folha de S. Paulo, São Paulo, 4 out. 2009, Brasil, p.8.

MENOS FORTE. E indispensável. Folha de S. Paulo, São Paulo, 31 out. 2009, Mundo, p.15.

SOLUÇÃO AMERICANA. Folha de S. Paulo, São Paulo, 31 out. 2009, Opinião, p.2.

LULA NO CÉU. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 nov. 2009, Opinião, p.2.

ONDE A FOLHA foi mal. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15 nov. 2009, Brasil, p.8.

O QUE ACONTECEU COM HONDURAS? Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 nov. 2009, Brasil, p.8.

NO PALANQUE, Dilma mimetiza até mesmo os discursos de Lula. Folha de S. Paulo, São Paulo, 4 jan. 2010, Brasil, p.6.

PETROBRÁS E Odebrecht compram Quattor. Folha de S. Paulo, São Paulo, 5 jan. 2010, Dinheiro, p.1.

PETROQUÍMICA oficial. Folha de S. Paulo, São Paulo, 6 jan. 2010, Opinião, p.2.

O FOGUETE Brasil caiu em Angra. Folha de S. Paulo, São Paulo, 7 jan. 2010, Opinião, p.2.

A IMPRENSA e o novo Brasil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 jan. 2010, Opinião, p.2.

ROTTWEILER sem dentes. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 jan. 2010, Opinião, p.2.

FALSA dicotomia. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 jan. 2010, Opinião, p.2.

‘SEI O QUE È campanha sem proposta’, diz Lula. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 jan. 2010, Brasil, p.8.

GALINHO GARNIZÉ. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 jan. 2010, Opinião, p.2.

EUA SE DIZEM ‘agradecidos’ por papel do Brasil em relação ao Irã. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 jan. 2010, Mundo, p.17.

SERRA BUSCA suavizar imagem com mercado. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 jan. 2010, Brasil, p.12.

CHÁVEZ RADICALIZA. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 jan. 2010, Opinião, p.2.

#### *O Estado de S. Paulo:*

O BRASIL BUSCA uma saída. O Estado de S. Paulo, S. Paulo, 26 set. 2009.

A ÚNICA SAÍDA para o Brasil. O Estado de S. Paulo, S. Paulo, 30 set. 2009.

BANZÉ BRASUCA. O Estado de S. Paulo, S. Paulo, 30 set. 2009.

PERSONAGENS DE UM filme antigo. O Estado de S. Paulo, S. Paulo, 1 out. 2009.

O FIASCO DA OEA. O Estado de S. Paulo, S. Paulo, 10 out. 2009.

EUA DEMORAM A agir, mas resolvem impasse político. O Estado de S. Paulo, S. Paulo, 31 out. 2009.

ACORDO EM HONDURAS reforça poder dos EUA na América Latina. O Estado de S. Paulo, S. Paulo, 1 nov. 2009.

MERCOSUL BOLIVARIANO? O Estado de S. Paulo, S. Paulo, 1 nov. 2009.

Acordo em Honduras. O Estado de S. Paulo, S. Paulo, 2 nov. 2009.

*Le Monde*

*El País*

*Le Monde Diplomatique Brasil*, edição 26 – 09/2009, São Paulo: Instituto Pólis.

*Financial Times*

Revistas:

CARTA CAPITAL, 30/09/2009 e 07/10/2009, São Paulo: Confiança.

ÉPOCA, 28/09/2009, São Paulo: Globo.

ISTO É, 30/09/2009, São Paulo: Três Editorial.

VEJA, 30/09/2009, 07/10/2009 e 04/11/2009, São Paulo: Abril.

*The Economist*

Sites consultados:

[www.uol.com.br](http://www.uol.com.br)

[www.bbcbrasil.com.br](http://www.bbcbrasil.com.br)